



Racismo & desenvolvimento humano

**Luciana Dutra-Thomé
Dóris Firmino Rabelo
Dandara de Oliveira Ramos
Emanuelle Freitas Góes**
Organizadoras



EDUFBA

Quais os impactos da exposição ao racismo nas trajetórias de desenvolvimento de crianças, jovens, adultos(as) e idosos(as) no Brasil? Os principais manuais de referência em psicologia do desenvolvimento são internacionais, e ainda é ausente no campo uma obra voltada para uma das mazelas mais marcantes da história brasileira: o racismo. Demandadas constantemente por estudantes de graduação, e em um contexto de aumento das tensões raciais emergentes em todo o mundo, esse material se tornou urgente. As organizadoras da presente obra, em conjunto com os autores que se desafiaram a propor capítulos para esta, entendem que nossos objetivos com este livro têm implicações científicas e políticas. A mensagem mais importante é que o estabelecimento de uma agenda em psicologia do desenvolvimento nunca será possível sem um compromisso com o estudo da raça como um marcador social indispensável da ontogenia humana e dos impactos do racismo em qualquer sociedade. Esperamos que este livro seja uma ferramenta útil para aqueles que estão dispostos a dar este primeiro passo.

Racismo &
desenvolvimento
humano

UNIVERSIDADE FEDERAL
DA BAHIA

Reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Vice-reitor

Penildon Silva Filho



EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Susane Santos Barros

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Comitê Científico de Pareceristas
Ad Hoc

Dr. Alexandre da Silva

(Faculdade de Medicina de Jundiaí)

Dr. Ana Carolina Monnerat Fioravanti

(Universidade Federal Fluminense)

MsC. Diogo Sousa

(Universidade Federal da Bahia)

Dr. Élder Cerqueira-Santos

(Universidade Federal de Sergipe)

Dr. Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa

(Universidade Federal do Ceará)

MsC. Gabriela Silva

(Universidade Federal da Bahia)

Dr. Ilana Lemos de Paiva

(Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Dr. Sonia Chaves Costa

(Universidade Estadual do Rio de Janeiro)

Dra. Patrícia Alvarenga

(Universidade Federal da Bahia)

Dra. Rachel Ripardo

(Universidade Federal do Pará)

O presente trabalho foi realizado com apoio
da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) -
Código de Financiamento 001



Racismo & **desenvolvimento** **humano**

Luciana Dutra-Thomé
Dóris Firmino Rabelo
Dandara de Oliveira Ramos
Emanuelle Freitas Góes
Organizadoras

Salvador
Edufba
2023

2023, autores.

Direitos para esta edição cedidos à Ufba. Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Coordenação editorial

Cristovão Mascarenhas

Analista editorial

Bianca Rodrigues

Coordenação gráfica

Edson Nascimento Sales

Coordenação de produção

Gabriela Nascimento

Capa e projeto gráfico

Vânia Vidal

Imagem da capa

Freepik

Revisão

Equipe Ufba

Normalização

Emmanoella Ferreira

SISTEMA DE BIBLIOTECAS – UFBA

R121 Racismo e desenvolvimento humano / Luciana Dutra-Thomé ... [et al.]
(Organizadores). – Salvador: EDUFBA, 2023.
215 p.

ISBN: 978-65-5630-540-0

1. Racismo – Aspectos psicológicos - Brasil. 2. Negros – Condições sociais – Brasil. 3. Antirracismo – Brasil. 4. Psicologia do desenvolvimento – Brasil. I. Dutra-Thomé, Luciana.

CDU: 323.14:159.922

Editora afiliada à



ASOCIACION DE EDITORIALES
UNIVERSITARIAS DE AMERICA
LATINA Y EL CARIBE



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo | s/n – *Campus de Ondina*

40170-115 – Salvador, Bahia | Tel.: +55 71 3283-6164

www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

AGRADECIMENTOS

Somos gratas aos muitos estudantes de graduação e pós-graduação que nos inspiraram e abriram nossos olhos para a urgência e necessidade de uma perspectiva racializada na psicologia do desenvolvimento e no desenvolvimento humano.

Agradecemos ao conselho editorial da Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba), especialmente a Dr^a. Flávia Goulart Mota Garcia Rosa pela orientação durante todo o processo.

Agradecemos também às nossas universidades e instituições, UFBA, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para a Saúde (CIDACS-Fiocruz Bahia) pelo apoio. Em especial, agradecemos ao PROEX da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes pelo apoio financeiro que possibilitou o acesso gratuito ao livro.

Nossa gratidão às nossas famílias pelo amor e compreensão das longas horas de expediente necessárias para que este trabalho pudesse acontecer.

Este livro é o resultado de um esforço coletivo das editoras e de uma grande equipe de autores e revisores ad hoc a quem gostaríamos de expressar nossa mais profunda gratidão.

Por fim, agradecemos a todas as pessoas que estão dedicando suas vidas à causa da equidade racial. Os movimentos sociais e ativistas, as ONGs, os quilombos, os profissionais da saúde e assistentes sociais. Prestamos homenagem e dedicamos este trabalho a Kathleen Romeu e seu bebê, Ágatha Felix, João Pedro Pinto, Railan Santos da Silva, Moise Kabagambe e tantos outros arrancados deste mundo pelas mãos de um sistema racista e violento. Que todos marchemos juntos para combater os mecanismos que trabalham incansavelmente para nos dividir e oprimir.

SUMÁRIO

- 9** PREFÁCIO
Antirracismo e pesquisas sobre
o desenvolvimento no Brasil
Josafá da Cunha
- 15** Apresentação
*Luciana Dutra-Thomé, Dóris Firmino Rabelo,
Dandara de Oliveira Ramos e Emanuelle Freitas Góes*
- 31** Relações raciais e de gênero
na psicologia do desenvolvimento
*Elisabete Figueroa dos Santos e
Clélia Rosane dos Santos Prestes*
- 53** “É muito feio: tem xingamento por
causa da cor da pele, do cabelo”:
*experiências, efeitos psicossociais e enfrentamentos
ao racismo por crianças e adolescentes de uma
capital do Nordeste brasileiro*
*Sandra Assis Brasil, Leny Alves Bomfim Trad
e João Batista de Brito Braga Alves*
- 87** Socialização emocional e resultados
desenvolvimentais em crianças negras:
relações com a socialização étnico-racial
*Patrícia Alvarenga, Nilton Correia dos Anjos Filho,
Paula Kleize Costa Sales e Antonio Carlos Santos da Silva*

- 109** Violência, racismo estrutural e sua relação com a saúde da juventude negra brasileira
Dandara de Oliveira Ramos, Emanuelle Góes, Joilda Nery e Osiyallê Rodrigues
- 137** Racismo estrutural e transição para a vida adulta de jovens brasileiros(as) negros(as) e brancos(as)
Luciana Dutra-Thomé, Jeanice da Cunha Ozorio e Anderson Siqueira Pereira
- 169** Racismo e eventos estressantes entre pessoas idosas negras
Naylana Rute da Paixão Santos e Dóris Firmino Rabelo
- 193** Interseccionalidades e velhices: *ageísmo nas encruzilhadas de raça, gênero e idade*
Nara Maria Forte Diogo Rocha, Rodrigo da Silva Maia, Gilsiane Maria Vasconcelos Marques e Rodrigo Lima Bandeira
- 211** Sobre os(as) autores(as)

Prefácio

ANTIRRACISMO E PESQUISAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Josafá da Cunha

O que aconteceria se uma agenda de pesquisa antirracista orientasse o estudo dos processos de desenvolvimento no Brasil e em outros lugares? Essa agenda de pesquisa pode fortalecer as contribuições da ciência do desenvolvimento para uma sociedade antirracista? Este livro traz respostas práticas de pesquisadores engajados com tal agenda de pesquisa antirracista.

Os problemas de representatividade estão na vanguarda dos desafios para uma ciência desenvolvimentista que faça contribuições significativas para a sociedade. A falta de diversidade e o privilégio a certos grupos ainda é a norma na pesquisa psicológica americana e, como demonstrado por Arnett (2008), 95% da bolsa em revistas de primeira linha publicadas pela American Psychological Association se baseava em amostras americanas, embora os Estados Unidos da América (EUA) representem menos de 5% da população mundial. Em outras palavras, a maioria desses estudos representou uma minoria da população mundial (os norte-americanos), aumentando para apenas 11% mais de dez anos depois (THALMAYER; TOSCANELLI; ARNETT, 2021), com uma ampliação das colaborações euro-americanas.

Como a pesquisadora turca Çiğdem Kağıtçıbaşı apontou, a maioria das pessoas está vivendo em contextos do mundo majoritário. (KAĞITÇIBAŞI, 1996) E para além das diferenças entre países, uma revisão recente sobre estudos psicológicos em periódicos de alto impacto entre 1970 e 2010 revelou uma lacuna abissal, com apenas 5% das pesquisas contemplando questões étnico-raciais. (ROBERTS et al., 2020) Há muito a ser feito no âmbito global e nacional para que a ciência do desenvolvimento deixe de enfatizar populações minoritárias e privilegiadas como referência para teorias e métodos.

Esse debate mais amplo nos leva a variações dentro do país, mais especificamente a como a pesquisa do desenvolvimento conduzidas no Brasil, e como as desigualdades na sociedade brasileira, incluindo questões raciais. O racismo é um sistema de opressão (RIBEIRO, 2019) que dificulta o desenvolvimento das populações negras ao longo de sua vida. A maioria da população brasileira não é branca, sendo que mais de 50% da população se autodeclara preta (preto) ou parda (pardo). (IBGE, 2019) O Brasil tem uma sociedade racializada, para qual o acesso aos direitos básicos na educação e saúde são negados às populações negras e indígenas, uma questão urgente. Infelizmente, uma análise semelhante às realizadas em revistas psicológicas dos EUA para examinar a diversidade de amostras (ARNETT, 2008; THALMAYER; TOSCANELLI; ARNETT, 2021) não pode ser facilmente realizada nos principais veículos brasileiros para examinar assimetrias raciais na pesquisa de desenvolvimento no Brasil. Mesmo em 2021, a maioria dos artigos publicados em revistas bem avaliadas como *Trends in Psychology* ou *Psicologia: reflexão e crítica* não incluem informações suficientes sobre a composição racial das amostras nos artigos publicados. Esse silêncio em relação às questões sobre raça e etnia é apenas uma das pontas do iceberg da indiferença com que a pesquisa na área tem abordado o desenvolvimento de

negros e de outros grupos minorizados no Brasil (ex., populações quilombolas, indígenas e ribeirinhas).

Esse silêncio na pesquisa acadêmica brasileira torna o presente livro ainda mais relevante e poderoso, com capítulos que ressoam na quietude do campo para destacar os efeitos nocivos do racismo ao longo do ciclo vital. Esse volume se concentra em relatos de pesquisas sobre racismo e desenvolvimento humano no Brasil conduzidos por equipes de pesquisadores brasileiros. Isso inclui os impactos do racismo na saúde, na socialização racial, e também articulando como as relações raciais se cruzam com idade e gênero. Precisamos de mais pesquisas como estas.

Para dismantelar o racismo estrutural como um sistema de opressão, os pesquisadores do desenvolvimento precisam reconhecer que o campo não está isento do impacto do racismo estrutural. A pesquisa centrada em processos de desenvolvimento pode dar uma contribuição significativa ao questionar como o racismo estrutural está embutido nas relações individuais contextuais nas quais grande parte dos estudos em ciência do desenvolvimento estão focados. Para alinhar uma agenda mais ampla de pesquisa com as necessidades urgentes do Brasil, estudos como os apresentados neste livro sobre como a discriminação racial impacta a vida das populações negras devem ser conduzidos, publicados e ensinados com muito mais frequência. Todas as partes interessadas no desenvolvimento humano podem refletir e agir a partir de uma agenda antirracista.

Essa agenda de pesquisa antirracista precisa ser adotada pelas principais instituições da área. Editores e editoras podem parar de publicar trabalhos daltônicos, que não incluem o mínimo de informação sobre a raça ou etnia dos participantes. Esses veículos de publicação de alto impacto podem dar o tom para a agenda de pesquisa, contribuindo para gerar uma riqueza de dados sobre os impactos específicos das relações raciais nos processos de desen-

volvimento. Embora relevante, essa resposta precisa ir além da inclusão da raça e etnia dos participantes na descrição das amostras ou apenas como covariáveis nos modelos, mas realizar o cuidadoso trabalho teórico necessário para entender como relações racializadas influenciam o desenvolvimento, tornando nossos fundamentos teóricos mais robustos e representativos das experiências no Brasil e em outros contextos em que estejamos conduzindo pesquisas. E para capacitar mais estudiosos que se sintam à vontade para abordar essas questões, a formação sobre relações raciais e racismo precisa ser fortalecida. Além disso, estudantes negros e indígenas precisam de oportunidades de formação e espaço para contribuir para que o campo também se torne mais representativo da população brasileira.

Sinto-me encorajado ao ler esses capítulos e espero que esta leitura também encoraje outros pesquisadores e pesquisadoras do desenvolvimento a contribuir para uma agenda de pesquisa antirracista mais ampla e urgentemente necessária para combater o racismo no Brasil e em outros lugares. A ciência do desenvolvimento pode contribuir para uma sociedade antirracista na medida em que nossos estudos avançam no debate sobre tais questões, contribuindo para o debate sobre programas e políticas para beneficiar a população brasileira. Como pesquisador negro que sente, vê e ouve, dia após dia, histórias de jovens negros, adultos negros e idosos negros tendo seus direitos negados, sei que já passou da hora do campo reconhecer que o desenvolvimento negro importa. Podemos agir a partir de uma agenda antirracista dentro do campo da ciência do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ARNETT, J. J. The neglected 95%: Why American psychology needs to become less American. *American Psychologist*, Washington, D.C., v. 63, n. 7, p. 602-614, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0003-066X.63.7.602>. Acesso em: 14 jan. 2021.

HENRICH, J.; HEINE, S. J.; NORENZAYAN, A. Most people are not WEIRD. *Nature*, Manchester, v. 466, n. 7302, p. 29-29, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/466029a>. Acesso em: 14 jan. 2021.

IBGE. PNAD Contínua 2018: educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem. *Agência IBGE Notícias*, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem>. Acesso em: 14 jan. 2021.

KAĞITÇIBAŞI, Ç. *Family and human development across cultures: a view from the other side*. Washigton, D.C.: Psychology Press, 1996.

RIBEIRO, D. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROBERTS, S. O. *et al.* Racial inequality in psychological research: Trends of the past and recommendations for the future. *Perspectives on psychological science*, London, v. 15, n. 6, p. 1295-1309, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1745691620927709>. Acesso em: 14 jan. 2022.

THALMAYER, A. G.; TOSCANELLI, C.; ARNETT, J. J. The neglected 95% revisited: Is American psychology becoming less American? *American Psychologist*, Washigton, D.C., v. 76, n. 1, p. 116-129, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/amp0000622>. Acesso em: 14 jan. 2022.

APRESENTAÇÃO

*Luciana Dutra-Thomé, Dóris Firmino Rabelo, Dandara de Oliveira Ramos
e Emanuelle Freitas Góes*

Este livro é fruto das nossas experiências de docência e de pesquisa. Somos quatro mulheres brasileiras, duas mulheres negras e duas mulheres brancas, localizadas no cenário internacional como latino-americanas, professoras e pesquisadoras com experiências diferentes na área da psicologia e da saúde coletiva. Nas últimas três décadas, tem-se observado um esforço de grupos de pesquisa brasileiros em produzir material acadêmico a partir da nossa realidade. Porém, ainda é incipiente, no campo da psicologia do desenvolvimento, uma obra voltada para uma das mazelas mais marcantes da história brasileira: o racismo. Quais os impactos da exposição ao racismo nas trajetórias desenvolvimentais de crianças, jovens, adultos(as) e idosos(as) no Brasil?

Os principais manuais de referência em psicologia do desenvolvimento presentes nos nossos currículos universitários ainda são os norte-americanos que não refletem nossa realidade. Demandadas constantemente por estudantes de graduação, de maioria negra, bem como pelas realidades vivenciadas em nossas pesquisas e práticas profissionais, em um contexto de aumento das tensões sociais emergentes nos últimos anos no Brasil, esse material se tornou urgente. Cada vez mais, os efeitos psicossociais do racismo

têm se tornado uma preocupação para a psicologia brasileira (CFP, 2018), no entanto, a produção de uma Psicologia do Desenvolvimento mais crítica e contextualizada é ainda um desafio.

Abordar o racismo no contexto da psicologia do desenvolvimento é particularmente importante, pois o explicita como uma condição estrutural na sociedade brasileira, imbricada nas interações entre indivíduos, famílias, comunidades e instituições. Diante disso, enfrentamos o desafio de identificar aspectos inter e intraindivíduos em movimento de continuidade e mudança, localizados contextualmente e temporalmente, capazes de nos propiciar compreensões sobre esse cenário.

Raça/cor, classe e gênero não devem ser escolhidos por conveniência em estudos de desenvolvimento, pois não são categorias eletivas. (TAVARES; JESUS FILHO, 2020) Não considerar essas dimensões significa priorizar apenas uma parte da experiência de desenvolvimento e fragmentá-la. Também é preciso questionar se em estudos de diferentes grupos raciais é necessário fazer comparações entre eles, pois essa prática muitas vezes consolida a ideia de não normalidade, com os grupos oprimidos sendo apresentados apenas com base em suas vulnerabilidades. Neste livro, procuramos destacar o racismo como um problema de origem eminentemente social, presente no atual momento sócio-histórico.

Por ser estrutural, ele se expressa de forma explícita e/ou sutil, nas expressões de linguagem que usamos, na naturalização da invisibilidade de representações de negros e negras na academia – tanto presencialmente quanto epistemologicamente –, na violência urbana, na desigualdade socioeconômica no contexto brasileiro. Embora se observe um processo de mudança no cenário atual, escolas e universidades de maior qualidade tem presença mínima de negros e negras. Meninos e meninas negras raramente são representados nos meios de comunicação e brinquedos infantis. Homens e mulheres negras raramente são colocados em posição

de poder em telenovelas, filmes e revistas. Ainda hoje, a população carcerária é majoritariamente negra. Jovens negros são alvos principais de perseguição e assassinato. Idosos e idosas negros carregam a marca desse cenário em suas histórias, caracterizadas por perdas e acúmulo de exposição a fatores de risco, o que vulnerabiliza ainda mais seu processo de envelhecimento.

A crise social e de saúde que emergiu em 2020 destaca a urgência e a relevância de manuais científicos que discutem como o desenvolvimento humano é moldado por condições sociais estruturais. Um cenário que reforça a necessidade de discussões científicas baseadas em evidências sobre o racismo estrutural e os movimentos antirracistas. Este livro aborda os efeitos do racismo ao longo da vida, cobrindo seus impactos sociais, psicológicos, familiares, comunitários e de saúde. Discutimos experiências de discriminação, preconceito e exclusão vividas por crianças, jovens, adultos, idosos e suas famílias; os processos de socialização, regulação emocional e construção de identidades étnico-raciais; violência urbana e os eventos produtores de estresse associados ao racismo.

O racismo surge, portanto, como elemento crucial que atravessa o desenvolvimento de indivíduos, com reflexos para sua autoestima, autoeficácia, perspectiva de futuro, saúde física e mental etc. Apesar disso, discussões sobre o racismo estão circunscritas sobretudo nas produções acadêmicas da psicologia social. No intuito de ampliar as disciplinas psicológicas que pensam o racismo como problema social a ser superado, trazemos a presente obra, que utiliza de estudos com métodos e perspectivas teóricas diversas para entender esse fenômeno.

Para esse propósito, é importante salientar o contexto histórico específico do racismo no Brasil, cujas bases foram construídas pela escravização, pelo colonialismo, pelas políticas de embranquecimento populacional por miscigenação e favorecimento de imigrantes europeus, e pelo mito da democracia racial. Esse

racismo antinegro é diferente da história específica dos EUA que se deu pela segregação. Gonzales (2020) descreve o racismo disfarçado à brasileira como racismo por denegação, cuja efetividade ideológica para garantir a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante dispensa formas abertas de segregação. Para a autora, enquanto a segregação explícita estadunidense reforçou a identidade racial da população negra, o racismo denegado brasileiro promoveu o estilhaçamento da identidade racial, a negação da própria raça e o desejo de embranquecer.

O impacto diferencial desses tipos de racismo pode ser observado, por exemplo, no processo de socialização étnico-racial. São diferentes as formas, estratégias e mesmo as possibilidades mais afirmativas e positivas de transmissão intergeracional de valores, comportamentos, crenças, conteúdos da herança cultural e do significado de pertencer a um grupo racial, da identidade pessoal e de grupo, das interações intragrupais e intergrupais, bem como o enfrentamento das situações discriminatórias.

RACISMO E A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

O racismo tem ao longo do tempo definindo lugares, territórios, posições sociais das pessoas, hierarquizando grupos populacionais a partir do pertencimento racial. Com isso definindo o nascer, crescer, adoecer e morrer. (CARNEIRO, 2005; LOPES, 2004) O racismo é um processo histórico que se modifica ao longo do processo. (MOORE, 2007) Segundo Lugones (2014), os povos indígenas das Américas e os africanos escravizados eram classificados como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão.

A crença na existência de “raças” hierarquizadas dentro da espécie humana, é um postulado fundamental do racismo, definindo em raças superiores e raças inferiores. A partir disso, inúmeras atrocidades foram cometidas nessa humanidade por meio dos diversos genocídios. (MUNANGA, 2019) O racismo é um fato que confere a raça a sua realidade política e social. Para ciência a raça é contestada, não existe raça biológica, porém esse conceito é muito significativo como um conceito político e ideológico, pois funciona como uma categoria de dominação e exclusão nas sociedades multirraciais contemporâneas observáveis. (IANNI, 2004; MUNANGA, 2009)

Lopes e Werneck (2009) argumentam que o conceito de raça se estrutura a partir do racismo, que tem como mecanismo social a exclusão que afeta a todos os envolvidos, atingindo cada um de forma diferenciada. O racismo “abarca” a produção de sentidos pejorativos conferidos a características particulares de determinados padrões da diversidade humana, e de significados sociais negativos aos grupos que os detêm, justificando, desta forma, o tratamento desigual, a exclusão e o genocídio.

O racismo, considerado uma ideologia que estrutura relações sociais e atribui a superioridade de uma raça sobre as demais, surge no Brasil como uma construção social, a partir da escravidão, sendo fortalecido e reproduzido principalmente após a abolição, quando passa a estruturar-se na forma de discurso, “com base nas teses de inferioridade biológica dos negros, e se difunde no país como matriz para a interpretação do desenvolvimento nacional”, como referem Jaccoud e demais autores (2009, p. 49).

Desde o século XVI, as desigualdades impostas pelo regime escravista do Brasil permaneceram através do desenvolvimento de um sistema fundamentado no capitalismo, que conservou o racismo como legitimador da exclusão social. No século XIX, mesmo sem ter organizado um sistema de discriminação legal ou

uma ideologia racista, a elite brasileira amparava a sua visão hierárquica de sociedade num conjunto de estereótipos negativos em relação aos negros, ao mesmo tempo em que os brancos eram dotados de uma positividade que se acentuava quanto mais próximos estivessem da cultura europeia. (JACCOUD et al., 2009)

Nessa época, surge o projeto nacional de branqueamento, que cultivava estereótipos ligados à raça e baseava-se na tese que concilia a crença na superioridade branca com a busca do desaparecimento progressivo do negro, cuja presença era interpretada como algo negativo para o país. Posteriormente, a partir dos anos 30 do século XX, é construída a ideologia da democracia racial, que tinha como propósito valorizar a miscigenação, formando, assim, uma nação mestiça. (JACCOUD et al., 2009) Grande parcela da sociedade compartilha dessa ideologia sob a confiança de ter-se formado uma nação pacífica, afetuosa e sensual, ancorada na ideia da mistura racial e de que existam possibilidades para todos, de forma igualitária, sendo diferente dos Estados Unidos e África do Sul, em relação à segregação racial. Dessa forma, entendia-se que, pelo fato de o país não ter oficializado e legalizado a segregação racial, a realidade brasileira seria distinta dos outros dois países. De acordo com Paixão (2003, p. 68):

a força do mito da democracia racial, para além das características intrínsecas do modo de funcionamento da sociedade brasileira, em grande parte, retirou suas energias da falta de informação estatísticas e demográficas sobre a realidade das desigualdades raciais no Brasil.

A partir dos anos 1990, houve um considerável recuo no que se refere à disseminação do mito da democracia racial. Por um lado, devido à luta do movimento negro, que exigia que o Brasil se reconhecesse como um país racista, tendo como resultado as

desigualdades raciais. Por outro lado, com o fato da produção e divulgação de indicadores sociais, que serviram de subsídios para essa discussão. (PAIXÃO, 2003)

Neste momento, entende-se que as desigualdades sociais têm um forte componente de discriminação, tendo a raça como base, desmontando, assim, a ideia da redução da problemática das disparidades sociais como causa exclusiva da pobreza. A partir da constatação de que o racismo e a discriminação racial expõem homens e mulheres a situações mais vulneráveis de adoecimento e de morte, o movimento negro brasileiro explicitou suas demandas e reivindicou implementação de políticas públicas na saúde para a população negra de forma que atendessem às especificidades desta população.

Contextos de desenvolvimento e sua relação com o racismo

Estudos sobre racismo ou abordagens racialmente informadas de temas gerais em psicologia do desenvolvimento ainda são incipientes na literatura brasileira, realidade que foi verificada por meio de revisão sistemática. (MARTINS et al., 2013; SACCO et al., 2016) Em um país em que os não brancos representam mais da metade da população (PINHEIRO et al., 2009) e onde as desigualdades econômicas se cruzam explicitamente com a raça (IBGE, 2019), isso deve servir para a academia como um alerta e um chamado à ação.

Mesmo entre os poucos estudos que enfocam o racismo, uma proporção considerável ainda não coleta dados sobre a raça/cor da pele de seus participantes ou carece de uma descrição adequada de seus métodos (SACCO et al., 2016), tornando o conhecimento sobre as implicações desenvolvimentais do racismo uma leitura através de lentes nebulosas. Especialmente para o estudo do papel do contexto e de temas como violência, pobreza e segregação, a atual abordagem cega da psicologia do desenvolvimento no Brasil

atua de forma promotora de iniquidade, pois mascara a realidade do racismo e dificulta as possibilidades de mudança. Sem dados, sem problemas.

À medida que refletimos sobre os principais tópicos de interesse para a psicologia do desenvolvimento, a magnitude dessa questão se torna mais clara. Abordagens focadas em fatores contextuais e como eles se relacionam com o desenvolvimento vão buscar as condições ambientais em vários cenários e níveis, como os efeitos de nichos familiares, bairros, escolas, cidades e até países. Se reconhecermos que a raça é um fator estrutural que engloba as experiências das pessoas em qualquer estágio de desenvolvimento e onde quer que estejam, como é possível construir modelos conceituais para tais estudos sem incluir raça (e racismo) na equação? Mais do que oferecer uma coleção de estudos que se aprofundam em uma abordagem racialmente informada na psicologia do desenvolvimento, este livro tem como objetivo apresentar um caminho possível para o campo como um todo e motivar mudanças no cenário atual.

Para dar alguns exemplos práticos, para entender como a violência afeta o desenvolvimento infantil e juvenil, devemos entender como o racismo está na base dos processos de eventos letais e não letais na maioria dos contextos urbanos e rurais. Para entender as mudanças de desenvolvimento relacionadas à composição familiar e às mudanças no ambiente familiar, devemos levar em conta as realidades das famílias racialmente diversas e como a maternidade na adolescência, por exemplo, é distribuída entre os grupos raciais. Isso deve ser feito não apenas na etapa de medição (incluindo o campo raça/cor da pele no questionário e na análise estatística), mas ao longo de todo o processo.

Colocar a raça dentro da conceituação de nossos modelos lógicos e entender como a psicologia do desenvolvimento, e todos os campos interessados em aspectos ontogenéticos da vida

humana, é tanto uma questão metodológica quanto teórica e ética. Requer uma mudança de nossas práticas, mas antes de tudo, uma mudança em (ou pelo menos uma reflexão sobre) nossos sistemas de crenças e visões de mundo. Como entendemos o desenvolvimento humano? Esse conhecimento construído da ontogenia é aquele que nos equipa para discutir adequadamente os aspectos raciais de nossos dados? Como magistralmente colocado por Bonilla-Silva e Zuberi (2008, p. 7):

Os dados não nos contam uma história. Usamos dados para criar uma história que corresponda à nossa compreensão do mundo. Se começarmos com uma visão racialmente tendenciosa do mundo, terminaremos com uma visão racialmente tendenciosa do que os dados têm a dizer.

As problematizações apresentadas demonstram que precisamos compreender a produção de conhecimento como parte dos embates políticos, econômicos e sociais que afetam esta mesma produção. Dessa forma, as organizadoras da presente obra, em conjunto com os autores que se desafiaram a propor capítulos para esta, entendem que essa produção traz uma contribuição para a discussões sobre o racismo, com bases teóricas e empíricas enriquecedoras, porém, com limitações.

Desde o início da construção desse projeto, houve resistência de autores para participar do mesmo. Por um lado, temiam que a obra se direcionasse para uma certa visão de desenvolvimento humano de indivíduos negros com ares de “exotismo”. De outro lado, autores da área de psicologia do desenvolvimento se consideravam despreparados para a tarefa, uma vez que as discussões sobre racismo não estão tradicionalmente integradas aos currículos de psicologia. Ou entendiam que racismo é uma discussão pertencente à psicologia social e/ou sociologia e campos associados. Apesar disso,

decidimos seguir o desafio de realizar esse projeto, pois entendemos que nunca estaremos prontos e que podemos nos aprimorar enquanto pesquisadores e profissionais ao nos desafiarmos a falar sobre um tema que, ainda, é tabu nos campos acadêmicos – embora seja urgente.

Para reverter esse cenário, há um movimento da área de psicologia desenvolvimental norte-americana em se debruçar numa pauta antirracista, o que tem sido observado em sociedades acadêmicas, como a Society for Research in Child Development (SRCD), Society for Study on Adolescence (SRA) e a Society for the Study of Emerging Adulthood (SSEA). Em 2020, algumas ações da SRCD foi organizar um número especial na revista científica *Child Development*, uma das de maior impacto na área, intitulado “Advancing Scholarship on Anti-Racism within Developmental Science”. Além disso, promoverem o webinar *Becoming anti-racist Society: Setting a Developmental Agenda*, o qual situou o antirracismo não como o oposto de racismo, mas como um movimento institucional (família, instituições educacionais e comunidades), na mídia, meios de comunicação e normas sociais voltado para superação de hierarquias raciais.

No mesmo ano, a SRA registrou o comportamento da organização em se comprometer com uma postura antirracista, pela promoção da equidade racial e eliminação de todas as formas de racismo. Nessa direção, atualmente a SRA possui uma Anti-Racism Task Force, que se dedica a essa tarefa. A SSEA, entre os diferentes grupos de trabalho que possui, os chamados “Topic Network”, possui um intitulado “Anti-racism and Social Justice”, que se propõe a ampliar a consciência, conhecimentos e formas de lidar com o racismo.

Na América Latina e no Brasil, movimentos nessa direção são incipientes. A presente obra pretende servir como ponto de partida e reflexão sobre o tema, de forma a impulsionar que se incor-

pore essa discussão explicitamente nas produções em psicologia do desenvolvimento no nosso contexto. Isso é importante porque as manifestações do racismo são heterogêneas e expressam a história de diferentes países e sociedades. Logo, as produções norte-americanas ou europeias podem trazer importantes contribuições, mas não podem dar conta dos processos e estruturas sociais do contexto brasileiro e latino-americano. Além desse problema, encontramos mais um desafio: estamos cientes de que a obra se insere num corpo de formação acadêmica ainda originado exclusivamente de epistemologias brancas, o que, por si só, leva a limitações quanto a compreensão de um fenômeno tão complexo e multifacetado. Apesar das limitações, não desistimos de dar um primeiro passo, repleto de fragilidades e potenciais contribuições.

Ainda, há um esforço de integração de conhecimento sociológicos, psicanalíticos e em psicologia social, históricos, filosóficos, antropológicos, políticos e até neurobiológicos na compreensão do racismo (CLARKE, 2003; HALL, 2008; KATZ, 1988; MORELAND-CAPUIA, 2021), assim como a sua eliminação e direcionamentos antirracistas. (ABDULLE; OBEYESEKERE, 2017; HERVIK, 2019) Há livros, assim como a presente obra, voltados para se pensar a manifestação do racismo em regiões específicas, para que se possa dar conta de particularidades contextuais, como o norte europeu. (HERVIK, 2019) Para contribuir com esse cenário, a presente obra traz um olhar desenvolvimental, e pensa o racismo e seus impactos em diferentes momentos da vida, com foco sobretudo no contexto brasileiro.

Como apresentamos neste capítulo de abertura, nossos objetivos com este livro têm implicações científicas e políticas. Colocamos este trabalho como mais um passo para a equidade racial e para uma ciência desenvolvimentista que não deixa ninguém para trás. Além disso, esperamos que este livro sirva de inspiração para estudantes, acadêmicos e profissionais que buscam ferramentas e

exemplos de estudos de raça e racismo a partir de uma perspectiva de desenvolvimento.

Esses objetivos para o livro fazem parte de nossas aspirações mais amplas e ambiciosas para o campo da psicologia do desenvolvimento e para a ciência em geral. Ao refletirmos sobre o processo de organização desse corpo de trabalho e todas as experiências que ele nos proporcionou, a mensagem mais importante é que o estabelecimento de uma agenda antirracista na psicologia do desenvolvimento nunca será possível sem um compromisso com o estudo da raça como um marcador social indispensável da ontogenia humana em qualquer sociedade. Para ser antirracista, é preciso primeiro educar-se sobre o significado das experiências racializadas de desenvolvimento, e fazê-lo através de sólidos fundamentos teóricos e metodológicos. Esperamos que este livro seja uma ferramenta útil para aqueles que estão dispostos a dar este primeiro passo.

Evidentemente, tais mudanças nunca ocorrerão sem uma série de transformações no currículo, na agenda de nossas principais sociedades acadêmicas, no que é considerado importante em nossas conferências científicas, na forma como nosso campo geral ainda não reconhece formalmente que o estudo da raça e do racismo não é um tópico especial, optativo, mas central. Até onde nossa ambição nos permite, vemos este livro como uma pequena rachadura na casca dura de um campo com séculos de história. Feito em homenagem a muitos que vieram antes de nós e daqueles que o racismo tirou a própria chance de viver para ver essas mudanças acontecerem.

REFERÊNCIAS

ABDULLE, A.; OBEYESEKERE, A. N. *New framings o anti-racism and resistance: Anti-racism and transgressive pedagogies*. Boston, MA: Sense, 2017. v. 1.

BONILLA-SILVA, E.; ZUBERI, T. Toward a Definition of White Logic and White Methods. In: ZUBERI, T.; BONILLA-SILVA, E. (ed.). *White Logic, White Methods: Racism and Methodology*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2008. p. 3-27.

CARNEIRO, A. S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CLARKE, S. *Social theory, psychoanalysis, and racism*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). *Relações Raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília, DF: CFP, 2017.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, R. E. *Racism in the 21st Century: An empirical analysis of skin color*. New York: Springer, 2008.

HERVIK, P. *Racialization, Racism, and Anti-Racism in the Nordic Countries*. New York: Palgrave Macmillan, 2019.

IBGE. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>. Acesso em: 14 jan. 2021.

IANNI, O. Dialética das relações raciais. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 21-30, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100003>. Acesso em: 14 jan. 2021.

JACCOUD, L. D. B.; SILVA, A., ROSA, W.; LUIZ, C. Entre o racismo e a desigualdade: da constituição à promoção de uma política de igualdade racial (1988-2008). In: JACCOUD, L. (org.). *A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos*. Brasília, DF: IPEA, 2009. p. 261-328.

KATZ, P. A.; TAYLOR, D. A. (ed.). *Eliminating racism: Profiles in controversy*. New York: Springer, 2013.

LOPES, F. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: Tópicos em saúde da população negra no Brasil. In: BATISTA, L.; KALCKMANN, S. (org.). *Seminário saúde da população negra Estado de São Paulo, 2004*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005. p. 53-101.

LOPES, F.; WERNECK, J. Mulheres jovens negras e vulnerabilidade ao HIV/ Aids: O lugar do Racismo. In: TAQUETTE, S. R. (ed.). *Aids e juventude: gênero, classe e raça*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. p. 247-266.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MARTINS, E., SANTOS, A. O.; COLOSSO, M. Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. *Psicologia: teoria e prática*. São Paulo, v. 15, n. 3, p. 118-133, 2013.

MOORE, C. *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

MORELAND-CAPUIA, A. *The Trauma of Racism: Exploring the Systems and People Fear Built*. New York: Springer, 2021.

MUNANGA, K. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (Coleção Culturas Negras e Identidade).

PAIXÃO, M. J. *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PINHEIRO, L. S.; FONTOURA, N. O.; QUERINO, A. C.; BONETTI, A. L.; ROSA, W. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. [S. l.], 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3223>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SACCO, A. M.; COUTO, M. C. P.; KOLLER, S. H. Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 24, n. 1, p. 233-250, 2016.

TAVARES, J. S. C.; JESUS FILHO, C. A. A. Saúde mental, vulnerabilidades e suicídio nas populações negra e indígena. In: CORDEIRO, R. C.; OLIVEIRA, W. L. G.; VICENTINI, F. (org.). *Saúde da população negra e indígena*. Cruz das Almas: EDUFRB, 2020. p. 261-276.

RELAÇÕES RACIAIS E DE GÊNERO NA PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Elisabete Figueroa dos Santos e Clélia Rosane dos Santos Prestes

INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é discutir o olhar que tem sido lançado pela psicologia do desenvolvimento aos processos vividos por adolescentes e crianças, a partir das relações raciais e de gênero as quais são aspectos estruturantes nas sociedades atuais, assim como nas teorias e práticas psicológicas.

Femme Erecta

Há quanto ao tempo pertença?

Só esses anos? Impossível

Quantas cronologias marcam meu corpo.

Infinitas...

Senão porque tanta expressão

Sensação imprevisível. Átomos em explosão

Decerto não saberia, como sei identificar

Foram precisos muito sentir

Armas a adquirir, para por-se de pé.

(NASCIMENTO, 2015, p. 78)

Quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática.

Com efeito, o que essa experiência mais evidencia é o elo entre as duas – um processo que, em última análise, é recíproco, onde uma capacita a outra.

A teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora revolucionária.

Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para esse fim.

(HOOKS, 2013, p. 85-86)

A socialização das crianças e adolescentes, ao longo das gerações, é pautada pelas ideologias do racismo e do sexismo, as quais atribuem diferentes significados e valores a grupos sociais distintos. Para um grupo fica reservado o poder, privilégios, dominação política e ser referência, enquanto para outro ficam estereótipos, preconceitos, discriminações associadas a humilhação social, e as diferenças vão se reconfigurando em desigualdades, conforme aponta Brah (2006).

Essas ideologias são abordadas por Lorde (2019, p. 240), que assim as define:

Racismo, a crença na superioridade inata de uma raça sobre todas as outras e, assim, o direito à predominância. Sexismo, a crença na superioridade inata de um sexo sobre o outro e, assim, o direito à predominância. Discriminação etária. Heterossexismo. Elitismo. Classismo.

Segundo Bento (2001), Instituto AMMA Psique e Negritude (2007), Munanga (2005) e Werneck (2010), a socialização é permeada de estereótipos, ou seja, de representações coletivas, pré-julgamentos, os quais são a base de preconceitos, que são pensamentos e sentimentos pré-concebidos, em formato de fenômeno político e psicológico. Preconceitos, por sua vez, convertem-se em discriminação, que são condutas e comportamentos de inferiorização, com restrição ou privação de direitos. O caráter estrutural do racismo na sociedade se expressa na dimensão pessoal, interpessoal e institucional. O mesmo se dá com o sexismo.

A psicologia tem um histórico de discutir raça, tendo assumido, em alguns períodos da história, a função de oferecer conteúdo de racismo científico, atestando uma falsa inferioridade da população negra para justificar a dominação política, a exploração capitalista, a hegemonia eurocêntrica, entre outras opressões, como demonstrado em publicação do Conselho Federal de Psicologia (2017).

Em uma sociedade com relações de gênero pautadas por outro eixo de opressão, observa-se o sexismo institucional nas interações estabelecidas em diferentes setores da sociedade e na produção de conhecimento. A interligação entre racismo e sexismo, assim como seus prejuízos sobre conteúdos científicos e processos educativos, já era discussão de feministas negras em 1974, como no estatuto do Combahee River Collective (2015).

No caso específico da psicologia do desenvolvimento, como se dá a influência de violências estruturais? Sendo essa vertente da psicologia produzida em sociedades em que o racismo e sexismo são estruturais, tais ideologias configuram as definições do que será considerado normal ao longo da vida. Parte de um referencial que se pretende universalista, mas, como é de se esperar em universalismos, na verdade, adota parâmetros específicos sendo impostos como hegemônicos.

Quais os prejuízos de uma visão hegemônica de humanidade para a compreensão psicológica das diferentes fases da vida? Quais as especificidades de desenvolvimentos humanos em contextos com efeitos psicossociais das relações raciais e de gênero? Como tais aspectos determinam socialmente diferentes condições de desenvolvimento? Como discutir criticamente as dimensões raciais e de gênero presentes nas compreensões e projetos de cuidado psicológico? São perguntas-guia para o capítulo.

Cabe uma última pergunta, em princípio concebida em sua formulação mais automática: quais as contribuições da psicologia do desenvolvimento humano para a compreensão dos efeitos psicossociais do racismo e do sexismo ao longo da vida? Mas, reformulada, assim se apresenta: quais as contribuições dos estudos sobre relações raciais e de gênero para a psicologia do desenvolvimento humano?

CRESCENDO DE MÃOS DADAS COM ESTRUTURAS DESIGUAIS

Berger e Luckman (1976), sobre a construção social do sujeito em sua interação com o mundo, definiram um modelo conceitual para a interiorização da realidade e diferenciaram dois processos básicos de socialização: o da socialização primária e o da socialização secundária. O primeiro deles é um processo realizado basicamente pela família que ocorre desde o nascimento da pessoa e sem que lhe seja possível escolher as fontes socializadoras. Assim, na fase de socialização primária, a pessoa aprende, com outras mais próximas, sobre a sociedade e a cultura, enquanto começa a se tornar membro da sociedade a partir desses parâmetros.

Na socialização secundária, a família aparece como espaço privilegiado das relações mais íntimas e é essencial para a construção da identidade pessoal, mas podem ocorrer também vários outros

processos de socialização, a partir de instituições sociais às quais o sujeito se liga ao longo da vida. Por meio dessas socializações, o indivíduo integra-se paulatinamente a um gênero, a uma classe, a grupos sociais, a um bairro, a uma religião, a um país etc. (BERGER; LUCKMANN, 1976; GOMES, 1987; SILVA, 1987)

Portanto, de acordo com Berger e Luckmann (1976), desde o contexto familiar, o novo membro da sociedade interioriza um mundo já posto e significado, que lhe é apresentado de forma pré-definida, ou seja, construído anteriormente à sua existência. A aprendizagem de diferentes ideologias, incluindo o racismo e o sexismo, começa desde cedo, a partir da interação com familiares, amigos, igreja, escola, clube, entre outras pessoas, grupos e instituições. Ambas as opressões estão muito presentes na sociedade brasileira, equipando os padrões de socialização de crianças desde muito prematuramente. (BRITO, 2013)

Construímos processos de identificação e estilos de relação interpessoal significados a partir de discursos ideológicos que nos ensinam a estabelecer diferenças de valor para a diversidade. Aprendemos, desde cedo, a garantir a dominação política, por meio de privilégios, para grupos sociais tidos como superiores, como homens e brancos, às custas de humilhação social e exploração dos demais grupos, como afirma Gonçalves Filho (2008). Desde os primeiros momentos de vida, ou mesmo desde antes da concepção, simbolismos são estabelecidos, estereótipos e preconceitos absorvidos, autoestimas construídas, elementos são formatados para potencializar discriminações.

Nota-se que, de modo geral, as famílias não educam as crianças para reconhecerem ou lidarem com as artimanhas das opressões. É um item importante a ser incluído no processo educacional, e assim, em diferentes idades, posicionarem-se diante de situações de adversidade racial, a depender de maior ou menor grau de consciência racial. (BRITO, 2013) A partir dessa questão,

podemos ponderar a importância da compreensão do contexto sócio-histórico para quaisquer famílias e situações de interação social, uma vez que as dimensões de raça e gênero delinham as relações interpessoais para todas as pessoas, nas diferentes fases e situações da vida. Muitos seriam os ganhos, nos contextos familiares e nas demais instituições, se as dinâmicas do racismo e sexismo fossem comumente reconhecidas, enfrentadas e elaboradas.

A obra de Cavalleiro (2000), cujo objetivo era analisar a socialização das crianças negras no espaço da pré-escola e na família no que se refere à constituição da identidade dessas crianças, possibilitou visibilizar um contexto atravessado pelo racismo, uma vez que crianças negras, à medida que são cerceadas de determinadas dinâmicas, são expostas a lacunas, reticências, ou, ainda, a ausências de representatividade, além de serem vitimizadas por jogos infantis em que se expressam violências como se fossem brincadeiras sem potencial de machucar.

Tais conteúdos e circunstâncias contribuem negativamente para a construção de sua identidade. A pesquisa é reveladora de um silêncio envolvendo a questão racial na escola e também na família, o que acaba não oferecendo um repertório para que essa criança enfrente os preconceitos presentes na sociedade e também no espaço escolar, pois a questão é ocultada nas duas instituições.

Refletindo sobre o panorama social e sobre a semelhança da dinâmica de gênero, podemos considerar que esse silêncio ou silenciamento começa ainda antes do lar. Estruturantes na sociedade, as violências racial e de gênero são produzidas, naturalizadas e então reproduzidas amplamente em cada instituição e grupo social, chegando a ser interiorizadas por cada pessoa, e reproduzidas até por quem delas não recebe qualquer privilégio. No nível familiar e escolar, a naturalização das violências as silencia e permite sua perpetuação, além de desqualificar as denúncias e, sem acolhimento dos sofrimentos, “re-vitimizam” as vítimas.

No campo escolar, duas práticas frequentes merecem atenção em relação ao tratamento diferenciado das crianças: a paparicação e as agressões entre pares perpetradas a partir de vieses marcados por raça e gênero. Oliveira e Abramowicz (2010) constataram que a questão racial foi evidenciada nas práticas pedagógicas ocorridas na educação infantil em situações em que havia o direcionamento de determinado “carinho”, o que as autoras denominaram “paparicação”, por parte das professoras em relação a determinadas crianças, estando as negras, na maior parte do tempo, excluídas enquanto receptoras destes investimentos.

Ariès (1981), em estudo sobre o mesmo tema, identificou que a “paparicação” era uma forma de conduta que “originariamente, estava associada às mulheres, encarregadas de cuidar das crianças”, e que surgia quando “a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto”. (ARIÈS, 1981, p. 158) Assim, conforme pontua o autor, essa circunstância remetia a “um sentimento superficial” por parte do adulto e que ocorria em relação a crianças em seus primeiros anos de vida.

Os achados de Oliveira e Abramowicz (2010), em relação a como a “paparicação” era dinamizada, confirmam os apontamentos de Ariès (1981), demonstrando a superficialidade dos investimentos adultos no ato de paparicar as crianças. No contexto escolar infantil, correspondia a uma prática ou a um tratamento diferenciado justamente por algumas crianças ganharem essa paparicação, enquanto outras não. (OLIVEIRA; ABRAMOWICZ, 2010) De acordo com as autoras, as crianças negras estavam, na maior parte do tempo, fora dessas práticas, pressupondo a essas o recebimento de um carinho com menor paparicação. Dentre os atos que não recebiam, pode-se citar: ganhar colo da professora, ganhar beijo, receber elogios, afagos, ser chamada de “princesa”, entre outros.

Por outro lado, as práticas de perseguição, de chacotas, zombarias e até as agressões físicas – que, com frequência, focam as marcas corporais da racialização e do gênero – atingem em cheio crianças negras, seus cabelos crespos, e, dentre as agredidas, a incidência é maior sobre meninas negras. As agressões empreendidas às meninas negras são tidas equivocadamente como inofensivas, mas as expõem a situações de violência, desde muito precocemente. As consequências disso são muitas: prejuízos no processo de aprendizado, na garantia de oportunidades, para vivenciar relações seguras, e dificuldades para positivar características identitárias e a autoestima. Tudo isso faz com que crianças, e especificamente as meninas negras, sintam-se, com frequência, inferiorizadas. (SANTOS, 2019) Enquanto as crianças brancas crescem também prejudicadas por uma identificação com uma brancura idealizada e a tendência a praticar opressões.

Esse contexto leva ao cenário, analisado em estudos, em que alunos negros enfrentam dificuldades para permanecer na escola, apresentando maiores taxas de evasão e repetência. As conclusões são de que o rendimento escolar da criança negra é condicionado também por processos intraescolares, pois, mesmo quando o nível socioeconômico das famílias é equivalente, os negros, muitas vezes, apresentam trajetória escolar diferenciada, ou seja, o sucesso de estudantes negro é menor do que o de brancos na escola. (HASENBALG, 1987; HASENBALG; SILVA, 1990; ROSEMBERG, 1987)

Uma pesquisa sobre o perfil das crianças de zero a seis anos que frequentavam creches, pré-escolas e escolas, baseada nos resultados da pesquisa sobre padrões de vida do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), traz a conclusão de que, no que se refere à cor, o acesso de crianças brancas à educação infantil mostrou-se maior que o de pretas/pardas, o que, segundo as pesquisadoras, “configura um contexto em que a discriminação está

presente, confirmando resultados de outras pesquisas”. (KAPPEL; CARVALHO; KRAMER, 2001, p. 46) Rosemberg (2002, p. 2) reforça esses achados, afirmando que “o acesso escolar de crianças brancas é maior que o acesso de crianças não brancas (consideradas as crianças pretas, pardas e indígenas), se as crianças estiverem na idade correta de frequentar a educação infantil”.

Como demonstrado nesse primeiro trecho do capítulo, crianças negras vivem diversas experiências que as levam a constituir uma autoimagem negativa, o que, por seu turno, reverbera em autoconceitos e autoestimas também fragilizadas. Percebe-se, portanto, que o racismo impõe um contexto deveras adverso às crianças negras, o qual é intensificado para meninas negras, dada a interseccionalidade dos prejuízos de gênero.

EXPERIÊNCIAS ADOLESCENTES EM CONTEXTOS COM RACISMO E SEXISMO

Como etapa importante do desenvolvimento humano, a adolescência tem sido situada pela literatura especializada como um período caracterizado por momentos de readaptações e mudanças resultantes da interação biológica, socioemocional e psicossocial. Dentre essas modificações, encontra-se a puberdade, que indica o fim da infância por meio da maturação manifesta nas alterações físicas, como a capacidade reprodutiva. Nesse período, a sexualidade se desenvolve significativamente, e podem ter início os relacionamentos amorosos, como um “experimento”, juntamente com a iniciação da vida sexual, o que se associa à continuidade do processo de identificação. (MATOS; FÉRES-CARNEIRO; JABLONSKI, 2005; PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2010; SAITO; SILVA; LEAL, 2014)

Esse é um período caracterizado por novas experiências, novas relações, exploração de outras perspectivas sobre si e sobre outras

peessoas, ainda sem compromissos e responsabilidades amplas, um período de experimentação, também denominado como moratória. Cabe atentar-se para o fato de que os aspectos históricos e culturais têm papel substancial em processos psicossociais e de identificação, construídos por meio de relações de adolescentes consigo mesmos(es), entre si e com seu meio histórico, social e cultural. (DOMINGUES; ALVARENGA, 1997) Importa refletir: a quem costuma ser aplicada ou permitida a ideia de moratória? De permissividade? De experimentação? Pode-se afirmar que não costuma ser aplicada a adolescentes negros, tampouco às negras.

Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram negras, sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa dentre não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. (IPEA; FBSP, 2019) Dentre as características mais marcantes e desiguais dos homicídios de adolescentes e jovens brasileiros, o fato de haver uma tendência de vitimização de pessoas negras, por homicídio, e em dimensão quase três vezes maior do que em relação a brancas. Verifica-se, ainda, que é um fenômeno cada vez mais frequente nos meios urbanos, visto que altos índices de homicídio na adolescência aparecem proporcionais a maiores densidades populacionais dos municípios. (MELO; CANO, 2012)

No tocante às dinâmicas de produção do fracasso escolar, Carvalho (2004) alerta que são adolescentes do sexo masculino e negros aqueles que têm mais prejuízos em seus percursos educacionais, sendo também aqueles que mais evadem dos bancos escolares. Dentre as variáveis que respondem pela probabilidade dessa evasão do contexto escolar e educacional, está a necessidade de adolescentes e jovens negros terem que ingressar cedo no mercado de trabalho, de modo a gerar contribuições para o sustento familiar. Todavia, também no mundo do trabalho, encontram adversidades a serem transpostas ou contornadas. As desigualdades raciais existentes no mercado de trabalho são reflexo de

um histórico de exclusões e ausência de políticas públicas, que se segue desde o período pós-abolição, ou mesmo antes. (SANTOS; SCOPINHO, 2011)

Em meio à discussão da adolescência e suas especificidades, é de suma importância apontar e problematizar as características da construção social atrelada a raça e ao gênero feminino. Importante refletir sobre os desafios para que adolescentes e jovens negras construam identidades e autoestimas saudáveis. A estranheza com que se lê socialmente sua inscrição racial, tanto quanto suas especificidades de gênero, criva os modos como serão dinamizadas as representações e expectativas atribuídas a essas adolescentes, assim como os lugares reservados a elas nas interações sociais, elementares nessa etapa da vida, bem como a probabilidade de serem aceitas e validadas nos diversos espaços e processos sociais.

Sua corporeidade é marcada, historicamente, pela diferença tornada pejorativa, pelo prejuízo advindos de padrões hegemônicos, socialmente impostos e cultuados. Um ponto bastante prejudicado por esse padrão é a crespidude dos cabelos, associada a uma suposta feiura, o que leva mulheres negras, em diferentes estágios da vida, a buscarem atenuar discriminações por intermédio da atenuação das curvas do cabelo, com métodos químicos nocivos, em uma tentativa para aproximar-se do referencial branco. Em outros posicionamentos, pautados pela consciência política, o cabelo crespo passa a ser afirmado como signo positivo de negritude e de re-existência.

Experiências estéticas e políticas que irão determinar aspectos particulares na dimensão psíquica, envolvendo certas configurações de sentido que vão caracterizando a condição subjetiva. Dada a representação desqualificante do corpo negro e feminino, as vivências subjetivas – as quais passam pelo corpo – são redirecionadas, senão truncadas pela experiência do racismo e do sexismo. Falar, portanto, sobre o corpo da mulher negra implica,

a priori, pensarmos o corpo enquanto signo que, a partir de determinada estrutura social, reproduz significações e ideais, de forma a dar-lhe um sentido particular, como teorizam Nogueira (1998) e Souza (1990).

É secular a existência de uma dinâmica de preterimento de adolescentes e jovens negras no que toca às relações afetivo-sexuais. Collins (2001) e hooks (2006) apontam que a escravidão dificultou e impediu a vivência de envolvimento afetivos e experiências amorosas, sendo a opressão escravocrata um sistema que procura controlar desejos e sentimentos, além de objetificar adolescentes, jovens e mulheres negras.

A intelectualidade é outra experiência comprometida, e que demanda resistência política para ser desenvolvida, como discute hooks (1995). E são as adolescentes negras aquelas que, com maior frequência, assumem a maternidade (muitas vezes, do tipo solo) em seus projetos de vida, seja por imposição, por escolha e/ou influência de um horizonte que projeta, de modo antecipado, características de adultez (PACHECO, 2008; SILVA, 2010) e de maternidade ou mesmo de cuidadora.

Gibbs (1985) indica que, avaliando-se pesquisas sobre adolescentes negras, é possível destacar três tendências principais na forma como elas são tratadas nos diferentes estudos. Vale-nos, neste capítulo, mencionar duas tendências. A primeira se refere ao estabelecimento de uma meta-teoria ou de assunções que atuam como guias para as hipóteses de pesquisadores sobre adolescentes negras. Tais assunções determinam a alta frequência de hipóteses associadas a déficits, tendo implícito o estereótipo de que negres seriam cinco D's: "deprived, disadvantaged, deviant, disturbed e dumb" (GIBBS, 1985, p. 28), isto é, desprovidos, desfavorecidos, desviantes, perturbados e estúpidos.

Estudos sobre problemas de comportamento, tais como delinquência e fracasso escolar, são super-representados na literatura

sobre adolescência negra, enquanto são mais escassos estudos enfocando dimensões psicológicas de outro caráter, como autoestima, aspirações educacionais/profissionais e locus de controle. Essa abordagem das pesquisas tende a reforçar a noção de que ser negro resulta inevitavelmente em menores níveis desse tipo de atributos e atitudes.

A segunda tendência, mencionada pela autora, diz respeito à quantidade limitada de pesquisas sobre adolescentes negras, o que pode ser atribuído a vários fatores. Por exemplo, pode refletir um problema mais amplo de escassez de pesquisas sobre mulheres e adolescentes de modo geral. Pode refletir, também, a sub-representação de acadêmicas(es) de grupos subalternizados, que seriam, justamente, as quais teriam maior probabilidade de se interessarem por essas temáticas.

Gibbs (1985) discute, ainda, a experiência de Erik Erikson, ao aplicar seu conceito de identidade a adolescentes negras, argumentando que eram mais prováveis de experienciar situações como de difusão identitária ou problemas identitários prematuros, uma vez que tais adolescentes assumiriam uma identidade negativa, por meio da internalização de atitudes desvalorativas disseminadas pela sociedade.

Como aponta a autora, de forma patente, tais conclusões de Erikson faziam eco a uma literatura vigente, que propunha que tais problemas de identidade (e também aqueles de autoestima, autoconceito etc.) culminariam em desajustamento social, dando origem a processos denominados nesses estudos como delinquência, gravidezes indesejadas, envolvimento com drogas, entre outros fenômenos. O fato, como aponta a autora, em relação a adolescentes negras, é que a maioria delas não confirma tais projeções, a despeito da marginalização presente nessa literatura dita científica.

Dando sequência à problematização das deficiências tradicionais em pesquisas e teorizações sobre o desenvolvimento humano,

no que concerne aos recortes de gênero e raça, é pertinente sublinhar as proposições de Swanson e demais autores (2003). Sugerem estabelecer foco não apenas no comportamento problemático, mas também nos processos de resiliência e na obtenção de resultados positivos.

Em segundo lugar, Swanson e demais autores (2003) apontam que a complexidade de raça e etnia (importante incluir também o gênero) deve ser reconhecida, e os fenômenos devem ser vistos por múltiplas perspectivas, ou seja, em termos de diferenças culturais, racismo (e sexismo) estrutural, aspectos normativos no desenvolvimento, processos de identificação e seus correlatos. Uma abordagem integrativa, combinando diferentes perspectivas disciplinares e teóricas, incluindo os recortes de gênero e raça/etnia, é essencial para a compreensão das questões relativas ao desenvolvimento de diferentes grupos sociais.

Ainda sobre o foco dos trabalhos, e pensando-se a especificidade de figuras sociais que conciliam serem mulheres e negras, em trabalhos de Prestes (2016, 2018), foi discutida a prevalência de estudos que, quando incluem ou enfocam mulheres negras, restringem-se a suas mazelas. Foi avaliada a enorme demanda por novas formas de análise das experiências de mulheres negras, com giros que incluam a interseccionalidade como método de análise e de ação, significando, dessa forma, estudos que considerem diferentes abordagens das temáticas, assim como uma encruzilhada de eixos de perspectivas teóricas, fontes de conhecimento, estilos de teorias e práticas, eixos de especificidades e dimensões do contexto.

Nas próprias pesquisas, sobre mulheres negras, Prestes dedicou-se a temas como resiliência, estratégias de promoção da saúde e bem viver, dialogando com produções do meio acadêmico e do campo do movimento negro e de mulheres negras, que tomam a educação politizada e atenta às relações raciais e de gênero como uma das estratégias de promoção de saúde integral.

Cabe reconhecer que existem, por um lado, processos e experiências de desenvolvimento comuns a todas as pessoas, e, por outro, significados atribuídos a essas experiências, os quais podem variar conforme as configurações histórica, social e cultural. Audre Lorde (1984, p. 42) observa que, em contextos racistas e sexistas, “a diferença racial cria uma constante distorção de visão, ainda que tácita, [na qual] as mulheres negras sempre foram, por um lado, altamente visíveis e, por outro lado, foram tornadas invisíveis por meio da despersonalização do racismo”. Lorde (1984, p. 42) aponta também que, em dadas circunstâncias, a “visibilidade que nos faz mais vulneráveis” – aquela que acompanha ser negra em uma sociedade que nos discrimina – “também é fonte da nossa maior força”.

Collins (2013) vai de encontro a essa afirmação, ao postular que imagens de controle categorizam mulheres negras, ficando especialmente visíveis e abertas à objetificação. Esse tratamento de grupo traz uma potencial invisibilização de mulheres negras como seres humanos por inteiro. Paradoxalmente, no entanto, a ressignificação dessa invisibilidade, em uma posição de estrangeira de dentro (*outsider within*), estimulou criatividade e um posicionamento crítico a partir justamente dessas características.

O contexto sócio-histórico racista e sexista incidiu sobre as particularidades do lugar social reservado a mulheres negras, e favoreceu o imaginário social que traz representações como antissujeitos, segundo Carneiro (1995). Contudo, como adverte Collins (2013), é nos microespaços e também nos meandros de caminhos, por vezes, solitários, que mulheres negras, diante de opressões interseccionadas de raça, classe, gênero e sexualidade, têm projetado articulações e proposições conscientes que permitem resistir e, em muitos casos, diante de tentativas de confinamento, transcender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vias de finalizar este trabalho, é preciso observar que foi necessário afirmar o peso da expressão estrutural do racismo e do sexismo. Pesos que obviamente são ainda traços atuantes na vivência de negres e mulheres atualmente, inclusive, por serem eles próprios desencadeadores da necessidade de se discutir as dinâmicas de atravessamento das vivências a partir de questões de gênero e raça. São, também, o motor que torna imperativa a contrarrepresentação.

Isso posto, vale dizer que as menções ao racismo e ao sexismo foram necessárias para localizar as necessidades de (re)construção no tempo e no espaço, e trazer à agenda da psicologia a necessidade de considerar as interferências de construções sociais de gênero e raça nos diferentes momentos e processos de socialização e processos psicossociais.

Os dados e reflexões apresentadas são a base da defesa de que é urgente que a psicologia repense a universalidade afirmada nas teorias tidas como clássicas. As análises das dinâmicas psíquicas, em diferentes momentos de vida, necessitam considerar questões próprias às especificidades de gênero e raça. Considerações essas imprescindíveis também nos planejamentos de cuidado e autocuidado.

É importante, assim, pontuar como ações individuais e coletivas mudam a conjuntura em que meramente se sobrevive e reproduz mentalidades e práticas discriminatórias para uma na qual se favorece emancipação, empoderamento, agência, entre outros, permitindo enxergar a vida cotidiana como um processo de construção social e, portanto, passível de mudanças e de ser ocupada por cada pessoa como sujeito de direitos. Nesse sentido, afirmar-se politicamente como mulher e/ou negre requer contestar o lugar de subalternidade, aproximando-se do lugar ativo de contestação dos marcos hierárquicos que procuram posicionar deter-

minados sujeitos em uma escala de inferioridade-superioridade. Requer, também, re-escrever a história.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BENTO, M. A. S. *Cidadania em preto e branco*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. *The social construction of reality*. Harmondsworth: Penguin, 1976.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, São Paulo, v. 26, p. 329-376, 2006.
- BRITO, A. E. C. Lares negros olhares negros: identidade e socialização em famílias negras e inter-raciais. *Serviço Social em Revista*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 74-102, 2013.
- CARNEIRO, S. Gênero, raça e ascensão social. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 544-552, 1995.
- CARVALHO, M. P. Quem são os meninos que fracassam na escola? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 21, p. 11-40, 2004.
- CAVALLEIRO, E. S. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- COLLINS, P. H. What's in a name? Womanism, Black Feminism, and beyond. *The Black Scholar*, Massachusetts, v. 26, n. 1, p. 9-17, 2001.
- COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Brasília, DF: CEBRAP, 2013.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília, DF: CFP, 2017.

- DOMINGUES, M. A. S.; ALVARENGA, A. T. Identidade e sexualidade no discurso adolescente. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 32-68, 1997.
- GIBBS, J. T. City girls: Psychosocial adjustment of urban Black adolescent females. *Sage: A scholarly journal of Black women*, [s. l.], v. II, n. 2, 1985.
- GOMES, N. L. *A mulher negra que eu vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza, 1995.
- GOMES, J.V. Socialização: um estudo com famílias de migrantes em bairro periférico de São Paulo. 1987. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- GONÇALVES FILHO, J. M. A Dominação humana política: dominação e angústia. In: INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE; POMPEU, F. *Os efeitos psicossociais do racismo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008. p. 57-71.
- HASENBALG, C. A. Desigualdades sociais e oportunidade educacional: a produção do fracasso. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 63, p. 24-26, 1987.
- HASENBALG, C. A.; SILVA, N. do V. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 73, p. 5-12, 1990.
- HOOKS, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- HOOKS, B. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.
- HOOKS, B. Vivendo de amor. In: WERNECK, J. (org.) *O Livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2006.
- INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE. *Identificação e abordagem do racismo institucional*. Brasília, DF: CRI, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Atlas da violência 2019*. Brasília, DF: Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

KAPPEL, M. D. B.; CARVALHO, M. C.; KRAMER, S. Perfil das crianças de 0 a 6 anos que frequentam creches, pré-escolas e escolas: uma análise dos resultados da Pesquisa sobre Padrões de Vida/IBGE. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 35-47, 2001.

LORDE, A. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LORDE, A. *Sister outsider: essays and speeches*. New York: Crossing Press, 1984.

MATOS, M.; FÉRES-CARNEIRO, T.; JABLONSKI, B. Adolescência e relações amorosas: um estudo sobre jovens das camadas populares cariocas. *Interação em Psicologia*, Londrina, v. 9, n. 1, p. 21-33, 2005.

MELO, D. L. B.; CANO, I. *Homicídios na Adolescência no Brasil: IHA 2009/2010*, Rio de Janeiro: Observatório das Favelas, 2012.

MUNANGA, K. *Superando o racismo na escola*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, B. *Femme erecta*. In: RATTTS, A.; GOMES, B. (org.). *Todas(as) distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento*. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2015.

NOGUEIRA, I. B. *Significações do corpo negro*. 1998. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, F.; ABRAMOWICZ, A. Infância, raça e “paparicação”. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 209-226, 2010.

PACHECO, A. C. L. *Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2008.

- PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. *Desenvolvimento humano*. 10. ed. Juiz de Fora: AMGH, 2010.
- PRESTES, C. R. S.; PAIVA, V. S. F. Abordagem psicossocial e saúde de mulheres negras: vulnerabilidades, direitos e resiliência. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 673-688, 2016.
- PRESTES, C. R. S.; FACHIM, F. L.; PAIVA, V. S. F. Estratégias de saúde realizadas por/para mulheres negras nas Américas: revisão de escopo. *Revista Interfaces Brasil-Canadá*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 126-160, 2018.
- ROSEMBERG, F. Relações raciais e rendimento escolar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 63, p. 19-23, 1987.
- ROSEMBERG, F. *Dilemas da educação infantil brasileira contemporânea*. Palestra apresentada no 14º Congresso Brasileiro de Educação Infantil, p. 1-10, 2002.
- SAITO, M. I.; SILVA, L. E. V.; LEAL, M. M. *Adolescência prevenção e risco*. São Paulo: Atheneu, 2014.
- SANTOS, A. C. N. *Meninas negras em mulheres negras: identidade étnico-racial na escola*. Dissertação (Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2019.
- SANTOS, E. F.; SCOPINHO, R. A. Fora do jogo?: jovens negros no mercado de trabalho. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 63, p. 26-37, 2011.
- SILVA, D. de L. e. Diáspora, escravidão e maternidade em Amada e Compaixão de Toni Morrison. In: FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Paraíba. *Anais*. [...]. Paraíba, p. 1-8, 23/26 ago. 2010. Tema: Diásporas, diversidades e deslocamentos.
- SILVA, P. B. G. *Educação e identidade dos negros trabalhadores rurais do Limoeiro*. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 1987.
- SOUZA, N. S. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SWANSON, D. P. *et al.* Psychosocial Development in Racially and Ethnically Diverse Youth: Conceptual and Methodological Challenges in the 21st Century. *Development and Psychopathology*, Cambridge, v. 15, p. 743–771, 2003.

THE COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. A Black Feminist Statement. In: HULL, A.; BELL-SCOTT; SMITH, B. *All the women are white, all the blacks are men, but some of us are brave: black women's studies*. 2. ed. New York: The Feminist Press, 2015.

WERNECK, J. *Políticas públicas para negras e negros*. Rio de Janeiro: Criola: Fundação Heinrich Boll, 2010.

**“É MUITO FEIO: TEM XINGAMENTO
POR CAUSA DA COR DA PELE, DO CABELO”**

**experiências, efeitos psicossociais e enfrentamentos
ao racismo por crianças e adolescentes
de uma capital do Nordeste brasileiro**

*Sandra Assis Brasil, Leny Alves Bomfim Trad
e João Batista de Brito Braga Alves*

INTRODUÇÃO

O capítulo discute experiências de crianças e adolescentes negras de uma capital do Nordeste brasileiro a partir de suas percepções e narrativas sobre processos de discriminação e preconceito racial e possíveis formas de enfrentamento. Trata-se de um recorte de um estudo mais amplo, tese de doutorado, que buscou compreender processos de socialização e construção de identidades de crianças e seus familiares, utilizando referências do campo socioantropológico e psicológico. Neste capítulo, buscamos uma aproximação com o campo do desenvolvimento humano, articulando com os achados do estudo mais amplo e a complexa discussão sobre racismo e infância. Partimos da perspectiva que compreende o racismo como um importante determinante das relações socioafetivas brasileiras e, portanto, elemento crucial para compreensão

dos processos de interação e formação de crianças e jovens no país. Esse racismo estrutural é produtor de diferenças significativas nos processos de constituição de si, produção de cuidado e relações sociais, impactando diretamente o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes negros.

As iniquidades raciais impactam diretamente as condições de vida e saúde da população. O racismo brasileiro pode ser compreendido como um fenômeno sócio-histórico que marca as bases de socialização no país, e também um importante determinante social da saúde. O racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) opera em todas as dimensões das relações sociais, como estado, política, economia, cultura, produção de ideologias e subjetividades. Trata-se de um fenômeno complexo e, como tal, diluído em diversos espaços da vida e socialização, sobretudo no contexto brasileiro, no qual tais experiências se dão de forma muito sutil, velada e significativamente silenciada, porém, bastante eficaz em seus propósitos. (MUNANGA, 2017)

O racismo presente já na infância pode acarretar uma série de consequências para a formação das crianças e adolescentes negras. Sentimentos de inferioridade, desvalorização de suas identidades e costumes, além de relações de discriminação e violência são exemplos possíveis e marcantes para a formação de uma parte da infância neste país. (SANTOS, 2002; SOARES, 2011; UNICEF, 2010) Os impactos do racismo no desenvolvimento de uma criança precisam ser descritos e analisados a fim de que se possa melhor oferecer suporte e cuidado a sujeitos que, muitas vezes, não possuem ferramentas para identificar as fontes de seus sofrimentos e as principais formas de enfrentá-los. Além de que, por se constituírem episódios de violência (física ou simbólica), podem interferir de um modo diferenciado e, por vezes, perverso, na construção das identidades destas crianças.

Tais processos identitários têm sido discutidos e analisados, particularmente entre os estudos de educação, nos quais são abordados temas como estereótipos, representações sobre corpo, cabelo e estética da criança negra, ou ainda a ausência de figuras negras nos livros infantis. (GOMES, 2002, 2003; GÔUVEA, 2005; LIMA, 2005; SILVA, 2005; SOARES, 2011) De fato, a escola, considerada um espaço estratégico nos primeiros processos de socialização e convivência entre as crianças, tem ocupado lugar de destaque nesse debate, revelando-se um contexto problemático para a formação da identidade negra, sendo notável a falta de exemplos satisfatórios com os quais a criança possa se espelhar, identificar-se e desenvolver-se de modo relativamente “saudável”.

Soares (2011) recorda que a infância é uma etapa fundamental para o desenvolvimento do ser humano, na qual as crianças podem experimentar, conhecer, relacionar e expressar diversas possibilidades para suas vidas, adquirindo valores e referências importantes. Porém, o que se escuta nessa fase, através dos discursos enunciados por professores, colegas e mesmo familiares, pode permitir ou não uma boa formação e valorização de diferentes identidades. Se as experiências cotidianas que ajudam na construção e formação desses infantes são marcadas por práticas discriminatórias, delinea-se assim um cenário marcado por desigualdades e produtor de sofrimento, dor e silenciamentos, sobretudo entre aqueles cujas capacidades discursivas ainda são limitadas por suas fases de desenvolvimento.

O racismo, assim, produz efeitos sobre os sujeitos em seu aspecto mais subjetivo, comprometendo os processos de construção de identidade e autoestima do negro desde a infância, impu-
tando-lhe exclusão social, sofrimentos e intenso mal-estar social, que repercutirão, fatalmente, em seu estado de saúde e qualidade de vida. Afetando a saúde dos sujeitos, tais fenômenos são produtores de uma violência capaz de acarretar danos irreparáveis em

muitos casos. Zamora (2012) já alertava para o fato de se ter poucos estudos sobre racismo no campo da psicologia, destacando a necessidade de crescimento de produções nesta área para que se possa melhor compreender e enfrentar as consequências psicossociais deste sofrimento.

Gouveia e Zanello (2018) analisaram artigos sobre a temática racial e sua relação com o campo da saúde mental. Observaram que, apesar de incipiente, a psicologia é uma das que mais produziu estudos nessa área quando comparadas com outras disciplinas. Apontam para uma “necessidade urgente de ênfase investigativa dos impactos do racismo na saúde mental de pessoas negras” (GOUVEIA; ZANELLO, 2018, p. 460), refletindo sobre como a vivência do racismo pode ser um estressor e causa de sofrimento, além de atuar de forma “invisível” nos serviços de saúde mental, cuja função deveria ser o acolhimento da “pessoa alvo do racismo”. (GOUVEIA; ZANELLO, 2018, p. 460) Destaca-se ainda o fato de nessa revisão não terem sido encontrados trabalhos que discutissem esse aspecto na infância ou adolescência.

Neste capítulo¹ são analisadas experiências de discriminação racial e preconceito de crianças e adolescentes de Salvador/Bahia, identificando repercussões para seus contextos de vida e construção de identidades. Destacam-se olhares, vozes e mesmo silêncios de crianças e jovens sobre episódios de violência, sofrimento e dor, bem como suas possibilidades de enfrentamento e supera-

1 Os achados discutidos neste capítulo constituem um recorte da tese de doutorado da primeira autora, intitulada *Construção de identidades, vivências de racismo e repercussões psicossociais: experiências de crianças negras em Salvador – BA, com ênfase nas narrativas das crianças*. Por se tratar de um recorte, alguns trechos de narrativas parecerão incompletos ou mesmo muito diretos em relação às experiências de racismo. Entretanto cabe sinalizar que toda produção de campo foi realizada com responsabilidade, respeito e acolhimento às sensações e sentimentos gerados pelo estudo. Ademais, o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, CAAE nº 19905513.1.0000.5030.

ção. Também se reconhece a complexidade de conformação do racismo contemporâneo (WILLIAMS; PRIEST, 2015), sobretudo o racismo localizado na cidade de Salvador/Bahia, e os limites de acesso e compreensão do mesmo entre as crianças. Vale ressaltar a importância que este trabalho tem em explorar as falas e experiências da própria criança, em detrimento de outros estudos que tentam compreender o universo infantojuvenil sob a ótica dos adultos, pais, cuidadores e profissionais que lidam diretamente com este público.

O que dizem alguns estudos sobre racismo na infância

O sofrimento psíquico advindo da dimensão étnico-racial é capaz de produzir graves sintomas e alterações do desenvolvimento psicoafetivo de uma criança. Santos (2002) relata o caso de uma criança de nove anos com dificuldades emocionais graves, sua relação com conflitos ligados à sua origem étnica e à consequente busca de constituição de sua subjetividade. A autora destaca as dificuldades da criança em se perceber como uma menina negra, presa em uma “ideia delirante” de ser uma menina loira e que sofreu uma série de interdições durante a curta e tensa relação de seus pais. Sua identidade foi possivelmente forjada sob o ideal de beleza do pai, loiro, que maltratava aquela que não podia ser bela, sua mãe negra resultando em um sujeito “café com leite” (SANTOS, 2002, p. 126) com dificuldades para se firmar.

Priest e demais autores (2013), em uma revisão sobre os efeitos da discriminação racial sobre a saúde de crianças e jovens, concluíram que em todos os estudos analisados foram encontradas fortes evidências que a discriminação racial constitui um determinante crítico da saúde e do bem-estar geral no desenvolvimento infantojuvenil, demonstrando ainda os efeitos negativos desta discriminação. A revisão identificou 121 estudos sobre relações significativas e consistentes entre discriminação racial e indicadores negativos

de saúde mental, tais como ansiedade, depressão e estresse psicológico, além de uma importante correlação entre discriminação racial e problemas comportamentais. (PRIEST et al., 2013)

O estudo de Goff e demais autores (2014) evidenciou que meninos negros são vistos como mais velhos e menos inocentes quando comparados com seus pares brancos da mesma idade. Os autores partiram de uma concepção de infância na qual a categoria social “criança” define um grupo de indivíduos que são percebidos como distintos, possuindo características próprias, incluindo a inocência e a necessidade de proteção. (GOFF et al., 2014) Os achados demonstraram uma associação entre “negro/ macaco”, destacando-a como um importante preditor das atuais disparidades raciais na violência policial contra jovens negros. Para os autores, a pesquisa sugere que o processo de desumanização é uma atitude intergrupar perigosa e que essa percepção intergrupar sobre a criança/infância é pouco explorada, sendo necessário mais estudos neste campo.

França e Monteiro (2004) constataram que a expressão do racismo na infância se apresenta de forma cada vez mais sutil, sendo entendida como expressões indiretas do racismo. As autoras estudaram expressões do racismo em crianças brancas, tentando verificar o efeito da idade na expressão das ações discriminatórias. Seus achados contrariaram tendências apontadas na literatura, ao demonstrarem que as crianças mais velhas (a partir dos 8 anos) continuaram a apresentar comportamentos discriminatórios, expressos de forma indireta e que ficam “imunes à crítica ou punição social”. Nesse trabalho, as autoras acreditam que possíveis mudanças nos modos de expressão do racismo estão ligadas aos processos de interiorização das normas sociais e a capacidade de lidar com tais normas em função dos contextos de vida das crianças.

A pesquisa realizada por Silva e Branco (2011) focalizou a interação entre meninas negras e brancas, na faixa etária dos 9 aos 11 anos, em um contexto lúdico estruturado e constatou maior

valorização de um padrão de beleza branco, loiro e de olhos azuis. Nas interações propostas pelas pesquisadoras, as meninas, independentemente de sua cor/raça, valorizaram a boneca branca e loira, em detrimento da boneca negra e de cabelo crespo e apontaram o ideal de menino bonito como sendo “branquinho”, de olhos e cabelos claros.

O trabalho de Oliveira e Abramovicz (2010), sobre as práticas das profissionais de uma creche, evidenciou diferenças significativas no cuidado dispensado às crianças brancas e negras, por parte das educadoras. O componente racial se revelou um fator de exclusão das crianças negras das ações de paparicação, dos atos de carinho ou dos elogios relacionados à beleza e ao bom comportamento. Esse estudo revelou expressões de racismo que contrariam o suposto racismo cordial brasileiro, sobretudo atos discriminatórios contra crianças ainda tão pequenas. Durante as observações de campo, as autoras perceberam como o cuidado é pouco dispensado às crianças negras, alertando para possíveis penalidades sobre o corpo negro e sobre quem merece ou não o cuidado, a atenção e o colo da professora.

Fazzi (2004) realizou um trabalho de campo em duas escolas, uma frequentada por crianças de classe média e a outra por crianças pobres. Sua análise não percorreu sistematicamente os estratos de idade, gênero e cor, porém se debruçou sobre a possibilidade de construir um tipo ideal de criança preconceituosa, destacando a natureza dos estereótipos constituintes das relações inter-raciais e caracterizando o que poderia ser um comportamento preconceituoso. Seus achados encontram eco nas representações negativas do negro na sociedade brasileira e apontam como as crianças recriam realidades preconceituosas e contribuem para a manutenção do racismo brasileiro. Souza (2016), em linha com os achados apresentados anteriormente, destaca a importância de se pensar as categorias raça e etnia na infância, pois são capazes de demonstrar classificações

e hierarquizações nas construções subjetivas dos sujeitos infantis. A autora discute o uso de imagens estereotipadas e reprodutoras de discursos de valorização do ideal branco em cartazes, muros e salas de aula sem referência a imagens de crianças negras.

Andriani (2006, 2007) também pesquisa crianças em uma escola pública sobre as significações construídas a respeito de raça e racismo, evidenciando como os diferentes sujeitos elaboraram aspectos de sua posição social no mundo, a partir da interação com os pares e mediados pela cultura. Através da psicologia histórico-cultural, conclui que “a constituição dos potenciais de ação, participação, prazer e bem-estar social encontra-se relacionada às condições experienciadas e as significações configuradas a partir do que é vivido/sentido.” (ANDRIANI, 2006, p. 181) A autora analisa a atuação mais ativa das crianças negras na discussão, apontando para a possibilidade de reconfiguração das relações de poder, durante o processo de vivência no grupo que foi estabelecido para pesquisa.

Os estudos acima destacam diferentes caminhos de análise sobre os impactos que o racismo pode ter nos processos de formação e desenvolvimento infantojuvenil. Tais perspectivas versam sobre evidências que destacam o racismo como um determinante de saúde que afeta o bem-estar de crianças, bem como percepções, representações e construções sociais que recaem diretamente no olhar, no julgamento e na produção de cuidado de crianças negras em diferentes contextos sociais e institucionais. A criança negra, em seus processos interacionais, quer sejam em espaços íntimos, familiares, ou numa relação mais ampla com os diferentes dispositivos sociais, detém um processo de subjetivação e constituição de si fragilizados e impactados pelos efeitos estruturais do racismo.

Nesse sentido, esse estudo analisa a interface “interação social-desenvolvimento infanto-juvenil” numa perspectiva interacionista e histórico-cultural e que dialoga com os desafios e

potencialidades das experiências dessas crianças e adolescentes, buscando destacar suas possibilidades de agenciamento diante dos contextos sociais de opressão. A perspectiva interacionista e histórico-cultural do desenvolvimento humano enfatiza como emoções e linguagem, constituindo-se socialmente, organizam também as expressões psíquicas e os processos psicológicos. O desenvolvimento psíquico se dá a partir das relações e ação sociais, do “entrelaçamento de processos evolutivos e involutivos, pelo complexo cruzamento de fatores externos e internos, por um complexo processo de superação de dificuldades e de adaptação”. (VIGOTSKY, 1995 apud GONZÁLEZ-REY, 2012, p. 73)

Dessa forma, o desenvolvimento se estabelece a partir das interações sociais, que, no caso das crianças negras, e de acordo com as evidências acima elencadas, são marcadas por dores, silenciamentos e percepções negativas, estigmatizadas e inferiorizantes do ser negro no mundo e no Brasil. É neste cenário social que as crianças negras interagem e se desenvolvem, buscando formas de constituição de si.

DOS CAMINHOS E DESAFIOS DE PRODUÇÃO DESTA PESQUISA – QUESTÕES DO MÉTODO

Desenvolvemos uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, cuja análise deteve-se sobre narrativas de crianças negras e suas famílias. Um primeiro desafio metodológico guardou relação com a intenção de investigar crianças em uma perspectiva que as colocasse em posição de agentes sociais, capazes de falar de si, e articulando essa posição com análises em torno de pressupostos interacionistas, que permitem olhar os sujeitos sociais como possíveis intérpretes do mundo, destacando os significados que os próprios sujeitos põem em prática na construção desse mundo social. Nesse sentido, a perspectiva de trabalho de Vigotsky destaca a

intervenção de indivíduos no desenvolvimento de outros indivíduos e coaduna com a proposta de investigação em que os pesquisadores também são ativos e interagem com os participantes do estudo. (OLIVEIRA, 2010)

Para compreensão das experiências das crianças, utilizou-se de ferramentas de inspiração etnográfica. A etnografia constitui um modo de imersão no universo cultural do “outro”, diferente, ou não, da realidade do pesquisador, para que sejam possíveis descrições densas da realidade, compreendendo as relações sociais, as formas de produção e reprodução da socialização, interpretadas pelos próprios sujeitos. (GEERTZ, 2019)

O contato com as crianças envolvia, de um lado, a mediação dos adultos responsáveis por elas, sobretudo no caso das famílias de classe média, e, de outro lado, as crianças do bairro popular que participaram da pesquisa de forma mais livre e espontânea, uma vez que a pesquisadora já atuava no bairro em outros projetos. Nesse caso, a maioria das crianças tinha mais autonomia em relação aos seus pais e cuidadores e transitava livremente pela comunidade. Este elemento não necessariamente facilitava o contato da pesquisadora com as crianças, uma vez que elas definiam por conta própria participar ou não dos grupos de brincadeiras desenvolvidos e dos momentos de entrevistas mais formais.

As principais técnicas utilizadas foram: observação participante com uso do diário de campo, entrevistas semiestruturadas com as crianças de diferentes núcleos familiares (algumas crianças foram entrevistadas mais de uma vez em anos diferentes) e com os pais ou responsáveis pelas crianças; desenvolvimento de atividades lúdicas, tais como brincadeiras, leituras de livros infantis e, sobretudo, uso de desenhos que representassem o cotidiano das crianças. Os livros infantis utilizados versavam, quase todos, sobre a temática étnico-racial. Eles foram escolhidos para serem disparadores da temática nas situações em que as crianças não falavam – seja por

desconhecimento ou pelo silêncio do que não se consegue dizer. Desenhos e leituras de livros infantis foram usados como disparadores para escuta das histórias que as crianças poderiam contar e que, muitas vezes, refletiam suas próprias experiências.

Entre os anos de 2012 e 2014,² foram entrevistadas 17 crianças e adolescentes, todas negras (autodeclaração): quatro na faixa etária entre 5 e 6 anos; três crianças entrevistadas quando se encontravam entre 8-anos; seis crianças entre 10-11 anos; três crianças/adolescentes entre 12-13 anos e duas adolescentes de 14 anos. Foram cinco meninos e doze meninas entrevistadas. Cinco crianças moravam em lares cuja renda mensal girava em torno de 2-3 salários-mínimos (SM); seis crianças viviam com renda mensal entre 03-05 SM; quatro crianças com renda de 5-10 SM e duas crianças cuja renda dos pais ou responsáveis estava na faixa de 10-20 SM. Destaca-se também que nem todos os responsáveis pelas crianças informaram suas rendas mensais, atribuindo-se a renda de apenas um dos entrevistados.

A heterogeneidade das idades também foi um elemento importante e desafiador para a abordagem dos temas do estudo. Com as crianças menores, até a idade de cerca de 8 anos, foi preciso caminhos mais lúdicos e mais tempo de interação para ser possível acessar suas experiências, especialmente as vivências mais dolorosas. No caso dos adolescentes e das crianças com idades acima de 9 anos, foi possível recorrer às narrativas de sofrimento, exclusão e enfrentamento às situações por elas vivenciadas.

Foram escolhidos pseudônimos com base em nomes de origem africana para identificação das crianças. Essa escolha foi pensada a partir do caso de uma família que nomeou uma de suas crian-

2 Inicialmente o desenho da pesquisa previa trabalhar com crianças acima de 7 anos e abaixo de 12. Porém, com base nas indicações de famílias e na consequente construção do campo, a faixa etária foi alargada e incluiu crianças de 5 e 6 anos, além de dois adolescentes de 14 anos.

ças com nome de origem africano. As famílias foram identificadas através de sobrenomes também de origem africana e os adultos ou outras pessoas que surgiram nas interações da pesquisa de campo receberam apenas as iniciais de seus nomes seguidas de ponto. Os dados foram analisados a partir das narrativas das crianças, destacando-se: a) percepções e significados atribuídos ao racismo; b) experiências de discriminação e racismo; c) repercussões e possibilidades de enfrentamento. O Quadro 1 apresenta uma síntese com as principais características das crianças entrevistadas.

QUADRO 1. Síntese das principais características das crianças entrevistadas

CRIANÇA / ADOLESCENTE	SEXO	IDADE EM QUE FOI ENTREVISTADA	FAMÍLIA	RENDA FAMILIAR (SALÁRIOS MÍNIMOS)
Niara	Fem.	12 anos	Azikiwie	5-10 SM
Malaika	Fem.	06 anos	Azikiwie	5-10 SM
Anaya	Fem.	11 e 13 anos	Okereke	2-3 SM
Abeba	Fem.	09 e 10 anos	Awolowo	5-10 SM
Mara	Fem.	14 anos	Awolowo	5-10 SM
Ngozi	Mas.	04 anos	Obasanjo	3-5 SM
Kianga	Fem.	05 anos	Obasanjo	3-5 SM
Kumi	Mas.	08 anos	Achebe	----
Ashanti	Fem.	11 anos	Bello	2-3 SM (mãe) e 3-5 SM (pai)
Kito	Mas.	14 anos	Balewa	3-5 SM
Nyashia	Fem.	11 anos	Ibori	----
Latasha	Fem.	10 anos	Ibori	----
Akin	Mas.	08 e 09 anos	Odili	10-20 SM
Tata	Fem.	08 e 09 anos	Odili	10-20 SM

CRIANÇA / ADOLESCENTE	SEXO	DADE EM QUE FOI ENTREVISTADA	FAMÍLIA	RENDA FAMILIAR (SALÁRIOS MÍNIMOS)
Meeça	Fem.	10 e 12 anos	Buhari	3-5 SM
Amir	Mas.	06 anos	Buhari	3-5 SM
Adimu	Fem.	10 anos	Soyinka	----

Fonte: elaborado pelos autores.

PERCEPÇÕES E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO RACISMO POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Constatou-se que todas as crianças vivenciaram direta ou indiretamente episódios de discriminação e preconceito racial. Algumas delas falavam sobre essas experiências não só porque eram um pouco mais velhas e podiam expressar com mais desenvoltura o tema, mas também porque conseguiam compreender tais experiências como situações racistas. Para outras, a compreensão sobre racismo ainda era muito distante, produzindo interpretações ligadas a situações de pobreza e desigualdade socioeconômica. No caso das crianças muito pequenas, seus pais foram porta-vozes de algumas dessas vivências.

Chamou atenção a vinculação das situações racistas ao fenômeno do *bullying*. Praticamente todas as crianças mencionaram as experiências vividas e observadas como situações de *bullying*. O *bullying* é um fenômeno antigo que ganhou força e expressão mais recentemente. É uma forma de violência que se expressa através de agressões verbais ou físicas, diretas ou indiretas, que vão desde insultos, xingamentos, apelidos, tapas, pontapés, entre outros, a formas de isolamento e exclusão social. (ZEQUINÃO et

al., 2016)³ Rosenthal e demais autores (2015) já haviam estudado os efeitos do *bullying* sobre a saúde mental de adolescentes negros, encontrando associações entre *bullying* e aumento de peso e de pressão arterial, além da diminuição da saúde global autoavaliada.

Considera-se, no caso das experiências aqui analisadas, a presença de situações de *bullying* e de racismo vivenciadas pelas crianças e adolescentes. O *bullying* como um tipo de agressão cada vez mais comum entre pares nas escolas brasileiras e por isso tão recorrente nas falas das crianças entrevistadas; e o racismo como estruturante das relações sociais, recortando e moldando toda forma de interação social, porém, pouco nomeado entre as crianças. Obviamente, *bullying* e racismo não são sinônimos e atuam e se expressam de formas distintas. Sugere-se que, diante de um cenário nacional em que o racismo foi por muito tempo silenciado e camuflado, o uso do termo *bullying*⁴ tenha ganhado espaço para dar significado ao que não se podia antes dizer: racismo e os interditos brasileiros.

Talvez, ampliando possibilidades interpretativas, o recurso ao termo *bullying* por algumas crianças seja uma forma de minimizar as dores provocadas pelo racismo que “não existe”, que “nunca se

3 Não se trata aqui de esgotar o tema *bullying*, mas de trazer alguns aspectos desse fenômeno multifacetado tão presente na vida das crianças e adolescentes no Brasil e no mundo, e tentar estabelecer diferenças entre esta forma de agressão e o fenômeno do racismo (também considerado uma forma de violência e está estruturalmente presente na sociedade brasileira).

4 Cabe ressaltar que não se pretende estabelecer uma equivalência entre *bullying* e racismo. Oliveira (2015) comenta as principais diferenças entre eles, destacando que as agressões realizadas no contexto do *bullying* tem como prerrogativa a ausência de adultos e analisa que os que “sofrem agressão tendem a cometer atos de agressão por terem sofrido agressões, mas não falam sobre o assunto”. No caso do racismo, destaca-se uma ideologia que “desumaniza o ser humano”, uma ideologia que se perpetua na defesa da existência de uma raça superior e cujas agressões podem ocorrer entre pares, mas também na presença de adultos, ou mesmo provocadas por estes. (OLIVEIRA, 2015, p. 234)

viu acontecer”, ou que “nunca se ouviu falar”. Mais ainda, o recurso ao *bullying* pode significar também a única forma de dizer sobre as dores provocadas pelas práticas discriminatórias e racistas, sobre as quais não se pode dizer. E, por fim, deve-se também considerar que o racismo, estruturante das relações sociais brasileiras, aliamente as próprias práticas agressivas do *bullying*, construindo um imbricado processo de retroalimentação das atitudes violentas e agressivas, físicas ou não, carregadas por ideologias que atravessam a socialização, aprendizagem e formação das crianças agressoras e vítimas de toda forma e expressão de violência.

A associação de racismo com *bullying* entre as crianças pode estar também relacionada ao uso de determinados xingamentos, ações típicas entre pares no caso do *bullying*, mas também carregadas de conotação racista: “*Racismo é um, tipo assim: chamar alguém de branco, de preto, de ‘cavão’. Chamar de muita coisa*” (Kito, 14 anos); “*É muito feio. Tem xingamento por causa da pele, do cabelo...*” (Tata, 8-9 anos) De todo modo, a narrativa de Niara, mesmo sem explicitar as diferenças entre tais agressões, permite entender que as crianças têm que lidar com ambas as formas de exclusão social, seja pelo racismo imperante na sociedade, seja pelas práticas violentas do *bullying*:

Eu estudava no colégio M.C. [escola privada], e no ano retrasado, que eu era 5º ano, eu era a única menina negra da escola inteira. [...] Então... às vezes era legal e às vezes era estranho. Legal porque você era a única, não tinha, assim, ninguém muito parecido com você. Eu era a única menina negra mesmo. Tinham aquelas morenas, mas eu era negra mesmo. E ruim porque às vezes eu sofria racismo, às vezes era bullying, então, essa parte eu não gosto, assim, particularmente que eu acho que a maioria das pessoas não gostam também de sofrer racismo e bullying. (Niara, 12 anos, família Azikiwe)

Outro importante aspecto a ser considerado, diz respeito a uma compreensão do racismo e do preconceito racial diretamente relacionados a contextos de pobreza e desigualdades socioeconômicas. A realidade vivenciada pelas crianças do bairro popular se assemelha aos trechos narrados pela jovem Ashanti, percebidos como muito parecidos com os contextos de famílias pobres da literatura por ela referenciada. Para Ashanti, o preconceito racial é “o preto que mora no lixo”, numa alusão direta às péssimas condições de moradia e de vida de muitas famílias negras do bairro onde mora.

Porque diz que é preto... que mora no lixo... sei lá! É mais ou menos isso. Preconceito. [...] Eu vi num livro. [...] Foi no de Harry Potter... Porque... é... a família do menino, ela tinha muita criança, muito filho também e tudo tinha que comprar de segunda mão, porque era muita criança. E no dia eles não tinham muito dinheiro porque o pai trabalhava no departamento de objetos. [...] Então, quando ele entrou pra ser goleiro do time da Granfinora, que é a casa que ele tava em Hogwarts, quando ele tava jogando, inventaram a música pra ele, aí tavam cantando: ‘filho vive no lixo...’
(Ashanti, 11 anos, família Bello)

Abeba, aos nove anos, define o que é racismo e identifica um exemplo de situação racista em uma novela infantojuvenil da TV, e também informa nunca ter passado por nenhuma dessas experiências: racismo é: “Quando uma pessoa não quer ser amiga da outra por causa da raça ou da religião”. No trecho da novela *Carrossel* ela descreve: “Foi que Maria Joaquina, que era uma menina branca e rica, não gosta e fica fazendo racismo com Cirilo, que é um menino negro e pobre”. Mais uma definição associada a pobreza, seguindo as tendências de distribuição espacial e outros indicadores socioeconômicos característicos dos efeitos do racismo

estrutural sobre a população negra brasileira. As percepções e representações sobre racismo entre as crianças se confundem com outros fenômenos sociais, tais como pobreza e violência (*bullying*), e reforçam experiências sentidas, muitas vezes não nomeadas, que atravessam suas percepções.

EXPERIÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO E RACISMO

Kito (14 anos), Meeca (10-12 anos), Mara (14 anos) e Abeba (9-10 anos) não relataram experiências pessoais de discriminação ou preconceito racial, ou mesmo de *bullying*, apontando situações de outrem por eles observadas. Abeba, como já mencionado, abordou o racismo numa novela infantil e os demais citaram os xingamentos e as piadas como expressão destas formas de violência também racial: “cabelo duro”, “cabelo de piolho”, “carvão”, etc. Mara narrou situações na escola entendidas por ela como racismo: “Quando chamam uma garota que tem o cabelo mais curto que o meu e cacheado lá na escola de... Acho que é Tim Maia. Acho que é Tim Maia que chamam ela... eu não... Martinho da Vila?”⁵

Algumas meninas narraram episódios em que eram chamadas por nomes masculinos por causa de seus cabelos curtos. Foi o caso de Ashanti (11 anos) e Nyashia (11 anos). Vale lembrar que cabelos compridos, longos e lisos constituem o padrão branco de beleza feminina. Diferentemente dos cabelos de Ashanti e Nyashia que, além de crespos, no contexto da pesquisa, seus cabelos se encontravam baixinhos, tendo sido cortados por causa de diferentes problemas. A mãe de Ashanti usara alisantes nos seus fios, estragando seus cabelos e tendo que cortar bem baixinho para que ele recuperasse a raiz natural dos fios; já Nyashia rela-

5 Referência a dois cantores famosos brasileiros que são negros e possuem cabelo crespo.

tou um problema de pele no couro cabeludo que implicou em um corte conhecido por “Joãozinho”. Seus cabelos foram, então, o elemento de distinção para produção de atitudes racistas e discriminatórias, sobretudo na escola.

É, já aconteceu. Todo mundo na escola, por causa do meu cabelo que tava mais curto, porque minha mãe tinha dado alisante, aí estragou o cabelo todo. Partiu. Ficou curto. [...] Todo mundo tava me confundindo... Todo mundo que passava me perguntava se eu era menino ou menina. (Ashanti, 11 anos, família Bello)

Porque... eu cortei meu cabelo, né, porque eu tenho alergia à areia, aí, uma época, eu fiquei toda cheia de ferida, bem pequena, aí meu cabelo, minha cabeça encheu de ferida, tava cheia de coisa, pegou e cortou meu cabelo, aí ficou todo enroladinho. Aí cortou, aí eles começaram a me chamar [de João]. Antes eu chorava, mas agora eu num choro mais não. (Nyashia, 11 anos, família Ibori)

Ainda sobre cabelos, Tata (8-9 anos) narrou sua experiência de racismo quando vivia numa cidade no sudeste do país, onde dizia “*é que eu já fui chamada de feia por causa do meu cabelo, que meu cabelo era duro, porque eu era negra [...]*”. Diferentemente, na cidade atual (Nordeste), onde Tata dizia não ter passado por nenhuma experiência preconceituosa. A mãe de Tata alertava para o fato de que sua filha não gostava de seu cabelo, mas que houve um despertar para valorização dos seus cachos a partir da mudança para a cidade atual. Nesse sentido, para Tata, a capital nordestina foi o lugar que lhe permitiu maior contato com seus pares, retomada de convívio com a família de sua mãe, e, talvez, maiores possibilidades de ser e viver uma menina negra com mais “tranquilidade”.

Akin (8-9 anos), irmão gêmeo de Tata, além de apresentar uma relação ambígua com seus cabelos e cor da pele, passava por experiências de discriminação por causa de seu “sexo”, como ele mesmo comentava. Akin apresentava outros gostos, diferentes dos meninos de sua idade: fazia karatê (obrigado por sua mãe), mas não gostava, assistia e gostava de programas infantis mais valorizados por meninas, gostava de teatro e não era “brigão” como outros meninos de seu convívio. Por conta de seus interesses, era chamado de “viado”, de “gay” por colegas e, principalmente, pelo irmão mais velho. Essa situação gerava grande ansiedade para sua mãe, que não sabia como lidar com as escolhas de seu filho, ainda tão pequeno, e para o próprio Akin, que se sentia muito mal e “sem graça”, sendo muito difícil “tirar isso da cabeça”.

Anaya (11-13 anos), por sua vez, dizia que o problema da sociedade era menos por causa do preconceito de cor, e mais por conta da intolerância religiosa. Sendo do candomblé, suas experiências diziam da dificuldade de “ser de santo” e ter que usar indumentárias e vestimentas específicas que lhe destacavam e, portanto, chamavam atenção de outros colegas da escola. Anaya era chamada de “macumbeirinha mirim”⁶ porque sua mãe é uma “Mãe de Santo”. De todo modo, apesar dos episódios de discriminação, Anaya enfrentava bem as situações, posicionando-se e questionando os colegas. A mãe estava sempre junto de Anaya, oferecendo-lhe apoio e enfrentamento às atitudes preconceituosas vivenciadas.

Quando eu fiz santo, tive que raspar o cabelo, ir de conta pro colégio, ir de branco. [...] Aí, todo mundo reparou, né. Não tinha como num reparar. Aí, a professora tava falando sobre

6 “Macumbeirinha mirim” é uma nomeação pejorativa referente ao fato da criança ser filha de uma Mãe de Santo (sacerdotisa de religiões de matrizes africanas no Brasil), que, em tom preconceituoso e pejorativo, recebe o título de “macumbeira”.

religião, então, eu falei um pouco sobre a minha. Aí a menina falou assim, que a minha religião era do demônio, 'vá procurar Deus!', que a única religião certa era dela. Eu subi na cadeira, falei assim: 'se a minha religião num é certa, nem a sua. Se a minha religião é do demônio a sua também é. Respeite a minha pra eu respeitar a sua'. A diretora chamou minha mãe no colégio por causa disso. Aí minha mãe falou assim, 'é, minha filha tá sofrendo bullying, você acha que é certo, que a menina tá certa e que minha filha tá errada porque ela subiu na cadeira, e se defendeu e defendeu a religião dela. Você acha que isso é errado?'. [...] Aí minha mãe falou assim 'vocês têm que ver mais o lado de minha filha, minha filha tá sofrendo isso há muito tempo e vocês não repara nisso? Por que a menina é cristã que ela tá certa e minha filha tá errada?'. (Anaya, 13 anos, família Okereke)

Para Amir (6 anos), Kianga (5 anos) e Ngozi (4 anos), os pais ou responsáveis, ou mesmo o contexto, indicaram algumas situações sofridas por elas, porém, sem que se dessem conta do ocorrido. Amir vivia algumas dificuldades na escola, mas, no período da pesquisa, foi difícil identificar detalhadamente o que estava acontecendo: o pequeno garoto sofria e demonstrava nos seus desenhos e comentários que se sentia muito triste, além de utilizar muita força para fazer os riscos sobre o papel, expressando raiva ou revolta nos seus rabiscos. Já Kianga, desde muito cedo questionava a sua família sobre sua cor de pele e seu cabelo crespo, em resposta às observações e provocações de colegas de escola, dizendo preferir cabelos lisos porque o seu é “duro”.

Ngozi viveu duas situações difíceis e que poderiam passar despercebidas em relação ao problema racial. Na primeira, aos 3 anos, Ngozi recebera palmadas na creche porque ainda não sabia usar o vaso sanitário e só queria utilizar fraldas. Sua mãe considerou um absurdo a auxiliar de professora bater numa criança de

3 anos porque ainda não tinha deixado as fraldas. Esse episódio pode estar relacionado com as formas como professores e cuidadores das creches lidam com as crianças, neste caso, um menino negro. A situação narrada corrobora os achados da pesquisa de Oliveira e Abramowicz (2010) sobre a paparicação de crianças. O segundo episódio, mais recente, aborda as observações da mãe de Ngozi num *shopping center*, quando o garoto tenta se aproximar de outras crianças para brincar e as outras mães o afastam das crianças. As atitudes são sutis e a mãe de Ngozi relata que o olhar das outras mães é que denunciam que não querem o filho dela por perto. A mãe de Ngozi compreende que essas atitudes estão relacionadas à cor da pele e ao cabelo de seu filho: “*Seria por quê? Se Ngozi não tava mal vestido, não estava fedendo, tava todo arrumadinho como o filho dela também tava, entendeu?*”. (S., mãe de Ngozi, família Obasanjo)

REPERCUSSÕES E POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Os aspectos que mais se destacaram como repercussões para os episódios de discriminação e preconceito envolveram reações como choros, isolamento, sofrimento psíquico (sentir-se rejeitado, sentir que carregava “muita coisa na cabeça”), tristeza, em alguns casos expressões de agressividade nos desenhos e brincadeiras, timidez, exclusão social e duas coisas que chamaram bastante atenção: a ideia do “estudar pra matar” (fazer esforços para garantir ser a melhor) e o recurso à brincadeira para lidar com os processos violentos de discriminação, tais como a afirmação “brincando de *bullying*”.

Niara (12 anos) produziu um relato bastante elucidativo sobre as repercussões que o racismo vinha produzindo em seu desenvolvimento. Ela passou por situações como: ficar isolada e se concentrar

exclusivamente nos estudos, passando a ser uma pessoa “superestudiosa” e que “não saía da biblioteca”. Em sua cabeça, existia a ideia de que precisava “estudar para matar”. Niara foi isolada pelos demais colegas brancos da escola privada onde estudava e isso a levou a ter que ser a melhor, demonstrar ser a melhor para que pudesse reconquistar seus colegas. Um peso a mais nos processos de constituição de si e das relações.

Foi no meu primeiro dia de aula, que eu fui me apresentar e aí, todo mundo assim, todas meninas eram brancas, e eram assim, não brancas, eram mais... era da cor de Malaika [parda]. E todo mundo batia palma, gritava, conversava. Na minha vez ninguém fez isso, todo mundo ficou me olhando com cara estranha, e automaticamente eu saí da sala, por mim mesma, e passei foi dez minutos ou foi meia hora escondida, que ninguém me achava. Mas aí depois que eu fui conversar com a supervisora, que ela me explicou tudo e aí eu já fiquei bem melhor, bem mais feliz. Aí no intervalo novamente eu fiquei triste porque ninguém queria conta comigo, eu ficava sozinha... (Niara, 12 anos, família Azikiwe)

O caso de Niara ganhou significativa repercussão na escola onde estudava. Sua mãe fez um enorme esforço para mostrar à escola os problemas que sua filha estava vivenciando. A escola dizia que se tratava de um problema comportamental de Niara, colocando toda a culpa no sujeito, que, na época, tinha por volta de 7 anos de idade. A mãe de Niara precisou recorrer a laudos psicológicos para mostrar à escola que sua filha não tinha problemas e que o referido centro educacional precisaria se posicionar diante da questão racial e mudar a forma como estava lidando com o tema da diversidade e do racismo. Várias mudanças foram sendo feitas na escola após os enfrentamentos da mãe de Niara.

Cabe destacar o papel que as famílias e outros espaços de socialização de crianças e adolescentes (escolas, creches, espaços comunitários etc.) possuem no cuidado e nas possibilidades de enfrentamento às situações de racismo vivenciadas pelo público infantojuvenil. As famílias se constituem como um dos primeiros espaços de socialização e a forma como se desenvolvem tais processos produzem reflexos na autoestima e na saúde mental de crianças. Estudos apontaram dificuldades de determinadas famílias negras em oferecer apoio a seus filhos no enfrentamento às situações de racismo por se tratar de “vivididos afetivos adversos” que podem comprometer aspectos psicossociais de quem sofre com a dor produzida pelo racismo. (GUIMARÃES; PODKAMENI, 2008; PODKAMENI; GUIMARÃES, 2004) Entretanto, nesta pesquisa, destacou-se o papel protagonista de algumas mães em perceber episódios de discriminação racial e dar seguimento às possibilidades de enfrentamento ao racismo, oferecendo não apenas o suporte aos filhos, como também reivindicando expressa e publicamente atitudes de reparação.

Além das repercussões psicossociais acima ilustradas, o recurso à brincadeira também chamou atenção na fala e compreensão de algumas crianças. Kito, Nyashia, Akin, Tata e Kumi mencionaram que as situações de *bullying* ou preconceito eram, na verdade, brincadeiras entre as crianças. As brincadeiras fazem parte dos processos de socialização e, em muitos casos, reproduzem cenas e acontecimentos do cotidiano de vida das crianças. A brincadeira é utilizada pela criança para aprendizados, experimentações e significações sobre o mundo em que vive. É também uma forma de contribuição cultural e de desenvolvimento de novas relações sociais, crucial para o desenvolvimento infantil. Autores contemporâneos vêm explorando as contribuições da brincadeira para compreensão da socialização, constituição do

sujeito e “transmissão” cultural. (PONTES; MAGALHÃES, 2003; QUEIROZ; MACIEL; BRANCO, 2006)

“Brincando de *bullying*” surgiu como uma expressão forte e indicadora das possibilidades práticas e discursivas das crianças diante dos contextos de sofrimento e exclusão social. Em algumas situações, “brincando de *bullying*” remeteu a um consenso, a uma norma social entre as crianças, regras de relacionamento e conduta para que expressassem suas angústias no formato da brincadeira, dos xistes, do jocoso em suas vidas. “Brincando de *bullying*” pode, de fato, estar relacionado a um mecanismo de defesa das crianças, uma defesa expressa no ataque, com limites, do que pode ser dito. Um mecanismo de defesa para as situações de discriminação, e também uma forma de enfrentamento ao racismo pelas crianças. Kito, em poucas palavras, diz sobre o “não dito” das regras estabelecidas (ou mesmo imitadas) pelas crianças na escola, queixando-se de uma colega que denuncia os atos jocosos para a professora: “*Se tá todo mundo brincando de bullying, por que ela vai falar?*”. (Kito, 14 anos, família Balewa)

Adimu (10 anos), ao relatar situação de discriminação vivenciada na família, reage aos questionamentos da prima, indicando uma nova possibilidade de enfrentamento que não apenas o silenciamento, o isolamento e a tristeza. A menina fica triste com o ocorrido, mas não deixa de falar, de questionar seu familiar sobre o absurdo que acabara de dizer. Essa pequena passagem narrada por Adimu pode apontar para novas formas encontradas pelas crianças para lidarem com o racismo na sociedade brasileira. Sem sombra de dúvidas, romper com o silêncio é fundamental, e Adimu, ainda tímida, parece iniciar este processo:

E: Você já sofreu algum preconceito?

Adimu: Já.

E: E como foi?

Adimu: Foi uma prima minha, ela perguntou assim, por que eu não sou da cor dela. Ela disse que essa cor é feia.

E: Você disse o que?

Adimu: Eu disse: 'você é preconceituosa?'. Aí, ela disse: 'o que é uma pessoa preconceituosa?'. Eu disse: 'é uma pessoa que não gosta do preto, de gente preta.' (Adimu, 10 anos, família Soyinka)

Uma última e interessante forma de enfrentamento foi a escolhida pelos gêmeos Akin e Tata (8-9 anos) após a leitura de um livro infantojuvenil sobre crianças negras e seus cabelos crespos. Os gêmeos decidiram escrever uma história e contar situações tipicamente vivenciadas por meninas negras de cabelos crespos. Na história, as crianças apontam para uma tentativa de conciliação entre negros e brancos, observada pelos diferentes tons de pele usados para ilustrar as personagens da história. Esse ideal de igualdade presente na história de Akin e Tata também apareceu nos discursos de algumas crianças que sinalizaram para uma compreensão das questões raciais em termos de igualdades de direitos. A ideia de “não ligar”, de ignorar os fatos discriminatórios e racistas foi a tônica de outras crianças também, que alegavam preferirem se concentrar em suas atividades a ter que responder às atitudes de seus colegas na escola.

De todo modo, a história narrada por Akin e Tata encerra este capítulo com o olhar destas crianças: um olhar marcado pela esperança de transformações sociais e reconstrução das relações raciais brasileiras: “*Ela conseguindo e todo mundo achou ela bonita! E ela agradeceu aos amigos e fez uma festa! Uma festa em homenagem aos negros!*”. (Akin e Tata)

O PRECONCEITO DA PEQUENA MENINA MARIA JULIETA

(Autoria de Akin e Tata, 9 anos)

Maria Julieta

Ela tem o cabelo cacheado e black (como de homem), lindo como uma flor!

Ela é negra e, quando passa, a beleza dela enche as flores de amor.

O cabelo dela é louro e preto nas pontas. É tão cacheado que é feito de ondas! A mãe adora seus cabelos e cada dia faz um penteado mais lindo que o outro!

Quando ela chega na escola, todo mundo fica falando que ela é feia, porque ela é negra e tem o cabelo cacheado, mas o que eles têm é inveja!

De ondas em ondas, cada onda tem uma história! Os cabelos tão enrolados parecem uma bola!

Às vezes ela bota uma tiara tão colorida! E outras vezes, ela bota cada enfeite mais bonito que o outro: borboletinhas...!

Às vezes a tiara tão bonita que esconde a beleza do cabelo.

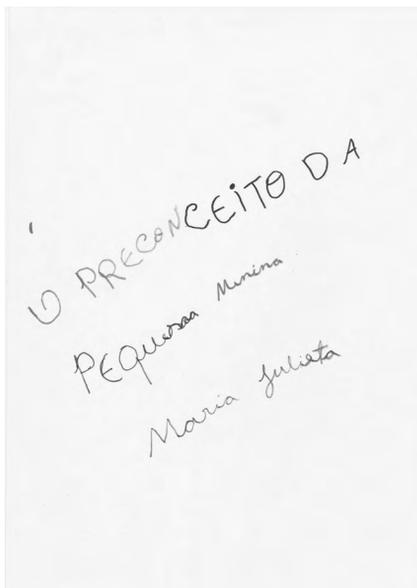
Os elogios na rua são tantos que nem dá pra contar!

Ela sofre tão preconceito na escola pela cor e pela cor do cabelo, mas, no fundo, ela não liga para nada porque ela sabe que o cabelo dela é tão bonito como a cor...

Às vezes ela chora, chora por causa do preconceito. Aí ela fica amiga de uma menina e um menino que eles tentaram ajudar.

Ela conseguindo e todo mundo achou ela bonita! E ela agradeceu aos amigos e fez uma festa! Uma festa em homenagem aos negros: tantas pessoas bonitas da família dela! Cabelos são mais bonitos que os outros, nem dá para explicar tantos cachos!

DESENHO 1. Capa do livro criado por Akin e Tata



DESENHO 2. Ilustrações para o livro de Akin e Tata



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, buscamos ampliar alguns olhares sobre os efeitos do racismo para a formação de crianças e jovens brasileiros e compreender as vivências e processos de enfrentamento das situações de discriminação e preconceito racial, num contexto marcado por avanços e retrocessos nas políticas afirmativas e dinâmicas do racismo no Brasil.

É preciso considerar o fenômeno do racismo como uma expressão social e histórica, estruturada e estruturante, capaz de agir diretamente nas condições de vida e saúde da população. (ALMEIDA, 2019; WILLIAMS; PRIEST, 2015) Os argumentos dos autores e autoras utilizados neste capítulo confirmam o óbvio: o racismo faz mal à saúde, sobretudo a saúde e bem-estar de crianças e adolescentes. Além dos pressupostos político-ideológicos que sustentam uma suposta inferioridade da população negra brasileira, o racismo à brasileira se expressa em sutilezas e silêncios percebidos nas análises das experiências de crianças e seus familiares deste estudo.

Lidar com as crianças foi a parte mais prazerosa desta pesquisa. Foi possível apresentar um pouco deste universo social – sob a ótica de crianças e adolescentes –, suas significações em torno do racismo e seus desdobramentos sociais e afetivos. Foi importante perceber que as crianças possuem suas formas de proteção e defesa diante de determinadas situações de discriminação ou preconceito. E, apesar dos desafios, cabe destacar a necessidade de mais investimentos em estudos que se utilizem de metodologias que favoreçam a escuta de crianças e adolescentes.

De formas e intensidades distintas, as crianças não deixaram de abordar aspectos relevantes das relações raciais, tratando direta ou indiretamente situações-chave da relação entre negros e brancos ou análises sobre ascensão do negro na sociedade, e a necessidade de valorização da identidade racial. Quase todas as crianças

entrevistadas experienciaram, direta ou indiretamente, situações de discriminação racial ou preconceito na escola, no bairro onde moravam, ou mesmo dentro da própria família. Os principais desdobramentos dessas dolorosas experiências podem ser sintetizados em: isolamento, tristeza, choros, depressão.

Os processos de enfrentamento ao racismo se mostraram distintos a partir do contexto de vida de cada criança. Dinâmicas de vida em que a violência era o contexto principal de organização social e comunitária quase tornavam a questão racial invisibilizada, sobretudo a partir da ótica infantojuvenil. A despeito de compreenderem por completo os processos de discriminação racial, muitas crianças apresentaram respostas a tais episódios como negativas ou defesas destas situações: brincando de *bullying*, fazendo piadas (xistes) ou tentando ser o melhor da turma foram respostas importantes que representam a carga emocional que os episódios de racismo podem acarretar.

As falas e experiências das crianças também demonstraram distintas formas de proteção e enfrentamento às situações de discriminação e preconceito por parte dos seus pais ou responsáveis. Em algumas situações, os pais ou responsáveis pela criança desconheciam completamente os episódios de discriminação/preconceito vivenciados; em outros casos, percebia-se nitidamente os processos de mobilização e reivindicação de ações e processos reparatórios que repercutiam no modo como a criança se percebia e lidava com sua própria identidade e enfrentamento às situações.

Entre as crianças, um “ideal de valorização da igualdade” foi unânime: seus discursos repetiam a ideia de que “somos todos iguais porque somos seres humanos”. Tal perspectiva, entre as crianças, significaria ingenuidade deste público ou poderíamos compreender, dentro do universo infantojuvenil, uma tendência legítima de pensar as relações raciais? Para além de atuarem na manutenção do *status quo*, o que dizem e o que querem essas crian-

ças? Elas evitam conflitos? Elas têm defesas? Elas de fato acreditam num mundo marcado pela igualdade racial? Seria melhor não enfrentar as situações de discriminação e simplesmente ignorar?

A propósito das situações de discriminação e preconceito racial, as interpretações e significações das crianças tomavam tais episódios como sinônimo de *bullying* não apenas porque este tipo de agressão tem se tornado cada vez mais comum nas escolas brasileiras, mas também porque o racismo é fundante das relações sociais e não estaria de fora inclusive das práticas de agressão nas escolas.

Os achados desta pesquisa oferecem subsídios significativos para a recomposição das políticas públicas. As narrativas aqui expostas servem de inspiração e se coadunam com o debate contemporâneo em torno das identidades engajadas e dispostas a produzirem transformações sociais. Os responsáveis pela infância brasileira não podem se furtar ao tema das relações raciais. As crianças dizem, e dizem muito acerca de suas experiências. Suas narrativas possuem um caráter transversal em torno das questões que as cercam, contribuindo para os diversos segmentos da vida em sociedade. Suas narrativas rompem com o silêncio que quer esconder o racismo brasileiro. É necessário aprofundar as leituras sobre as experiências infantojuvenis para que novas ferramentas técnicas, políticas e sociais possam ser utilizadas no redesenho dos processos de socialização e cuidado das crianças e adolescentes negros e negras deste país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

ANDRIANI, A. A cor da pele: uma análise das relações e significações no contexto escolar. *Horizontes*, Itatiba, v. 24, n 2, p. 173-181, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://anagabrielaandriani.com.br/assets/pdf/a-cor-da-pele-ana-gabriela.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2021.

ANDRIANI, A. A cor da pele: significações constituídas nas relações. *Psicologia Revista*, São Paulo, v. 16, n. 1/2, p. 181-196, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/view/18064>. Acesso em: 13 dez. 2021.

FAZZI, R. C. *O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FRANÇA, D. X.; MONTEIRO, M. B. A expressão das formas indirectas de racismo na infância. *Análise Psicológica*, Lisboa, PT, v. 22, n. 4, p. 705-720, out. 2004. Disponível em: http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312004000400006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 dez. 2021.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

GOFF, P. A. *et al.* The essence of innocence: Consequences of dehumanizing black children. *Journal of Personality and Social Psychology*, New York, v. 106, n. 4, p. 526-545, 2014. DOI : <https://doi.org/10.1037/a0035663>. Disponível em: <https://www.apa.org/pubs/journals/releases/psp-a0035663.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2021.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jun. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2021.

GOMES, N. L. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 40-51, dez. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000300004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/D7N3t6rSxDjmrxrHf5nTC7r/?lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2021.

GONZÁLEZ-REY, F. L. *O pensamento de Vygotsky*. Contradições, desdobramentos e desenvolvimento. São Paulo: HUCITEC, 2012.

GOUVÊA, M. C. S. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 79-91, mar. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000100006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/hZmCNP5MtfGB3CDvRbM8nFF/?lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2021.

LIMA, H.P. Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In: MUNANGA, K. (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília, DF: MEC, 2005. p. 101-115.

MUNANGA, K. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: KON, N. M.; ABUD, C.C.; SILVA, M.L. (org.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 33-44.

OLIVEIRA, F.; ABRAMOWICZ, A. Infância, raça e “paparicação”. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 209-226, ago. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000200010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/vg5K7QqcXTm9ZRfsW9WVgvj/?lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2021.

OLIVEIRA, M.J.S. Reflexões sobre negras (in)confidências: *bullying* não. Isto é racismo. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, Salvador, v. 4 n. 1, p. 233-235, 2015.

OLIVEIRA, M. K. *Vygotsky, aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico*. 5. ed. São Paulo: Scipione, 2010.

GUIMARÃES, M. A. C.; PODKAMENI, A. B. A rede de sustentação coletiva, espaço potencial e resgate identitário: Projeto mãe-criadeira. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 117-130, mar. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000100011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/wMYqW3hvMRZTWQ4bqTfy7vx/?lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2021.

PODKAMENI, A. B.; GUIMARÃES, M. A. C. Afro-descendência, família e prevenção. In: MELLO FILHO, J.; BURD, M. (org.). *Doença e família*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 123-140.

PONTES, F. A. R.; MAGALHÃES, C. M. C. A transmissão da cultura da brincadeira: Algumas possibilidades de investigação. *Psicologia: reflexão e crítica*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 117-124, set. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000100012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/cm9v5LBqjhCbzKjvgnbGCH/?lang=pt#>. Acesso em: 13 dez. 2021.

PRIEST, N.; PARADIES, Y.; TRENERRY, B.; TRUONG, M.; KARLSEN, S.; KELLY, Y. A systematic review of studies examining the relationship between reported racism and health and wellbeing for children and young people. *Social Science & Medicine*, Boston, v. 95, p. 115-127, out. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2012.11.031>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0277953612007927?via%3Dihub>. Acesso em: 13 dez. 2021.

QUEIROZ, N. L. N.; MACIEL, D. A.; BRANCO, A. U. Brincadeira e desenvolvimento infantil: um olhar sociocultural construtivista. *Paidéia*, São Paulo, v. 16, n. 34, p. 169-179, ago. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2006000200005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/yWnWXkHcwfjcnqKVp6rLnwQ/?lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2021.

ROSENTHAL, L.; EARNSHAW, V. A.; CARROLL-SCOTT, A.; HENDERSON, K. E.; PETERS, S. M.; MCCASLIN, C.; ICKOVICS, J. R. Weight- and race-based bullying: Health associations among urban adolescents. *Journal of health psychology*, Boston, v. 20, n. 4, p. 401-412, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1177/1359105313502567>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1359105313502567>. Acesso em: 13 dez. 2021.

SANTOS, R. M. R. De café e de leite... In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 121-129.

SILVA, A. C. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: K. MUNANGA, K. (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília, DF: MEC, 2005. p. 211-237.

SILVA, M. P. D.; Branco, A. U. Negritude e infância: relações étnico-raciais em situação lúdica estruturada. *Psico*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 197-205, 2011. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/6516/6521>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SOARES, M.C. *Relações raciais e subjetividades de crianças em uma escola particular na cidade de Salvador*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/14322>. Acesso em: 13 dez. 2021.

SOUZA, E. Q. *Crianças negras em escolas de “alma branca”*: um estudo sobre a diferença étnico-racial na educação infantil. 2016. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7873>. Acesso em: 13 dez. 2021.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para Infância. *Os impactos do racismo na infância*. Brasília, DF: Unicef, 2010. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/1731/file/O_impacto_do_racismo_na_infancia.pdf. Acesso em: 13 dez. 2021.

WILLIAMS, D. R.; PRIEST, N. Racismo e Saúde: um corpus crescente de evidência internacional. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 124-174, set./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-017004004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/TdR6VjTkrwxhqWcHf9VM9Fp/?lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2021.

ZAMORA, M. H. R. N. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 563-578, dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922012000300009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/Qnm4D67j4Ppztvz3tfb4kwx/?lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2021.

ZEQUINÃO, M. A.; MEDEIROS, P.; PEREIRA, B.; CARDOSO, F. L. Bullying escolar: um fenômeno multifacetado. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 181-198, jan./mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201603138354>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/tfsmPDFp9d73b75mLTPvVDR/?lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2021.

SOCIALIZAÇÃO EMOCIONAL E RESULTADOS DESENVOLVIMENTAIS EM CRIANÇAS NEGRAS *relações com a socialização étnico-racial*

*Patrícia Alvarenga, Nilton Correia dos Anjos Filho
Paula Kleize Costa Sales e Antonio Carlos Santos da Silva*

INTRODUÇÃO

Atitudes e práticas parentais em resposta às expressões emocionais das crianças afetam o desenvolvimento da compreensão e autorregulação emocional, bem como da competência social durante a infância. O conjunto de atitudes e práticas parentais em relação à expressividade emocional infantil tem sido sistematicamente investigado pelo Modelo de Socialização Emocional (EISENBERG et al., 1998) nas últimas duas décadas. Estudos realizados na América do Norte, Europa e Oceania com amostras compostas por famílias brancas de classe média predominam na área, embora possam ser encontrados alguns estudos comparativos que incluem famílias latino-americanas, asiáticas e afro-americanas.

Este capítulo discute a literatura sobre socialização emocional em famílias negras e investiga as relações entre práticas maternas de socialização das emoções e resultados desenvolvimentais para a criança, em uma amostra de famílias negras de Salvador, Bahia,

Brasil. A primeira parte do capítulo discute as relações entre socialização emocional e socialização étnico-racial em famílias negras, além de analisar essas questões no contexto brasileiro. A segunda parte do capítulo investiga as relações entre práticas maternas de socialização emocional e autorregulação emocional e problemas comportamentais infantis em uma amostra composta por 35 díades mãe-criança, autodeclaradas pretas ou pardas, cujas crianças tinham entre 3 e 7 anos de idade.

SOCIALIZAÇÃO EMOCIONAL, SOCIALIZAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E RESULTADOS DESENVOLVIMENTAIS EM POPULAÇÕES NEGRAS

Socialização emocional é o processo pelo qual os pais ajudam os filhos a compreender, expressar e lidar com suas próprias emoções e com os estados emocionais de outras pessoas. (EISENBERG et al., 1998) Quando as crianças manifestam comportamentos indicando sentirem emoções positivas ou negativas, os pais tendem a reagir de formas apoiadoras ou não apoiadoras. As práticas de socialização emocional apoiadoras são aquelas que reconhecem as emoções da criança e reforçam a sua expressão, utilizando respostas empáticas que procuram confortar e ajudar a criança a entender a situação que gerou a emoção. Além disso, as práticas apoiadoras incluem tentativas de orientar a criança a encontrar possíveis soluções para os problemas experienciados. (O'NEAL; MAGAI, 2005) Esse conjunto de práticas reforça a expressão emocional e valida a experiência emocional da criança, favorecendo o desenvolvimento socioemocional competente. (HAVIGHURST; KEHOE, 2017; SILK et al., 2011)

Por outro lado, as práticas de socialização emocional não apoiadoras incluem reações punitivas que reduzem a probabilidade futura da expressão emocional. Repreender, minimizar,

ignorar ou exacerbar as respostas emocionais da criança, bem como mostrar desconforto com a emoção expressa, são exemplos de práticas não apoiadoras. Essas reações podem intensificar ainda mais as emoções negativas das crianças e atrasar a aprendizagem da autorregulação emocional, uma vez que desencorajam as crianças a expressar sentimentos e, ao fazer isso, reduzem as oportunidades interativas que podem promover a compreensão emocional. (O'NEAL; MAGAI, 2005)

A literatura apresenta achados consistentes sobre os efeitos adversos das práticas não apoiadoras sobre a autorregulação emocional das crianças e outros resultados socioemocionais infantis, como a competência social e a presença de problemas internalizantes (ansiedade, depressão e retraimento social) e externalizantes (comportamentos agressivos e desafiadores). (BREAUX et al., 2017; HAVIGHURST; KEHOE, 2017; HOOPER et al., 2018; SILK et al., 2011) No entanto, a maioria desses estudos foi realizado com amostras de pessoas brancas e de classe média. Ademais, há evidências do impacto positivo das reações parentais apoiadoras às expressões das emoções dos filhos sobre a autorregulação emocional das crianças e a redução de problemas comportamentais. (HURRELL et al., 2015) Contudo, a idade da criança e a cultura podem desempenhar um papel essencial nas relações mencionadas. (HOOPER et al., 2018; MIRABILE et al., 2018) Adicionalmente, investigações indicam que a autorregulação emocional das crianças exerce um papel mediador na relação entre os comportamentos parentais diante das emoções dos filhos e os resultados desenvolvimentais infantis. (CUNNINGHAM; KLIWER; GARNER, 2009; JIN et al., 2017; MORRIS et al., 2007)

Eisenberg e demais autores (1998) enfatizaram a inserção cultural do processo de socialização emocional e essa suposição é apoiada por estudos que encontraram resultados contrastantes para diferentes grupos étnicos ou diferentes países. Essas inves-

tigações apontam para diferenças culturais que impactam diretamente nas crenças e práticas parentais relacionadas às emoções das crianças e afetam indiretamente o desenvolvimento socioemocional infantil. (NELSON et al., 2012, 2013) Nas famílias negras, a socialização emocional parece estar estritamente relacionada à socialização étnico-racial, ou seja, à forma como os pais ajudam seus filhos a construir sua identidade racial e os preparam para lidar com o preconceito e a discriminação. (DUNBAR et al., 2016) Por meio da socialização étnico-racial, os pais também compartilham conhecimento sobre a história da população negra e ajudam as crianças a desenvolver orgulho de sua origem étnica, que tende a estar consistentemente relacionada aos resultados desenvolvimentais positivos. (DUNBAR et al., 2016) Desse modo, a socialização étnico-racial também parece impactar nas diferentes dimensões do desenvolvimento, além da competência emocional. Por exemplo, uma recente meta-análise revelou que a socialização étnico-racial foi mais próxima e positivamente correlacionada com a autopercepção entre crianças afro-americanas em comparação a outros grupos raciais ou étnicos. (WANG et al., 2019) No entanto, Elmore e Gaylord-Harden (2013) examinaram os efeitos da socialização étnico-racial sobre os problemas comportamentais em crianças negras e não encontraram associações estatisticamente significativas.

Os resultados que apoiam a hipótese de interdependência entre a socialização emocional e a socialização étnico-racial indicam: a) uma maior tendência de monitorar as emoções dos filhos em mães afro-americanas em comparação com mães americanas (LABELLA, 2018); b) maior desaprovação da expressividade de emoções negativas dos filhos entre pais afro-americanos (NELSON et al., 2012); c) menor frequência do uso de práticas que incentivam a expressão das emoções negativas, como raiva, em amostras de afrodescendentes em comparação com amostras de

brancos (NELSON et al., 2012) e d) uma tendência entre mães afro-americanas a incentivarem os filhos a suprimir respostas emocionais. (LABELLA, 2018)

Ao monitorar e não incentivar a expressão de emoções negativas, especialmente a raiva, os pais podem preparar seus filhos negros para enfrentar contextos racistas. Portanto, as práticas de socialização emocional poderiam apoiar a socialização étnico-racial, pois protegeriam a criança em situações em que a expressão de emoções negativas representaria um risco devido ao contexto de preconceito e discriminação mantido pela cultura dominante. (DUNBAR et al., 2016) Embora essa seja uma suposição, a literatura mostra pouca evidência para corroborar essa hipótese. Alguns achados indicam níveis mais elevados de competência acadêmica e social em crianças cujas mães adotam essas crenças e práticas de socialização emocional. (NELSON et al., 2013) Contudo, esse padrão parece ser mais frequentemente em meninos negros do que em meninas negras. Por outro lado, estudos revelam que o apoio materno às emoções negativas das crianças está relacionado a melhores resultados socioemocionais dos filhos, mesmo em afro-americanos. (BOWIE et al., 2011; CUNNINGHAM; KLIEWER; GARNER, 2009) Outra investigação envolvendo adolescentes e adultos afro-americanos sugere que os efeitos positivos de práticas não apoiadoras de socialização emocional requerem uma associação a padrões moderados de socialização étnico-racial, que não estimulam a desconfiança nas relações sociais. (DUNBAR et al., 2015) Em suma, estudos indicam que o uso articulado de práticas adaptativas de socialização étnico-racial e emocional por pais afro-americanos pode proteger as crianças dos efeitos negativos da discriminação ao ajudá-las a compreender e regular suas emoções. (DUNBAR et al., 2015, 2016) No entanto, as evidências que apoiam essa hipótese ainda são insuficientes. Adicionalmente destacamos o fato de que essa associação entre os processos da

socialização étnico-racial e da emocional é condicionada pelo racismo, que também pode afetar a socialização infantil em outras culturas. Na próxima seção, discutiremos essas questões relacionadas ao contexto brasileiro.

RACISMO, SOCIALIZAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL DE CRIANÇAS NEGRAS NO BRASIL

A população brasileira é composta por brancos (47,73%), pardos (43,13%), pretos (7,61%) e outras raças (1,05%) como amarelos e indígenas. (IBGE, 2010) A raça negra engloba a cor de pele preta e parda, sendo que os pardos têm ascendência preta miscigenada com um dos outros grupos raciais. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017) Todavia, no Brasil, a maioria das pessoas pardas não se declara negra quando perguntadas sobre sua raça. (SILVA; LEÃO, 2012) Desse modo, o conceito de “raça negra” representa um constructo sociológico e político (CARVALHO; MARINHO, 2020; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017), uma vez que não é baseado necessariamente em uma evidência genética compartilhada ou ancestralidade. (CARVALHO; MEIRINHO, 2020; SCHUCMAN; FACHIM, 2016)

O racismo se refere a qualquer fenômeno que justifique diferenças, preferências, privilégios, dominações, hierarquias e desigualdades materiais ou simbólicas entre os seres humanos, baseado no conceito de raça. (SCHUCMAN, 2014) O racismo se manifesta nos níveis individual, institucional, político e cultural. (ALMEIDA, 2019; FARO; PEREIRA, 2011) No Brasil, maior país escravista dos tempos modernos e último a abolir a escravidão (BOTELHO, 2019), o racismo expõe a população negra a inúmeras situações de risco, além de condições de vida indignas e estressantes. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA,

2017; FARO; PEREIRA, 2011) Por outro lado, a população branca detém capital financeiro, poder político, melhores níveis de escolaridade, salários, condições de acesso ao trabalho e maior reconhecimento profissional. (BRASIL, 2017) Embora o Brasil não legitime a segregação e o ódio contra os negros na esfera jurídica, as atribuições negativas baseadas em características fenotípicas da população negra são um dos principais organizadores da desigualdade social. (LOPES, 2005; SCHUCMAN, 2014)

Homens negros com baixa renda e baixo nível de escolaridade constituem a maior parcela da população carcerária brasileira. (BRASIL, 2014) Jovens mulheres negras são a maioria das vítimas de violência sexual. (GOES, 2016) Os assassinatos afetam três vezes mais negros do que brancos. (WAISELFISZ, 2016) Além disso, doenças físicas e mentais, incluindo depressão e estresse crônico, são mais prevalentes na população negra em comparação com outras raças. (DAMASCENO; ZANELLO, 2018; FARO; PEREIRA, 2011; SMOLEN; ARAÚJO, 2017) Ademais, quando comparadas a mulheres brancas, mulheres negras estão em maior risco de ter pré-natal inadequado, falta de vinculação à maternidade, peregrinar entre hospitais no momento da internação para o parto e menos anestesia local para episiotomia. (LEAL et al., 2017) Por fim, crianças pretas tendem a ter taxas de mortalidade mais altas do que crianças brancas e pardas. (VIEIRA; GIOTTO, 2019) Esses indicadores revelam que, no que diz respeito à raça, a sociedade brasileira é marcada pela iniquidade e pela submissão dos negros a experiências de vida mais estressantes e, ao mesmo tempo, a menos oportunidades de transformação social. (FARO; PEREIRA, 2011)

Em relação à dinâmica familiar e à criação dos filhos, poucos estudos referem-se especificamente à população negra ou caracterizam claramente a raça da amostra. Três estudos investigaram aspectos da socialização étnico-racial de crianças em famílias

negras brasileiras. Uma pesquisa destacou as dificuldades significativas dos adultos em lidar com a discriminação racial e os estressores decorrentes, que contribuem para uma capacidade limitada de apoiar as crianças quando enfrentam o preconceito racial. (PRESTES; PAIVA, 2016) Dois outros estudos mostraram que, em famílias negras brasileiras, as estratégias para proteger as crianças do preconceito e da discriminação não eram uma prioridade. Quando presentes, essas estratégias oscilavam entre ações que reproduziam o racismo e práticas voltadas para a resistência deste. (HORDGE-FREEMAN, 2013; SCHUCMAN; GONÇALVES, 2017) Em relação ao desenvolvimento socioemocional infantil, não foram encontrados estudos que comparam a socialização emocional em famílias de diferentes grupos raciais ou especificamente em famílias negras brasileiras.

A alarmante escassez de estudos brasileiros que caracterizam o desenvolvimento infantil e os processos de socialização em famílias negras, que representam a maior parte da população brasileira, é mais uma evidência dos danos do racismo. Outros campos de conhecimento já apontavam essa tendência no Brasil. (DAMASCENO; ZANELLO, 2018; FARO; PEREIRA, 2011; SMOLEN; ARAÚJO, 2017) No entanto, os estudos revisados no presente trabalho, sobre os efeitos deletérios da discriminação sofrida pela população negra brasileira, indicam claramente que o desenvolvimento socioemocional das crianças e as práticas parentais de socialização podem ser similarmente afetados pelo racismo. É crucial explorar esses aspectos do desenvolvimento infantil e da dinâmica familiar. O presente estudo representa uma iniciativa nesse sentido. Nós investigamos o papel mediador da autorregulação emocional infantil na relação entre as práticas maternas de socialização emocional e os problemas comportamentais dos filhos em uma amostra brasileira.

MÉTODO

Este estudo adotou delineamento correlacional. Nas subseções seguintes são apresentados os participantes, procedimentos e instrumentos.

Participantes

A amostra foi composta por 35 mães com idade entre 24 e 45 anos ($M = 35,77$; $DP = 5,01$), recrutadas por conveniência em duas escolas privadas na cidade de Salvador, no Nordeste do Brasil, onde 78,86% da população é negra. (IBGE, 2010) O critério de inclusão para o estudo foi a mãe residir no mesmo domicílio que o filho. A amostra foi constituída por 60% ($n = 21$) participantes autodeclaradas pretas e 40% ($n = 14$) autodeclaradas pardas. Em média, o nível educacional foi equivalente ao Ensino Médio Completo ou 12,83 ($DP = 2,53$) anos de escolaridade, e a maioria das mães estava empregada (62,90%; $n = 21$). A idade das crianças foi entre 3 e 7 anos ($M = 5,91$; $DP = 1,17$) e 68,60% ($n = 24$) delas eram do sexo feminino. A média da renda mensal familiar foi de R\$ 3.474,77 ($DP = 2.191,31$; $MD = 3.000,00$), equivalente a 3,48 salários-mínimos no Brasil.

Procedimentos e instrumentos

O projeto desta pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (CEP/IPS-UFBA), conforme Parecer nº 3.323.584. Após preencherem a ficha de dados sociodemográficos, as participantes foram entrevistadas individualmente e utilizaram cartões com os pontos da escala Likert para indicar suas respostas aos instrumentos padronizados. Adaptada para pais brasileiros (LINS et al., 2017), a Escala de Reações Parentais às Emoções Negativas dos Filhos (CCNES) avaliou as práticas maternas de socialização

emocional. O instrumento consiste em 12 situações hipotéticas comuns ao cotidiano de pré-escolares e escolares que envolvem reações emocionais negativas das crianças diante de episódios de frustração e desapontamento. Os resultados fornecem pontuações em duas escalas: reações apoiadoras e reações não apoiadoras da expressividade de emoções negativas das crianças. Os problemas comportamentais infantis foram avaliados pelo Inventário de Comportamentos para Crianças e Adolescentes (CBCL, versões 1½-5 anos e 6-18 anos), adaptado para a população brasileira. (SILVARES et al., 2010) O CBCL é composto por 100 (versão 1½-5 anos) ou 113 (versão 6-18 anos) itens e fornece escores de problemas internalizantes (reatividade emocional, ansiedade/depressão, queixas somáticas e retraimento) e problemas externalizantes (problemas de atenção, quebra de regras e comportamento agressivo). O Inventário de Regulação Emocional adaptado para a população brasileira (REIS et al., 2016) avaliou a autorregulação emocional das crianças. O instrumento é composto por 23 itens que avaliam relatos de cuidadores infantis sobre a regulação emocional da criança (consciência das próprias emoções e expressividade emocional positiva) e sobre a labilidade emocional (nível de ativação emocional, de desregulação da raiva e de reatividade, a ausência de flexibilidade e labilidade do humor). Juntas, as duas escalas compõem o escore total de autorregulação emocional da criança.

RESULTADOS

Os resultados deste estudo são apresentados em duas partes. Inicialmente são expostos os resultados das análises preliminares das práticas maternas de socialização emocional e dos resultados desenvolvimentais de crianças negras. Em seguida, são apresentados os resultados sobre os efeitos de práticas maternas de socializa-

ção emocional não apoiadoras sobre os problemas externalizantes das crianças, mediados pela autorregulação emocional infantil.

Análises preliminares

A avaliação das práticas maternas de socialização emocional mostrou que as mães usavam mais práticas apoiadoras do que não apoiadoras. A média da escala de reações apoiadoras foi de 4,05 ($DP = 0,32$; $IC = 3,94 - 4,16$), e a média da escala de reações não apoiadoras foi 2,09 ($DP = 0,58$; $IC = 1,89 - 2,29$). O teste de Mann-Whitney foi utilizado para comparar os escores das práticas maternas de socialização emocional apresentados pelas mães autodeclaradas pretas com os escores das mães que autodeclararam pardas. Os resultados não mostraram diferenças significativas entre os dois grupos maternos. No que diz respeito aos resultados infantis, o escore médio de problemas internalizantes foi 58,20 ($DP = 8,76$; $IC = 55,19 - 61,21$) e o escore médio de problemas externalizantes foi 55,91 ($DP = 5,83$; $IC = 53,91 - 57,92$). Finalmente, o escore médio de regulação emocional foi 72,17 ($DP = 7,16$; $IC = 69,70 - 74,63$).

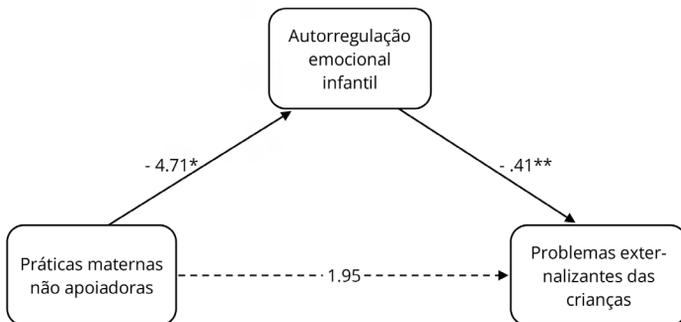
As reações maternas não apoiadoras apresentaram correlações negativas com a autorregulação emocional das crianças ($r = -0,38$, $p < 0,05$) e positivas com os problemas externalizantes ($r = 0,35$, $p < 0,05$). As reações maternas apoiadoras não apresentaram correlações com a autorregulação emocional infantil e nem com os problemas comportamentais das crianças.

Papel mediacional da autorregulação emocional infantil na relação entre práticas maternas não apoiadoras e problemas externalizantes

Uma análise de mediação examinou os efeitos de práticas maternas não apoiadoras de socialização emocional sobre os problemas externalizantes dos filhos, mediados pela autorregulação

emocional infantil. A Figura 1 mostra os valores de B e de p do modelo testado, que explicou 34,6% da variância nos problemas externalizantes das crianças ($F(2, 32) = 8,46, p = 0,001, R^2 = 0,346$). Os resultados da análise de mediação (Figura 1) revelaram que as práticas maternas não apoiadoras de socialização emocional não apresentaram efeito direto, mas sim indireto, sobre os problemas externalizantes. Especificamente, as práticas não apoiadoras predisseram níveis mais baixos de autorregulação emocional infantil ($B = -4,71, t = -2,39, p = 0,02$) que, por sua vez, esteve negativamente correlacionada com os problemas externalizantes das crianças ($B = -0,41; t = -3,29, p = 0,002$). Um intervalo de confiança de *bootstrap* para o efeito indireto com base em 20.000 amostras de *bootstrap* foi inteiramente acima de zero ($B = 1,95, IC\ 95\% [0,32 - 4,66]$), mostrando que houve, mediado pela autorregulação emocional infantil, um efeito indireto das práticas não apoiadoras de socialização emocional sobre os problemas externalizantes. O poder estatístico $(1 - \beta) = 0,86$ foi satisfatório.

FIGURA 1. Análise de mediação



Fonte: elaborada pelos autores

¹Análise de mediação simples (Modelo 4 de Hayes [2018]) dos efeitos das práticas maternas de socialização emocional não apoiadoras sobre os problemas externalizantes das crianças, mediados pela autorregulação emocional infantil. As linhas contínuas representam os efeitos diretos e a linha tracejada indica o efeito indireto. Efeitos estatisticamente não significativos não foram representados. * $p < .05$; ** $p < .01$.

Fonte: elaborada pelos autores.

DISCUSSÃO

O racismo afeta diferentes dimensões da socialização e do desenvolvimento infantil em famílias norte-americanas. (NELSON et al., 2012, 2013; LABELLA, 2018) No que diz respeito à socialização emocional, o racismo poderia fomentar práticas não apoiadoras de socialização emocional entre pais negros para suprimir as emoções negativas das crianças, particularmente a raiva, e assim, protegê-las dos riscos decorrentes do preconceito e discriminação racial. (DUNBAR et al., 2015) Dessa forma, os processos de socialização emocional e étnico-racial podem estar interrelacionados nessa população. (DUNBAR et al., 2016)

Existem poucos estudos examinando os aspectos da socialização étnico-racial no Brasil (HORDGE-FREEMAN, 2013; PRESTES; PAIVA, 2016; SCHUCMAN; GONÇALVES, 2017) e nenhuma investigação publicada os processos de socialização emocional dessa população. Por outro lado, diversos estudos revelam que o racismo prejudica a vida e o desenvolvimento dos negros brasileiros. (DAMASCENO; ZANELLO, 2018; FARO; PEREIRA, 2011; LEAL et al., 2017; SMOLEN; ARAÚJO, 2017; WAISELFISZ, 2016) Esses achados apontam para a necessidade de pesquisas que investiguem os efeitos do racismo no desenvolvimento socioemocional de crianças pequenas.

Fornecemos evidências preliminares dos efeitos adversos de práticas maternas não apoiadoras de socialização emocional sobre os resultados desenvolvimentais de crianças negras brasileiras. A autorregulação emocional infantil mediou a relação entre as práticas não apoiadoras das mães de socialização emocional e os problemas de comportamento dos filhos (comportamento agressivo e desafiador). Esses achados estão de acordo com estudos anteriores realizados com famílias negras. (BOWIE et al., 2011; CUNNINGHAM; KLIEWER; GARNER, 2009) e brancas.

(BREAUX et al., 2017; HAVIGHURST; KEHOE, 2017; SILK et al., 2011) Ao mesmo tempo, nossos resultados contrastam com a hipótese que assume que as práticas não apoiadoras de socialização emocional não apoiadoras poderiam proteger as crianças em contextos racistas e levar a melhores resultados desenvolvimentais. (DUNBAR et al., 2015)

Reações parentais punitivas e minimizadoras da expressividade das emoções negativas dos filhos podem reduzir as oportunidades para as crianças desenvolverem a compreensão emocional e as habilidades de autorregulação emocional e, ao fazer isso, intensificar as emoções negativas das crianças. (O'NEAL; MAGAI, 2005) A comunicação verbal pobre ou infrequente com os pais sobre as emoções pode limitar a aprendizagem das crianças sobre a linguagem e as estratégias de autorregulação emocional. (SALMON et al., 2016) Também é provável que mães que desprezam ou punem seus filhos quando eles se sentem tristes ou com raiva possam ensiná-los a suprimir a expressão emocional. O engajamento da criança em estratégias de supressão pode resultar em menos energia para lidar com situações, tarefas e relações sociais. (CUNNINGHAM; KLIEWER; GARNER, 2009) Em resumo, a falta de uma linguagem apropriada para expressar emoções juntamente com a redução de energia para lidar com demandas sociais poderia explicar os achados de níveis reduzidos de autorregulação emocional infantil e os escores mais elevados de problemas externalizantes. Esses dois preditores podem ser resultados de práticas maternas não apoiadoras de socialização emocional.

Esse quadro se complica se considerarmos que o racismo faz parte do contexto social em que crianças negras brasileiras se desenvolvem. A falta de apoio materno para a expressão de medo, raiva ou tristeza provocada pelo preconceito e discriminação racial de outras pessoas pode ser particularmente perturbadora para crianças pequenas. Nesse contexto podem surgir reações agressivas

típicas dos perfis externalizantes. Ressalta-se também que crianças negras incentivadas pelos pais a expressar suas emoções negativas podem ser percebidas como menos competentes, em seu ambiente social, devido às expectativas relacionadas ao racismo. Essa tendência está relacionada ao fato de que se supõe que grupos minoritários deveriam ser submissos nas relações sociais. (NELSON et al., 2013) De qualquer forma, as análises descritivas revelaram que as mães relataram com maior frequência as reações apoiadoras às emoções negativas das crianças do que as reações não apoiadoras. Esses achados indicam que as mães tendem a conversar com seus filhos sobre as emoções negativas deles em muitas situações, ajudando-os a lidar com esses sentimentos e a desenvolver estratégias de autorregulação emocional. Ao mesmo tempo, estudos conduzidos com famílias negras brasileiras têm revelado que os pais apresentam dificuldades consideráveis em fornecer apoio aos filhos quando eles enfrentam preconceito racial. (HORDGE-FREEMAN, 2013; PRESTES; PAIVA, 2016; SCHUCMAN; GONÇALVES, 2017) Esses achados sugerem que o impacto negativo das práticas maternas não apoiadoras de socialização emocional sobre os resultados desenvolvimentais infantis encontrados na nossa análise, pode estar associado à falta de estratégias de socialização étnico-racial. Portanto, programas de intervenção que promovam práticas de socialização étnico-racial entre pais negros brasileiros são necessários.

A análise apresentada neste capítulo tem algumas limitações, como o delineamento correlacional, o pequeno tamanho da amostra e a ausência de informações sobre as práticas maternas de socialização étnico-racial. No entanto nossa análise forneceu evidências dos efeitos adversos de práticas maternas não apoiadoras de socialização emocional sobre a autorregulação emocional e problemas externalizantes em crianças negras. Nós sabemos pouco sobre os processos psicossociais na população negra brasileira e

suas repercussões nos serviços de saúde, na política e nos papéis sociais. (DAMASCENO; ZANELLO, 2018) Por isso, compreender a socialização das crianças nas famílias pode ser crucial para promover igualdade racial. Portanto, legisladores e gestores públicos devem promover pesquisas sobre os processos de socialização étnico-racial e de socialização emocional em famílias negras e a implementação de programas de intervenção para facilitar esses dois domínios do desenvolvimento infantil, especialmente em países como o Brasil, onde uma parte significativa da população sofre com os efeitos devastadores do racismo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Polén Livros, 2019.
- BOTELHO, J. Racismo e luta antirracista no Brasil: uma análise necessária para o avanço da estratégia anticapitalista. *Trabalho Necessário*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 34, p. 171-191, set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.17i34.p38049>. Acesso em: 19 dez. 2021.
- BOWIE, B. H. *et al.* The role of culture in parents' socialization of children's emotional development. *Western Journal of Nursing Research*, New York, v. 35, n. 4, p. 514-533, jun. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0193945911411494>. Acesso em: 19 dez. 2021.
- BRASIL. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS*. 3. ed. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf. Acesso em: 19 dez. 2020.
- BREAUX, R. P. *et al.* Longitudinal associations of parental emotion socialization and children's emotion regulation: the moderating role of ADHD symptomatology. *Journal of Abnormal Child Psychology*, New York, v. 46, n. 4, p. 671-683, jul. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10802-017-0327-0>. Acesso em: 19 dez. 2021.

CARVALHO, D.; MEIRINHO, D. O quesito cor/raça: desafios dos indicadores raciais de mortalidade materna como subsídio ao planejamento de políticas públicas em saúde. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Manguinhos, v. 14, n. 3, p. 656-680, jul./set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.29397/reciis.v14i3.1905>. Acesso em: 19 dez. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relações Raciais: referências técnicas para atuação de psicólogos/os*. Brasília, DF: CFP, 2017. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf. Acesso em: 19 dez. 2021.

CUNNINGHAM, J. N.; KLIEWER, W.; GARNER, P. W. Emotion socialization, child emotion understanding and regulation, and adjustment in urban African American families: Differential associations across child gender. *Development and Psychopathology*, London, v. 21, p. 261-283, jan. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0954579409000157>. Acesso em: 19 dez. 2021.

DAMASCENO, M. G.; ZANELLO, V. M. L. Saúde mental e racismo contra negros: Produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 38, p. 450-464, jul./set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-37030003262017>. Acesso em: 19 dez. 2021.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, dez. 2014. Disponível em: http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/infopen_dez14.pdf. Acesso em: 19 dez. 2021.

DOS SANTOS, A. O.; SCHUCMAN, L. V. Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogo(as). *Revista EPOS*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 117-140, dez. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2015000200007. Acesso em: 19 dez. 2021.

DUNBAR, A. S. *et al.* An Integrative Conceptual Model of Parental Racial/Ethnic and Emotion Socialization and Links to Children's Social-Emotional Development Among African American Families. *Child Development Perspectives*, Glasgow, v. 11, n. 1, p. 16-22, dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/cdep.12218>. Acesso em: 19 dez. 2021.

DUNBAR, A. S. *et al.* African American parents' racial and emotion socialization profiles and young adults' emotional adaptation. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, Califórnia, v. 21, n. 3, p. 409-419, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/a0037546>. Acesso em: 19 dez. 2021.

EISENBERG, N.; CUMBLERLAND, A.; SPINRAD, T. L. Parental Socialization of Emotion. *Psychological Inquiry*, London, v. 9, n. 4, p. 241-273, 1998. Disponível em: https://doi.org/10.1207/s15327965pli0904_1. Acesso em: 19 dez. 2021.

ELMORE, C. A.; GAYLORD-HARDEN, N. K. The Influence of Supportive Parenting and Racial Socialization Messages on African American Youth Behavioral Outcomes. *Journal of Child and Family Studies*, New York, v. 22, p. 63-75, jan. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10826-012-9653-6>. Acesso em: 19 dez. 2021.

FARO, A.; PEREIRA, M. E. Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 16, n. 3, p. 271-278, dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2011000300009>. Acesso em: 19 dez. 2021.

HAVIGHURST, S.; KEHOE, C. The role of parental emotion regulation in parent emotion socialization: Implications for intervention. In: DEATER-DECKARD, K.; PANNETON, R. (org.). *Parental stress and early child development: Adaptive and maladaptive outcomes*. Cham: Springer, 2017. p. 285-307. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-55376-4_12. Acesso em: 19 dez. 2021.

HAYES, A. F. *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A regression-based approach*. 2. ed. New York: Guilford Press, 2018.

HOOPER, E. G. *et al.* Maternal Emotion Socialization and Child Outcomes among African Americans and European Americans. *Journal of Child and Family Studies*, Victoria, CA, v. 27, p. 1870-1880, fev. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10826-018-1020-9>. Acesso em: 19 dez. 2021.

HORDGE-FREEMAN, E. What's love got to do with it?: racial features, stigma and socialization in Afro-Brazilian families. *Ethnic and Racial Studies*, London, v. 36, n. 10, p. 1507-1523, maio 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01419870.2013.788200>. Acesso em: 19 dez. 2021.

HURRELL, K. E.; HUDSON, J. L.; SCHNIERING, C. A. Parental reactions to children's negative emotions: Relationships with emotion regulation in children with an anxiety disorder. *Journal of Anxiety Disorders*, New York, v. 29, p. 72-82, jan. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.janxdis.2014.10.008>. Acesso em: 19 dez. 2021.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175#resultado>. Acesso em: 4 fev. 2020.

JIN, Z.; ZHANG, X.; HAN, Z. R. Parental emotion socialization and child psychological adjustment among Chinese urban families: Mediation through child emotion regulation and moderation through dyadic collaboration. *Frontiers in Psychology*, Califórnia, v. 8, n. 2198, dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.02198>. Acesso em: 19 dez. 2021.

LABELLA, M. H. The sociocultural context of emotion socialization in African American families. *Clinical Psychology Review*, Canadá, v. 59, p. 1-15, fev. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2017.10.006>. Acesso em: 19 dez. 2021.

LEAL, M. C. *et al.* A cor da dor: Iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, supl. 1-17, jul. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00078816>. Acesso em: 19 dez. 2021.

LINS, T. *et al.* Adaptação brasileira da Coping with Children 's Negative Emotions Scale (CCNES). *Avaliação Psicológica*, Itatiba, v. 16, n. 2, p. 196-204, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15689/AP.2017.1602.10>. Acesso em: 19 dez. 2021.

LOPES, F. Para além da barreira dos números: Desigualdades raciais e saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 595-1601, out. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2005000500034>. Acesso em: 19 dez. 2021.

MIRABILE, S. P.; OERTWIG, D.; HALBERSTADT, A. G. Parent emotion socialization and children's socioemotional adjustment: when is supportiveness no longer supportive? *Social Development*, Osaka, CA, v. 27, n. 3, p. 466-481, jul. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/sode.12226>. Acesso em: 19 dez. 2021.

MORRIS, A. S. *et al.* The role of the family context in the development of emotion regulation. *Social Development*, Liverpool, v. 16, n. 2, p. 361-388, abr. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9507.2007.00389.x>. Acesso em: 19 dez. 2021.

NELSON, J. A. *et al.* African American and European American Mothers' Beliefs About Negative Emotions and Emotion Socialization Practices. *Parenting: Science and Practice*, London, v. 12, n. 1, p. 22-41, jan. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15295192.2012.638871>. Acesso em: 19 dez. 2021.

NELSON, J. A. *et al.* European-American and African-American mothers' emotion socialization practices relate differently to their children's academic and social-emotional competence. *Social Development*, Manchester, v. 22, n. 3, p. 485-498, ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9507.2012.00673.x>. Acesso em: 19 dez. 2021.

O'NEAL, C. R.; MAGAI, C. Do parents respond in different ways when children feel different emotions? The emotional context of parenting. *Development and Psychopathology*, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 467-487, maio 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0954579405050224>. Acesso em: 19 dez. 2021.

- PRESTES, C. R. S.; PAIVA, V. S. F. Abordagem psicossocial e saúde de mulheres negras: Vulnerabilidades, direitos e resiliência. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 673-688, jul./set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-129020162901>. Acesso em: 19 dez. 2021.
- REIS, A. H. *et al.* Emotion Regulation Checklist (ERC): estudos preliminares da adaptação e validação para a cultura brasileira. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, , v. 24, n. 1, p. 77-96, mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.9788/TP2016.1-06>. Acesso em: 19 dez. 2021.
- SALMON, K. *et al.* The role of language skill in child psychopathology: Implications for intervention in the early years. *Clinical Child and Family Psychology Review*, Belgium, v. 19, p. 352-367, set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10567-016-0214-1>. Acesso em: 19 dez. 2021.
- SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: Estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-94, abr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>. Acesso em: 19 dez. 2021.
- SCHUCMAN, L. V.; FACHIM, F. L. A cor de Amanda: Identificações familiares, mestiçagem e classificações raciais brasileiras. *Interfaces Brasil/Canadá*, Canoas, v. 16, n. 3, p. 182-205, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/10001/6763>. Acesso em: 19 dez. 2021.
- SCHUCMAN, L. V.; GONÇALVES, M. M. Racismo na família e a construção da negritude: Embates e limites entre a degradação e a positivação na constituição do sujeito. *Odeere (UESB)*, Jequié, v. 2, n. 4, p. 61-83, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/odeere.v0i4.2366>. Acesso em: 19 dez. 2021.
- SILK, J. S. *et al.* Socialization of Emotion and Offspring Internalizing Symptoms in Mothers with Childhood-Onset Depression. *Journal of Applied Developmental Psychology*, New York, v. 32, n. 3, p. 127-136, maio-jun. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2011.02.001>. Acesso em: 19 dez. 2021.

SILVA, G. M.; LEÃO, L. T. S. O paradoxo da mistura: Identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 117-133, out. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000300007>. Acesso em: 19 dez. 2021.

SILVARES, E. F. M.; ROCHA, M. M.; LINHARES, M. B. M. *Inventário de comportamentos de crianças entre 1 1/2 - 5 anos (CBCL/1½-5)*. Versão brasileira do “Child Behavior Checklist for ages 1 ½ -5”. Manuscrito não publicado, 2010.

SMOLEN, J. R.; ARAÚJO, E. M. Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 4021-4030, dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.19782016>. Acesso em: 19 dez. 2021.

VIEIRA, A. J. B.; GIOTTO, A. C. Principais causas de mortalidade infantil na região do entorno Sul do Distrito Federal. *Revista de Iniciação Científica e Extensão*, Goiás, v. 2, n. 2, p. 258-67, out. 2019. Disponível em: <https://revistasfasesa.senaaires.com.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/272>. Acesso em: 19 dez. 2021.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2016: homicídios por arma de fogo*. Brasília, DF: FLACSO, 2016. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web-1.pdf. Acesso em: 19 dez. 2021.

WANG, M. *et al.* Parental Ethnic-Racial Socialization Practices and Children of Color’s Psychosocial and Behavioral Adjustment: A Systematic Review and Meta-Analysis. *American Psychologist*, New York, v. 75, n.1, 1-22, maio 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/amp0000464>. Acesso em: 19 dez. 2021.

VIOLÊNCIA, RACISMO ESTRUTURAL E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE DA JUVENTUDE NEGRA BRASILEIRA

*Dandara de Oliveira Ramos, Emanuelle Góes
Joilda Nery e Osiyallê Rodrigues*

INTRODUÇÃO

Do período pré-natal até a morte, a classificação racial nos acompanha ao longo da vida e com essa classificação vem o potencial de exposição ao racismo e às iniquidades causadas por ele. (GEE et al., 2012; KRIEGER, 1999) Com foco na juventude, aqui definida como o período entre a infância e a idade adulta, abrangendo tanto adolescentes como jovens adultos (idades de 10 a 24 anos, conforme definição da Organização Mundial de Saúde - OMS), este capítulo tem como objetivo discutir evidências dos impactos da violência e racismo estrutural na saúde e desenvolvimento de jovens negros no Brasil.

A juventude brasileira é marcada por profundas iniquidades, visíveis por meio de indicadores de diversos domínios, que vão das condições de vida à educação, saúde e emprego (FIRPO, 2018) com violações de direitos civis recaindo desproporcionalmente sobre pobres e negros, grupos sociais historicamente desprivilegiados em comparação com os das classes média e alta branca

da sociedade brasileira. (ADORNO, 1996; ARAÚJO et al., 2010; MAESTRI, 2010) A realidade dos jovens negros, em especial, é de grave vulnerabilidade social, pois estão no topo dos *rankings* de pobreza, índices de desemprego, analfabetismo e evasão escolar, além de serem a grande maioria entre as vítimas de violência em contextos urbanos e os alvos mais frequentes de homicídios e brutalidade policial. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019)

Como discutiremos nas próximas seções, o racismo afeta os indicadores de saúde, econômicos e sociais dos jovens brasileiros em padrões explícitos e consistentes ao longo do tempo produzindo um tipo de estratificação alinhado a definição de racismo estrutural, enquanto:

A totalidade de maneiras pelas quais as sociedades promovem a discriminação [racial], por meio de sistemas [desiguais] de reforço mútuo... (por exemplo, em habitação, educação, emprego, rendimentos, benefícios, crédito, mídia, assistência médica, justiça criminal etc.) que por sua vez reforçam crenças, valores e distribuição de recursos discriminatórios. (KRIEGER, 2014, p. 650)

À medida que a exposição ao racismo estrutural e suas manifestações mudam em natureza e intensidade, ao longo das fases da vida, nossa compreensão de seus impactos deve considerar a existência de exposições com padrões de idade e períodos sensíveis. Por padrões de idade compreendem-se os riscos baseados em raça que se concentram diferencialmente em faixas etárias específicas, e por períodos sensíveis denotam-se as exposições a experiências racializadas que podem representar um risco maior quando ocorrem em um certo período da vida do que a exposição aos mesmos problemas em outros períodos. (ELDER

et al., 2003) Assim, o estudo de períodos sensíveis sugere que a idade atua como um modificador de efeito do racismo e o estudo de exposições com padrões de idade sugere que as manifestações de racismo – por exemplo, no acesso à saúde sexual e reprodutiva – provavelmente variam em incidência e prevalência ao longo da vida. (GEE et al., 2012)

Esse conhecimento específico é de especial importância para o estudo do desenvolvimento humano e neste capítulo, para explorar tais evidências, discutimos dados brasileiros sobre homicídios, violência não letal, desigualdades socioeconômicas e acesso a serviços de saúde que mostram que a juventude negra está em maior risco de saúde do que os jovens de outros grupos étnicos. Após essa revisão de dados epidemiológicos, pretendemos discutir suas implicações para o estudo dos efeitos do racismo no desenvolvimento da juventude, seguindo uma perspectiva de curso de vida.

DADOS DE SAÚDE DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL: HOMICÍDIOS

Como a segunda principal causa de morte de jovens no mundo (de 10 a 24 anos), os homicídios são um dos indicadores mais robustos dos níveis de violência interpessoal em populações humanas. No Brasil, entre 1980-2010, a taxa de homicídios de jovens subiu, se estabelecendo entre as mais altas do mundo e definindo a violência como um dos problemas de saúde mais relevantes do país. (CERQUEIRA et al., 2019; DAHLBERG; KRUG, 2006) Com uma taxa de homicídio juvenil de 65,6 por 100.000, o Brasil sofre com uma epidemia de homicídio entre jovens⁷ e há um claro explícito padrão racializado quando analisamos os dados mais de perto.

7 A OMS considera taxas superiores a 10 homicídios por 100.000 pessoas como taxas epidêmicas. Fonte: <https://apps.who.int/violence-info/homicide/>.

Considerando o ano de 2017, último banco de dados de mortalidade disponível no país, mesmo após o ajuste pelo tamanho da população, quase três jovens negros (incluindo crianças, adolescentes e adultos jovens - de 10 a 24 anos) são assassinados para cada vítima branca. Para os jovens do sexo masculino, a disparidade racial é ainda maior, pois a taxa de homicídios de negros em 2017 foi de 185 por 100.000 habitantes contra 63,5 por 100.000 entre brancos. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019) Olhando para as tendências temporais nos últimos 20 anos (1997-2017), o número de jovens negros assassinados aumentou 429% em comparação com 102% de jovens brancos.

Essas disparidades variam muito entre as regiões e estados do país. Analisando o indicador de risco relativo, que expressa a razão entre a taxa de homicídio de jovens negros sobre brancos – para valores acima de 1, quanto maior o valor, maior a proporção de jovens negros mortos em relação aos brancos – o risco de homicídio é maior para negros jovens em todos os 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, exceto dois, variando de um aumento de 10% no risco no estado do Tocantins a taxas que são 12,7 vezes maiores para os negros no estado de Alagoas. (BRASIL, 2017) O risco relativo nacional de homicídios de jovens negros/brancos é de 2,7, mostrando que a violência está vitimizando jovens negros em índices quase três vezes maiores do que os de brancos.

Com foco em uma fonte específica de violência, aquela perpetrada pela polícia, em uma análise de um conjunto de dados produzido pelo Ministério da Justiça do Brasil em 2012 com 78.008 observações, os resultados mostraram que jovens negros têm maior probabilidade de serem vítimas de roubos e agressões verbais por parte da polícia. Resultados que se mantiveram significativos mesmo após o controle de todas as variáveis individuais e comunitárias envolvidas. (OZEMELA et al., 2019)

Além disso, entre 2017 e 2018, dados da 13ª edição do Anuário Brasileiro da Segurança Pública [*13º Anuário Brasileiro da Segurança Pública*] (2019) revelaram que 75,4% das vítimas mortas pela polícia brasileira eram não brancas (pretos e pardos). Analisando todos os 7.952 registros de intervenções policiais que terminaram em morte, o padrão de distribuição da letalidade policial aponta para a expressiva sobre representação de negros entre as vítimas. Enquanto negros representam cerca de 55% da população brasileira, eles são 75,4% dos mortos pela polícia.

A incidência de homicídios cometidos por policiais também varia ao longo do ciclo de vida dos jovens. É particularmente grave para adolescentes e adultos jovens do sexo masculino, pois 60% das vítimas tinham entre 15 e 25 anos e 99% eram do sexo masculino. Em grandes cidades como o Rio de Janeiro, por exemplo, a maioria das vítimas da violência policial são jovens negros do sexo masculino que moram em bairros pobres. (BACHEGA, 2020)

A violência letal também é uma das principais causas de morte entre jovens negras no Brasil. Considerando os boletins de ocorrência do primeiro semestre de 2020, apesar de mais de um terço dos estados brasileiros não divulgarem dados sobre raça ou etnia de mulheres vítimas de homicídios, 75% dos registros de homicídios de mulheres com qualidade de dados suficiente eram de pretas ou pardas. (VELASCO et al., 2020) Olhando para os atestados de óbito de 2019, antes da pandemia de covid-19, esse percentual era de 66%. (CERQUEIRA et al., 2019) As tendências passadas sobre o feminicídio no Brasil também mostram que enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve um crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos, a diferença é ainda mais pronunciada, pois o crescimento entre as mulheres não negras é de 1,7% e entre as negras 60,5%. (CERQUEIRA et al., 2019)

Disparidades semelhantes podem ser encontradas nas taxas de mortalidade materna, outra principal causa de morte letal de mulheres jovens no Brasil, em que 60% das vítimas são pretas ou pardas. Óbitos evitáveis por assistência à saúde adequada em mais de 90% dos casos. (GOES, 2020) As mortes maternas por aborto inseguro também atingem desproporcionalmente as jovens negras e indígenas, com riscos três vezes maiores para estes grupos do que para as brancas e quase sem redução na última década. (CISNE et al., 2018; MARTINS, 2006)

Romio (2019) discute como feminicídios, mortes violentas de mulheres como consequência da exploração social e econômica de seu trabalho e de seus corpos, podendo ser classificadas em três categorias principais: corpos e sexualidade, cuja expressão máxima são as mortes relacionadas ao aborto; feminicídio doméstico – relacionado à violência física nas relações domésticas com parceiros ou outros membros da família; feminicídio sexual – relacionado à violência letal contra a mulher por atividades sexuais. Para as três formas, a violência letal contra mulheres jovens no Brasil mostra um padrão racializado que se manifesta tanto na sociedade em geral quanto em contextos institucionalizados.

Esse viés racial da violência letal no Brasil é uma das faces mais evidentes do racismo em nosso país. Dois conceitos particulares são importantes para nossa compreensão do porquê a relação entre um grupo racial específico de jovens e os agentes de segurança institucional do Estado é tão amplamente caracterizada pela violência: racismo institucional e discriminação racial.

O racismo institucional foi introduzido como conceito no final da década de 1960 nos Estados Unidos, em meio ao movimento dos direitos civis negros contra a segregação e também a luta contra o apartheid na África do Sul. (SANTOS, 2018) Define-se uma manifestação racial de violência estrutural, atuando com base em três mecanismos principais, conforme proposto por Anuniação, Trad e Ferreira (2020, p. 4):

(1) via legislação de promoção da segregação e ação direta dos agentes legislativos; (2) por omissão, quando os atores reproduzem práticas e instrumentos que impedem a consolidação das redes de proteção social, gerando distorções sociorraciais e territoriais; e (3) por meio de ações de indivíduos ou grupos movidos por formas de preconceito que foram instigadas por um ambiente institucional propício a violações de direitos civis, estigmatização e processos discriminatórios.

A filtragem racial (*racial profiling*), por exemplo, pode ser entendida como uma manifestação do racismo institucional no contexto da violência policial no Brasil. É uma prática discriminatória por parte dos agentes da lei que diferencialmente elenca como suspeitos de crimes indivíduos com base em sua raça, e pode ser facilmente observada através da análise dos dados epidemiológicos apresentados anteriormente nesta seção, e também as recorrentes histórias de jovens negros vitimizados veiculadas nos meios de comunicação brasileiros. (ALESSI, 2016; ANDREONI et al., 2020; FRANCO, 2020)

DADOS DE SAÚDE DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL: VIOLÊNCIA NÃO LETAL

Além do imenso impacto das taxas de homicídios sobre jovens negros, as lesões não letais decorrentes da violência também constituem um grande problema de saúde pública para esse grupo no Brasil. Dados do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), realizado em emergências públicas em cidades brasileiras, mostram que os atendimentos de notificação de violência contra pessoas de pele escura (pretos ou pardos) foram maiores (67,6%) do que entre brancos (28,7%) e indígenas ou descendentes de asiáticos (1,6%). Do total de atendimentos registrados em 2014

($N = 4.406$), a maior prevalência foi entre pessoas de 20 a 39 anos (50,2%), do sexo masculino, pretos e com menor escolaridade. Os eventos mais relatados foram agressões físicas (87,8%); cortes/laceração (46,3%) e 13,7% envolvendo arma de fogo. (SOUTO et al., 2017)

Além da análise de dados epidemiológicos oficiais e estatísticas vitais, pesquisas e inquéritos também tem documentado as disparidades raciais na violência juvenil no país. A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (2015), com dados representativos de todas as cinco regiões do país e de suas capitais ($N = 102.301$; com idade média de $14,28 \pm 1,03$), mostra que 15,4% dos alunos negros do Ensino Médio relataram ter aulas perdidas porque eles não se sentem seguros no caminho de casa para a escola ou mesmo dentro da escola. Entre os estudantes brancos esse percentual era de 13%. Além disso, mais de metade dos alunos negros frequentam a escola em bairros com altos índices de roubo, uso de drogas e homicídios. (GOMES, 2019)

Dados da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar de 2015 também mostram que adolescentes negros estão relatando mais vitimização violenta por familiares do que seus pares brancos (RP= 1,35; IC 95%= 1,28-1,42, $p < 0,001$), achado que se manteve significativo mesmo após ajuste para idade, sexo e outras características familiares. (MALTA et al., 2019) Em estudo da edição de 2012 da mesma pesquisa, adolescentes negros também relataram “ter sofrido lesão grave nos últimos 12 meses” em proporção significativamente maior do que brancos (OR=1,29; IC95%= 1,22-1,38, $p < 0,001$). (MALTA et al., 2014)

À medida que os indivíduos crescem, eles também passam a interagir com diferentes instituições sociais que podem servir como novos ambientes racistas. (GEE et al., 2012) A vida escolar na adolescência tem sido amplamente apontada na literatura como fonte de estresse (MOORE et al., 2017; VREEMAN; CAR-

ROLL, 2007), e estudos com populações brasileiras têm mostrado evidências de jovens negros sofrendo maiores incidências de bullying. Nas duas primeiras edições da *PeNSE* (2009 e 2012), ser vítima de *bullying* na escola foi relatado em maior prevalência por alunos negros do que por alunos brancos (RP=1,12; IC95%= 1,04-1,20, $p < 0,05$). (MALTA et al., 2014) Na edição de 2012, meninas negras relataram sofrer mais *bullying* na escola do que meninas brancas (OR=1,24, IC95%= 1,09-1,40; $p < 0,001$). (SILVA et al., 2018)

JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA

No Brasil, os dados sobre jovens em situação de rua são escassos, assim como informações gerais sobre a violência contra essa população. É importante destacar que não há um censo da população em situação de rua no Brasil há mais de uma década, e as informações sobre essa população são descentralizadas e majoritariamente qualitativas. De acordo com o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, em dezembro de 2020, havia 154.151 pessoas em situação de rua cadastradas em seu sistema, das quais 67% eram pretas ou pardas. (CAMBOTA; ROCHA, 2015) Um percentual maior foi relatado em uma pesquisa de 2020, na qual 85% das crianças e adolescentes que vivem em situação de rua se declararam negros ou pardos. (BOEHM, 2020)

Os principais motivos para a saída dos jovens de casa e o risco para a situação de rua estão relacionados à pobreza, violência doméstica, negligência e maus-tratos (RIZZINI; COUTO, 2019), experiências adversas que se ampliam quando passam a viver na rua, pois a literatura relata alta incidência de abuso sexual, violência policial e falta de políticas efetivas de proteção aos jovens de rua no país. Entre 600 crianças e adolescentes em situação de rua entrevistados por uma pesquisa em 2020, 88% relataram ter sofrido alguma

forma de violência nas ruas, e esse percentual subiu para 97% entre crianças e jovens que vivem em abrigos. (BOEHM, 2020)

ACESSO AOS CUIDADOS DE SAÚDE E AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

A violência é tanto um problema social quanto um problema para a saúde pública e para o desenvolvimento humano. Como mostrado pelos dados de violência letal e não letal, a juventude negra no Brasil é desproporcionalmente vitimizada, e as tendências continuam a aumentar a taxas alarmantes. Considerando-se que os indivíduos são, em algum nível, capazes de internalizar essa informação ecológica sobre a relativa previsibilidade de suas condições locais e regular o seu comportamento de acordo com o que eles experimentam, não só no nível individual, mas também em mais amplos níveis de seus contextos, sabemos que a juventude negra não é apenas diretamente vitimizada pela violência mas a experimenta como uma exposição difundida ao longo da vida, afetando de forma indireta seu desenvolvimento e possibilidades em diversos contextos. Essa intensa e duradoura exposição à violência pode afetar o desenvolvimento psicológico de formas muito distintas, especialmente em relação a tomada de decisão e o desenvolvimento de comportamentos de risco à saúde.

Um grande corpo de evidências da teoria da história de vida, uma abordagem fundamentada na teoria da evolução que tem sido cada vez mais aplicada para explicar padrões populacionais e diferenças individuais em comportamentos de risco (BRUMBACH et al., 2009; DEL GIUDICE et al., 2016; ELLIS et al., 2012), relata que jovens expostos a ambientes de alto risco de mortalidade, exposição à violência e disponibilidade imprevisível de recursos tendem a apresentar estratégias de história de

vida mais rápidas (maior experimentação, busca de sensações e recompensas imediatas).

Como os riscos ambientais no Brasil estão afetando desproporcionalmente a juventude negra e a teoria vincula isso a uma maior chance de envolvimento em riscos à saúde (BELSKY et al., 2012; DAVIS, 2012; RAMOS et al., 2017), também é importante discutir como os serviços de saúde do país estão dando acesso a essa população. Tendo em vista que essa seria a política mais imediata para interagir com essa demanda que não é apenas padronizada por idade, mas também racialmente viesada.

O acesso diferenciado aos cuidados de saúde e aos serviços de saúde cria e mantém iniquidades em saúde nas populações humanas. (COMISSÃO DA OMS SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE, 2008) No Brasil, tais iniquidades são consideravelmente viesadas pelo racismo, bem como entrelaçadas com gênero (BAIROS et al., 2011; GOES; NASCIMENTO, 2013; LEAL et al., 2017; TAQUETTE, 2010), posição socioeconômica (NUNES et al., 2014; TRAVASSOS; CASTRO, 2012) e local de residência. (ANDRADE et al., 2013; CAMBOTA; ROCHA, 2015) Considerando essas interseções como elas se manifestam ao longo do ciclo de vida, os dados mostram que a juventude negra no Brasil está em algumas desvantagens específicas no que diz respeito ao acesso à saúde e aos serviços de saúde.

Internacionalmente, pesquisas existentes mostraram que os jovens negros têm uma desconfiança geral dos profissionais de saúde (CHANDLER, 2010; LINDSEY et al., 2013; MOLOCK et al., 2007; NADEEM et al., 2007), com causas principalmente relacionadas ao estigma e medo da discriminação. No Brasil, estudos das edições de 2012 e 2015 da *PeNSE* também mostraram que adolescentes negros têm menor probabilidade do que brancos de procurar assistência médica quando necessário. (OLIVEIRA et al., 2015; OLIVEIRA et al., 2018)

Desigualdades raciais também estão presentes na área da saúde sexual e reprodutiva para jovens mulheres negras, relativo ao acesso ao pré-natal para as mães adolescentes e incorrer no risco de resultados perinatais mais pobres e com maior risco de mortalidade materna para jovens mulheres negras. Como mostrado por Almeida e demais autores (2019), em uma pesquisa baseada em National Hospital de 3.317 mães adolescentes, raça/cor da pele negra foi associada com uma maior proporção de escolaridade inadequada para a idade, menos pré-natal, retardo nos cuidados. Além disso, as mães adolescentes negras tinham menos exames de ultrassom e sorologia HIV e receberam orientação menos após os sinais iniciais de trabalho de parto.

Outro estudo realizado em três capitais da Região Nordeste do Brasil, com 2.640 pacientes do sexo feminino internadas em hospitais públicos – um terço composto por adultas jovens, de 18 a 24 anos – mostrou que as mulheres negras relataram mais barreiras individuais na busca por atendimento e cuidados pós-aborto – 32% vs. 28% nas mulheres pardas e 20,3% nas brancas –, como medo de ser maltratada e falta de dinheiro para transporte (GOES et al., 2020), questões que podem impactar muito suas condições de saúde.

Manifestações de racismo estrutural e institucional podem ser observadas na falta de políticas públicas de saúde reprodutiva no Brasil, pois atingem principalmente mulheres negras e pobres. Por meio de um entrelaçamento de opressões a partir de marcadores sociais de raça, classe e gênero, as jovens negras e indígenas são as vítimas mais frequentes da violência e também as que enfrentam as mais severas barreiras aos serviços de saúde necessários para tratar suas consequências. (GOES, 2020; GOES; NASCIMENTO, 2013) Em outras palavras, a violência contra a mulher jovem é discriminatória de classe e racializada, mas as políticas de promoção da saúde não.

Nos modelos teóricos de acesso à saúde, o racismo tem sido amplamente identificado como um determinante social chave que pode ser expresso por meio de dimensões estruturais e individuais. (GARNER, 2017; PARADIES, 2006) Para a discussão dos efeitos do racismo na saúde, a dimensão institucional do racismo – ou racismo institucionalizado/racismo institucional – é particularmente importante, pois engloba “as estruturas, políticas, práticas e normas que resultam em acesso diferenciado aos bens, serviços, e oportunidades da sociedade por raça/[etnia]”. (JONES, 2002, p. 10) Na literatura internacional, as barreiras ao comportamento de busca de ajuda e ao uso de serviços de saúde por jovens e famílias negras têm sido frequentemente conceituadas como consequências do racismo estrutural (por exemplo, falta de tempo devido à carga de trabalho excessiva). (KAZDIN; WASSSELL, 2000; OWENS et al., 2002; VANDERBLEEK, 2004)

Refletir sobre as consequências dessas formas de racismo significa também refletir sobre: a) o seu impacto sobre sua saúde futura como adultos e; b) sua utilização futura de saúde, práticas e atitudes para o buscam de serviços de saúde e sua percepção sobre a fiabilidade das instituições de saúde.

IMPLICAÇÕES PARA O ESTUDO DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO JOVEM

Neste capítulo, buscamos apresentar uma ampla gama de dados epidemiológicos sobre a violência contra a juventude negra como um aspecto mensurável de diferentes manifestações do racismo, seja ele estrutural, institucional ou interpessoal. Para discutir tais evidências e destacar sua relevância para estudos de desenvolvimento, contamos com uma perspectiva de curso de vida. (ELDER et al., 2003)

O conceito de períodos sensíveis ao longo da vida, uma vez que propõe que certas exposições têm um maior impacto no desenvolvimento quando ocorrem em fases específicas da vida, é de importância significativa. É bem conhecido e documentado que a adolescência e a juventude são as fases da vida mais importantes para o desenvolvimento de objetivos futuros. É nesses anos que se começa a fazer escolhas educacionais e profissionais, iniciando relacionamentos amorosos, entrando no mercado de trabalho e passando por vários outros marcos significativos para a vida adulta. Há também evidências robustas de que a exposição à violência durante a adolescência e juventude pode afetar o desenvolvimento da própria capacidade de perceber o tempo e compreender subjetivamente a noção de “futuro”, levando a perspectivas mais curtas ou mais longas para planejar e projetar seus objetivos de vida. (DALY; WILSON 2005; RAMOS et al., 2013)

Essa interação entre idade e exposição é referida pela perspectiva do curso de vida como um “período sensível” e consideramos de grande importância para o desenvolvimento de estudos das manifestações do racismo estrutural por meio da violência contra a juventude negra ir além dos esforços de coleta de dados primários e estudos de casos isolados, mas também contar com documentação abrangente e sistemática de dados em nível populacional sobre como e quanto a exposição à violência racial muda entre as faixas etárias. Como sugerido por Gee e demais autores (2012), “esses esforços podem então ser estendidos para observar as interações entre várias formas de racismo”, considerando que a exposição à violência dentro dos ambientes escolares durante a adolescência e juventude pode interagir com a exposição advinda dos bairros, cidades e assim por diante. Ao “conectar” dados epidemiológicos de contextos mais amplos a estudos em psicologia do desenvolvimento – e outras abordagens desenvolvimentais de estudo da vida humana – conduzidos em escalas ou

níveis geográficos menores, os pesquisadores podem examinar mais detalhadamente, por exemplo, se as exposições à violência e ao racismo durante períodos sensíveis podem ser interdependentes e ter efeitos sinérgicos, atuando não apenas como estressores imediatos, mas também como componentes estruturais dos contextos ecológicos de desenvolvimento.

Incorporar dados epidemiológicos para estudos sobre os efeitos da violência e do racismo no desenvolvimento da juventude tem implicações teóricas e metodológicas. Enquanto a variável raça/cor da pele pode ser identificada por meio de estatísticas vitais, por exemplo, de forma ampla e publicamente disponível na maioria dos países, as ferramentas para analisar, compreender e incorporar corretamente esses dados racializados em estudos de desenvolvimento não são. Isso inclui compreender gradientes raciais em dados, tais como taxas de homicídio, morbidade geral e o acesso a serviços de saúde como exposições (variáveis independentes), desfechos (variáveis dependentes) e também mediadores das relações entre fatores contextuais e vários aspectos do desenvolvimento humano. Um exemplo pode ser o uso de taxas de homicídios de jovens em uma dada cidade como um fator que pode aumentar o efeito de exposição direta/individual à violência. (RAMOS et al., 2017) Estar exposto à violência em uma cidade onde as taxas de homicídio estão desproporcionalmente afetando pessoas de uma cor da pele/etnia específica é uma pista contextual significativa de risco e pode ter um efeito mais intenso do que em cidades onde tais desigualdades não estão presentes.

Nesse sentido, a modelagem multinível é uma metodologia com grande potencial para a incorporação de dados epidemiológicos em estudos de desenvolvimento dos efeitos do racismo na saúde dos jovens. Compreender a estrutura hierárquica das exposições ao racismo e à violência que os indivíduos vivenciam pode nos ajudar a construir modelos muito mais abrangentes, tanto

teoricamente quanto para testes empíricos. A modelagem multinível resulta de dados em estruturas “aninhadas” (SNIJDERS; BOSKER, 2012), como jovens aninhados em salas de aula ou escolas onde ocorrem episódios de racismo interpessoal, depois escolas aninhadas em cidades com certo nível de violência racial e segregação residencial, por último aninhado em um país onde as taxas de homicídio para pessoas negras são desproporcionalmente altas em comparação com outros grupos raciais. Para desenvolver tais modelos, devemos ser capazes de incorporar mais diversas fontes de dados em nossos estudos e interpretá-los adequadamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sintetizando dados epidemiológicos sobre a violência contra a juventude negra no Brasil, este capítulo examina a estrutura do curso de vida da vitimização violenta como manifestação do racismo estrutural. Compreender essa proposta requer contar com dois fatos empíricos. Primeiro, o risco de vitimização violenta tem gradientes raciais e etários, com maiores riscos ocorrendo antes da transição para a idade adulta e para indivíduos de cor de pele mais escura. Em segundo lugar, as múltiplas manifestações de racismo podem afetar o desenvolvimento da juventude por vias indiretas e diretas. As vias indiretas se manifestam por meio das desigualdades raciais no acesso a recursos sociais, políticos, leis e determinantes da saúde, como mostram as disparidades históricas de renda, educação, acesso à saúde, emprego e condições de vida. No nível individual, atua por meio de violência física direta e atitudes discriminatórias.

Embora o racismo possa ser facilmente vinculado a uma ampla gama de importantes desfechos de saúde para negros e negras jovens no Brasil, conforme demonstrado ao longo deste capítulo, ainda é um pouco difícil encontrar estudos que utilizem esses

materiais para informar modelos de desenvolvimento humano. Alcançar este objetivo requer ferramentas e dados adequados, bem como boas estruturas teóricas. Neste trabalho, fizemos o esforço de ilustrar como a análise de dados epidemiológicos pode auxiliar nessa tarefa, servindo como ferramenta para organizar e compreender corretamente os padrões raciais nos dados para que então as teorias do desenvolvimento avancem rumo a interpretação de suas consequências dentro do ciclo de vida.

O racismo afeta a saúde e o desenvolvimento. Como o trabalho dos epidemiologistas é tornar amplamente conhecida a distribuição de doenças, incapacidades e mortes, tanto em nível individual quanto populacional, nosso objetivo neste capítulo foi fornecer uma ampla gama de dados para não apenas apoiar o estudo do desenvolvimento mas para garantir que seja feito de maneira mais contextualizada e baseada em evidências.

Argumentamos que o uso de dados epidemiológicos pode ajudar muito a nossa compreensão das exposições que os indivíduos estão enfrentando ao longo de sua vida, tornando, portanto, o estudo do desenvolvimento humano – para a psicologia e qualquer outro campo interessado no tempo de vida das populações humanas – mais robusto e eficiente no auxílio ao desenvolvimento de políticas e à promoção do bem-estar. Enfrentando o racismo através da união de uma perspectiva desenvolvimentista nas ciências humanas com as ferramentas dos epidemiologistas, podemos situar melhor nossa pesquisa no contexto histórico, social e ecológico, nos tornar mais conscientes das formas profundamente enraizadas em que o racismo prejudica as populações e leva a disparidades na saúde e no desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 283-300, 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2034>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- ALESSI, G. “Por que o senhor atirou em mim?": a voz dos jovens inocentes mortos pela PM. *EL PAÍS*, Madrid, 22 maio 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/08/politica/1460132767_979858.html. Acesso em: 14 jan. 2021.
- ALMEIDA, A. H. do V. *et al.* Desigualdades econômicas e raciais na assistência pré-natal de adolescentes grávidas no Brasil, 2011-2012. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, v. 19, n. 1, p. 43-52, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-38292019000100043&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 14 jan. 2021.
- ANDRADE, M. V. *et al.* Desigualdade socioeconômica não Acesso aos Serviços de Saúde no Brasil: um estudo comparativo between como Regiões Brasileiras em 1998 e 2008. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 623-645, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-80502013000400005>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- ANDREONI, M.; LONDOÑO, E.; GALDIERI, D. “Licença para matar a polícia no Rio”. *The New York Times*, New York, 18 maio 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/pt/2020/05/18/world/americas/rio-abuso-policia.html>. Acesso em: 8 fev. 2021.
- ANUNCIACÃO, D.; TRAD, L.; FERREIRA, T. “Mãos para cima!": Paradas e revistas policiais, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste brasileiro. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 29, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902020190271>. Acesso em: 24 mar. 2021.

ARAÚJO, E. M. *et al.* Desigualdades em saúde e raça/cor da pele: revisão da literatura do Brasil e dos Estados Unidos (1996-2005). *Saúde Coletiva*, Florianópolis, v. 7, n. 40, p. 116-121, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/842/84215105005.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2021.

BACHEGA, H. Violência no Rio: assassinatos policiais atingem recorde em 2019. *BBC Notícias*, [s. l.], 23 jan. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-51220364>. Acesso em: 11 dez. 2021.

BAIRROS, F. S. *et al.* Desigualdades raciais no acesso aos cuidados de saúde das mulheres no Sul do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 12, p. 2364-2372, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-311x2011001200008>. Acesso em: 9 mar. 2021.

BELSKY, J.; SCHLOMER, G. L.; ELLIS, B. J. Beyond cumulative risk: Distinguishing harshness and unpredictability as determinants of parenting and early life history strategy. *Developmental Psychology*, [s. l.], v. 48, n. 3, p. 662-673, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/a0024454>. Acesso em: 9 mar. 2021.

BOEHM, C. Jovens em situação de rua ficam mais vulneráveis durante uma pandemia. *Agência Brasil*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/fragilidade-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-rua-cresce-na>. Acesso em: 3 set. 2021.

BRASIL. *Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes*. Brasília, DF: Presidência da República. Secretaria de Governo, 2017. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/215>. Acesso em: 5 jun. 2021.

BRUMBACH, B. H.; FIGUEREDO, A. J.; ELLIS, B. J. Effects of Harsh and Unpredictable Environments in Adolescence on Development of Life History Strategies. *Human Nature*, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 25-51, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12110-009-9059-3>. Acesso em: 24 jun. 2021.

CERQUEIRA, D. *et al. Atlas da violência*. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9406>. Acesso em: 24 jun. 2021.

CHANDLER, D. The Underutilization of Health Services in the Black Community: An Examination of Causes and Effects. *Journal of Black Studies*, New York, v. 40, n. 5, 915-931, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0021934708320723>. Acesso em: 14 jun. 2021.

CISNE, M.; CASTRO, V. V.; OLIVEIRA, G. M. J. C. de. Unsafe abortion: a patriarchal and racialized picture of women's poverty. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 452-470, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p452>. Acesso em: 14 jan. 2021.

CAMBOTA, J. N.; ROCHA, F. F. *Determinantes das desigualdades na utilização de serviços de saúde: análise para o Brasil e regiões*. São Paulo: CECAD 2.0., 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6008>. Acesso em: 29 jan. 2021.

COMISSÃO SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (CDSS). *Fechando a lacuna em uma geração: equidade em saúde por meio da ação sobre os determinantes sociais da saúde: Relatório final da Comissão sobre os determinantes sociais da saúde*. [S. l.]: Organização Mundial da Saúde (OMS), 2008. Disponível em: https://play.google.com/store/books/details?id=zc_VfH7wfV8C. Acesso em: 14 jan. 2021.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1163-1178, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>. Acesso em: 14 jan. 2021.

DAVIS, J. .Perceived environmental threats as a factor in reproductive behavior: an examination of American youth. *Evolution and Human Behavior*, [s. l.], v. 33, n. 6, p. 647-656, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.evolhumbehav.2012.04.002>. Acesso em: 8 ago. 2021.

DEL GIUDICE, M.; GANGESTAD, S. W.; KAPLAN, H. S. Life history theory and evolutionary psychology. *The handbook of evolutionary psychology: Foundations*, [s. l.], v. 1, n. 26, p. 88-114, 2016. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/fulltext/2016-07888-002.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2021.

ELDER, G. H.; JOHNSON, M. K.; CROSNOE, R. The Emergence and Development of Life Course Theorya. In: MORTIMER, J. T.; SHANAHAN, M. J. (ed.). *Handbook of the Life Course*. New York: Springer, 2003. p. 3-19. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-0-306-48247-2_1. Acesso em: 1 nov. 2021.

ELLIS, B. J. *et al.* The evolutionary basis of risky adolescent behavior: Implications for science, policy, and practice. *Developmental Psychology*, Porto Alegre, v. 48, n. 3, p. 598-623, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/a0026220>. Acesso em: 1 nov. 2021.

FIRPO, S. O futuro da desigualdade: nos jovens de hoje. *Estadão*, São Paulo, 7 mar. 2018. Disponível: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,o-futuro-da-desigualdade-foconos-jovens-de-hoje,70002218125>. Acesso em: 1 nov. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 13., 2019, São Paulo. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em: 9 set. 2021.

FRANCO, L. Caso João Pedro: quatro crianças foram mortas em operações policiais no Rio no último ano. *BBC*, New York, 20 maio 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-52731882>. Acesso em: 9 set. 2021.

GARNER, S. Racismos: uma introdução. *SaBios*, Campo Mourão, 2017. Disponível em: <https://play.google.com/store/books/details?id=oUoQDgAAQBAJ>. Acesso em: 14 jan. 2021.

GEE, G. C.; WALSEMANN, K. M.; BRONDOLO, E. A Life Course Perspective on How Racism May Be Related to Health Inequities. *American Journal of Public Health*, New York, v. 102, n. 5, p. 967-974, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.2105/AJPH.2012.300666>. Acesso em: 14 jan. 2021.

GOES, E. F. *et al.* Vulnerabilidade racial e barreiras individuais para mulheres brasileiras que procuram o primeiro atendimento após o aborto. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 36, Supl. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00189618>. Acesso em: 14 jan. 2021.

GOES, E. F.; NASCIMENTO, E. R. Mulheres negras e brancas e os níveis de acesso aos serviços preventivos de saúde: uma análise sobre as desigualdades. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, n. 37, p. 571-579, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2013/v37n99/571-579/>. Acesso em: 14 jan. 2021.

GOES, E. F. Discriminação Interseccional: racismo institucional e violência obstétrica. In: BASTOS, A. C. S.; PONTES, V. V. (ed.). *Nascer não é igual para todas as pessoas*. Salvador: Edufba, 2020. p. 11-503.

GOMES, L. Homicídios entre jovens negros é quase três vezes maior do que brancos. *JBR*, Brasília, DF, 15 nov. 2019. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/homicidios-entre-jovens-negros-e-quasetres-vezes-maior-do-que-brancos/>. Acesso em: 14 jan. 2021.

JONES, C. P. Confronting Institutionalized Racism. *Phylon*, Atlanta, v. 50, n. 1/2, p. 7-22, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/4149999>. Acesso em: 14 jan. 2021.

KAZDIN, A. E.; WASSELL, G. Predictors of Barriers to Treatment and Therapeutic Change in Outpatient Therapy for Antisocial Children and Their Families. *Mental Health Services Research*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 27-40, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1023/a:1010191807861>. Acesso em: 14 jan. 2021.

KRIEGER, N. Embodying Inequality: A Review of Concepts, Measures, and Methods for Studying Health Consequences of Discrimination. *International Journal of Health Services*, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 295-352, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.2190/M11W-VWXE-KQM9-G97Q>. Acesso em: 14 jan. 2021.

KRIEGER, N. Discrimination and Health Inequities. *International Journal of Health Services*, [s. l.], v. 44, n. 4, p. 643-710, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.2190/HS.44.4.b>. Acesso em: 14 jan. 2021.

LEAL, M. do C. *et al.* A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 33, Supl. 11, p. 1-11, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00078816>. Acesso em: 14 jan. 2021.

LINDSEY, M. A. *et al.* Understanding the Behavioral Determinants of Mental Health Service Use by Urban, Under-Resourced Black Youth: Adolescent and Caregiver Perspectives. *Journal of Child and Family Studies*, Amsterdam, v. 22, n. 1, p. 107-121, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10826-012-9668-z>. Acesso em: 21 jan. 2021.

MAESTRI, M. A origem e consolidação do racismo no Brasil. *Geledés*, [s. l.], 9 nov. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/origeme-consolidacao-racismo-brasil/>. Acesso em: 6 ago. 2022.

MALTA, D. C. *et al.* Bullying em escolares brasileiros: análise da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2012). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, Rio de Janeiro, v. 17, Supl. 1, p. 92-105, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4503201400050008>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MALTA, D. C. *et al.* Fatores associados a lesões em adolescentes, da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2012). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, Rio de Janeiro, n. 17, Supl. 1, p. 183-202, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4503201400050015>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MALTA, D. C. *et al.* Fatores associados aos efeitos de agressão familiar entre adolescentes, resultados da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE). *Ciência & Saúde Coletiva*, Manguinhos, n. 24, p. 1287-1298, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.15552017>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MARTINS, A. L. Mortalidade materna de mulheres negras no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 2473-2479, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-311x2006001100022>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MOLOCK, S. D. *et al.* Qualitative Study of Suicidality and Help-Seeking Behaviors in African American Adolescents. *American Journal of Community Psychology*, Palos Verdes, CA, v. 40, n. 1/2, p. 52-63, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10464-007-9122-3>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MOORE, S. E. *et al.* Consequences of bullying victimization in childhood and adolescence: A systematic review and meta-analysis. *World Journal of Psychiatry*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 60-76, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5498/wjp.v7.i1.60>. Acesso em: 9 set. 2021.

NADEEM, E. *et al.* Does Stigma Keep Poor Young Immigrant and U.S.- Born Black and Latina Women From Seeking Mental Health Care? *Psychiatric Services*, São Paulo, v. 58, n. 12, p. 1547-1554, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1176/ps.2007.58.12.1547>. Acesso em: 9 set. 2021.

NUNES, B. P. *et al.* Desigualdades socioeconômicas no acesso e qualidade da atenção nos serviços de saúde. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 48, p. 968-976, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2014048005388>. Acesso em: 1 set. 2021.

OLIVEIRA, M. M. de. *et al.* Fatores associados à procura de serviços de saúde entre escolares brasileiros: uma análise da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2012. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 1603-1614, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00165214>. Acesso em: 1 set. 2021.

OLIVEIRA, M. M. *et al.* Demanda por serviços ou profissionais de saúde entre adolescentes brasileiros segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, n. 21, Supl. 1, p. 1-8, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720180003.supl.1>. Acesso em: 1 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Adolescência: um período que necessita de atenção especial - reconhecimento da adolescência*. Reino Unido, 1 jun. 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/adolescent/second-decade/section2/page1/recognizingadolescence.html>. Acesso em: 1 set. 2021.

OWENS, P. L. *et al.* Barriers to Children's Mental Health Services. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, New York, v. 41, n. 6, p. 731-738, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/00004583-200206000-00013>. Acesso em: 1 set. 2021.

OZEMELA, L. M.-G. *et al.* *Race Differences in Police Violence and Crime Victimization in Brazil*. [s. l.], 2019. Disponível em: https://publications.iadb.org/publications/english/document/Race_Differences_in_Police_Violence_and_Crime_Victimization_in_Brazil_en.pdf?download=true. Acesso em: 1 set. 2021.

PARADIES, Y. C. Defining, conceptualizing and characterizing racismo in health research. *Critical Public Health*, London, v. 16, n. 2, p. 143-157, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09581590600828881>. Acesso em: 10 ago. 2021.

RAMOS, D. de O. *et al.* The role of city income inequality, sex ratio and youth mortality rates in the effect of violent victimization on healthrisk behaviors in Brazilian adolescents. *Social Science & Medicine*, [s. l.], n. 181, p. 17-23, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2017.03.057>. Acesso em: 10 ago. 2021.

RAMOS, D.; VICTOR T.; SEIDL-DE-MOURA, M. L.; DALY, M. Future discounting by slum-dwelling youth versus university students in Rio de Janeiro. *Journal of Research on Adolescence*, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 95-102, mar. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1532-7795.2012.00796.x>. Acesso em: 1 set. 2021.

RIZZINI, I.; COUTO, R. M. B. do. População infantil e adolescente nas ruas: Principais temas de pesquisa no Brasil. *Civitas: revista de ciências sociais*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 105-122, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30867>. Acesso em: 1 set. 2021.

ROMIO, J. A. F. Sobre o feminicídio, o direito da mulher de nomear suas experiências. *Plural: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 79-102, 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/plural/article/view/159745>. Acesso em: 1 set. 2021.

SANTOS, H. *A busca de um caminho para o Brasil: a trilha do círculo vicioso*. São Paulo: Senac, 2018.

SILVA, J. L. *et al.* Vitimização por bullying entre estudantes brasileiros: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE). *Texto & Contexto - Enfermagem*, Florianópolis, v. 27, n. 3, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-07072018000310017>. Acesso em: 1 set. 2021.

SNIJDERS, T. A. B.; BOSKER, R. J. *Multilevel analysis: An introduction to basic and advanced multilevel modeling*. 2. ed. [S. l.]: Sage Publishers, 2012.

SOUTO, R. M. C. V. *et al.* Perfil epidemiológico do atendimento por violência nos serviços de urgência pública e emergência em capitais brasileiras, Viva 2014. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 2811-2823, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.13342017>. Acesso em: 1 set. 2021.

TAQUETTE, S. R. Interseccionalidade de gênero, classe e raça e vulnerabilidade de adolescentes negras às DST/aids. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 19, Supl. 2, p. 51-62, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902010000600006>. Acesso em: 1 set. 2021.

TRAVASSOS, C.; CASTRO, M. S. M de. Determinantes desigualdades e sociais no acesso e na utilização de serviços de saúde. In: GIOVANELLA, L. *et al.* (org.). *Políticas e sistema de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014. p. 183-206.

UNIÃO AMERICANA DAS LIBERDADES CIVIS. *Perfil racial: definição*. Califórnia: ACLU, 2020. Disponível em: <https://www.aclu.org/other/racial-profiling-definition>. Acesso em: 1 set. 2021.

VANDERBLEEK, L. M. Envolver as famílias no tratamento de saúde mental na escola. *Journal of Mental Health Counseling*, New York, v. 26, n. 3, p. 211-224, 2004. Disponível em: <https://amhcjournal.org/doi/abs/10.17744/mehc.26.3.xbwbr27wqhcptlmc>. Acesso em: 1 set. 2021.

VELASCO, C. *et al.* Mulheres negras são as vítimas de homicídios; já as brancas quase metade dos casos de lesão corporal e violação. *G1*, [s. l.], 16 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/mulheresnegras-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-ja-as-brancascompoe-quase-metade-dos-casos-de-lesao-corporal-e-estupro.ghtm> Acesso em: 1 set. 2021.

VREEMAN, R. C.; CARROLL, A. E. Uma revisão sistemática de intervenções baseadas na escola para prevenir o bullying. *Arquivos de Pediatria e Medicina do Adolescente*, [s. l.], v. 161, n. 1, p. 78-88, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1001/archpedi.161.1.78>. Acesso em: 1 set. 2021.

RACISMO ESTRUTURAL E TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA DE JOVENS BRASILEIROS(AS) NEGROS(AS) E BRANCOS(AS)

*Luciana Dutra-Thomé, Jeanice da Cunha Ozorio
e Anderson Siqueira Pereira*

INTRODUÇÃO

A transição para a vida adulta tem se prolongado nas últimas décadas, fenômeno que tem sido denominado *adulterez emergente* na área do desenvolvimento humano. (ARNETT, 2011) No Brasil, poucos estudos investigam como questões raciais afetam esse processo. Este capítulo aborda o processo de entrada na vida adulta de jovens negros a partir de questões contextuais que podem interferir nesse processo e apresenta dados comparando jovens negros e brancos.

Questões macrossistêmicas influenciam esse prolongamento da transição para a vida adulta, incluindo os aspectos socioeconômicos e culturais, a globalização e a dinâmica do mercado de trabalho. O foco dos estudos sobre *adulterez emergente* se encontram principalmente no contexto norte-americano. (ARNETT, 2011) Com o tempo, estudos sobre a *adulterez emergente* foram ampliados para diversos países, como Turquia, Índia, Brasil,

Argentina e China. (ATAK; ÇOK, 2008; CHAUDHARY; SHARMA, 2007; DUTRA-THOMÉ; KOLLER, 2014; FACIO et al., 2007; ZHONG; ARNETT, 2014) No Brasil, a adultez emergente tem sido investigada com foco nas diferentes trajetórias de jovens de nível socioeconômico (NSE) alto e baixo. Os estudos indicam uma maior chance de jovens de NSE médio e alto viverem esse prolongamento da transição para a vida adulta, uma vez que possuem apoio institucional – apoio familiar, por exemplo. Esse apoio propicia um maior investimento em seus estudos, coabitação com a família por mais tempo e auxílio financeiro. Isso não significa que os jovens de NSE baixo não possam vivenciar a adultez emergente. Mas suas condições materiais muitas vezes os levam a assumir papéis adultos mais cedo do que jovens de NSE mais elevados. (DUTRA-THOMÉ; KOLLER, 2014, 2019)

Buscando uma análise mais aprimorada da adultez emergente no Brasil, investigações sobre racismo são necessárias, uma vez que jovens negros enfrentam dificuldades em diferentes âmbitos de suas vidas devido a cor de sua pele. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017) São escassos os estudos em psicologia do desenvolvimento que considerem o racismo e seu impacto no desenvolvimento humano, sendo a maioria deles oriunda da psicologia social. (FISH; SYED, 2020; SACCO et al., 2016; SYED; MITCHELL, 2013) Essa falta de dados e pesquisa levanta a questão de quem acaba sendo “adulto emergente” quando se analisa a extensão da transição para a vida adulta em linhas étnico-raciais. (SYED; MITCHELL, 2013)

Alguns estudos sobre adultez emergente destacam especificidades étnico-raciais na transição para a vida adulta. Por exemplo, considerando a característica da adultez emergente chamada de “possibilidades”, associada ao otimismo em relação ao futuro e à crença de que a vida projetada será alcançada, não há evidência de que essa característica é relevante para jovens de grupos minori-

tários expostos ao racismo estrutural. Esses jovens enfrentam barreiras em suas trajetórias pessoais, laborais e escolares. (ARNETT; SCHWAB, 2012; SYED; AZMITIA, 2010) Em relação ao sentimento de ambivalência dos adultos emergentes, nos Estados Unidos, jovens asiáticos e brancos tinham a tendência a se perceber mais frequentemente como parcialmente adultos, enquanto jovens negros e latinos tinham maior frequência de percepção de já ter atingido plenamente a adultez. Essas diferenças podem estar associadas ao fato de que latinos e negros pertencem com mais frequência a grupos de NSE baixo e se tornam pais e mães mais cedo. (ARNETT, 2003) No Brasil, jovens de NSE baixo apresentaram frequências superiores de assunção de papéis adultos (por exemplo, casamento/coabitação, ter filhos, trabalhar), bem como a percepção de já serem “adultos”. Um estudo constatou que entre jovens com NSE alto, as porcentagens de percepção de não serem adultos ou de ambivalência foram superiores em relação ao grupo de NSE baixo. (DUTRA-THOMÉ; KOLLER, 2014)

IMPACTOS DO RACISMO NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

O importante papel da cultura, da raça e da etnicidade na formação da identidade foi destacada por Erik Erikson (1950, 1968). Assim como o quanto o impacto/papel de traumas históricos servem como um *setting* ideológico no desenvolvimento identitário de grupos marginalizados e ameaçam suas identidades. Autores neo-eriksonianos, como James Marcia (1966) com seu modelo de *status* da identidade, desenvolveram aspectos ligados a ocupação, religião e ideologia política. Ainda assim, aspectos relacionados à raça e à etnia foram amplamente negligenciados. (SYED; FISH, 2018) Isso pode ter como consequência o gradual ofuscamento do destaque de Erikson nesses tópicos.

Erikson baseou a ideia do modelo de variância cultural em seus estudos com populações indígenas como os Yurok e Sioux. Ele buscou compreender o desenvolvimento em seu contexto específico e não em contraste com um grupo dominante ideal como uma referência para o que é “adequado”. Ele reconheceu o trauma histórico gerado pelo colonialismo na identidade desses grupos, cujas trajetórias foram marcadas por guerras, desvalorização de suas culturas e perda de terras. (SYED; FISH, 2018) Erikson também abordou o impacto da opressão estrutural, especialmente entre os afro-americanos, tanto em termos da opressão estrutural quanto da internalização dessa opressão. Ele compreendeu que os afro-americanos tinham uma “identidade rendida”. Isso significa que a identidade africana se fundamenta em uma existência histórica e cultural passada. No entanto, o mercado de escravos cedeu essa identidade aos opressores brancos, o que afetou seu senso de identidade. (SYED; FISH, 2018)

Seguindo a linha de pensamento de Erikson sobre questões estruturais, é essencial destacar o racismo como uma manifestação que impactará diretamente no processo de transição para a vida adulta da população negra. O racismo estrutural influencia políticas, práticas e os sistemas jurídicos – crime, prisões, policiamento – e de saúde, desenvolvendo e mantendo desigualdades entre grupos étnicos raciais. O racismo estrutural leva, no caso do Brasil, ao acesso desigual dos negros às instituições sociais, à animalização e à desumanização dos negros e às disparidades que afetam sua saúde física e psicológica. (ALMEIDA, 2019; COLE, 2017; FANON, 2008; FISH; SYED, 2020; SILVA, 2005)

O racismo é uma “via de mão única”, que coloca o perpetrador no topo da hierarquia, permanecendo em posições de poder e privilégio. (FISH; SYED, 2020) A compreensão do racismo como uma “via de mão única” é pertinente para evitar a ideia de “racismo reverso”. Por exemplo, alguns indivíduos entendem que cotas

raciais universitárias constituiriam “racismo reverso”, acreditando que alunos brancos mais qualificados perderiam vagas e oportunidades. O problema desse entendimento é que ele desconsidera um aspecto crucial do racismo: a manutenção do poder e dos privilégios de um grupo sobre o outro de forma sistêmica. O racismo proporciona o significado, a coerência e a tecnologia para a repetição das desigualdades e da violência que constituem a sociedade atual. (ALMEIDA, 2019; COLE, 2017; FISH; SYED, 2020)

Nesse sistema desigual, a discriminação está presente. Ela se refere ao tratamento injusto, verbal e físico – por exemplo, ameaças, zombaria, exclusão, empurrões – dirigido a alguém com base em categorizações percebidas como diferentes, comumente baseadas em estereótipos. Esse tratamento injusto pode levar a oportunidades limitadas, impactando na qualidade de vida. Em conjunto com a discriminação, o preconceito se refere a crenças e opiniões preconcebidas baseadas na percepção de diferenciação de categorias de conteúdo emocional, que embasarão a atitude da pessoa em relação ao grupo. Tanto a discriminação quanto o preconceito surgem de avaliações positivas (favorecendo um grupo) e negativas (desfavorecendo um grupo), ambas sustentando e reforçando o sistema de poder do racismo. (FISH; SYED, 2020)

Diversos estudos apontam o impacto do racismo, da discriminação e do preconceito na saúde mental, na qualidade de vida e no apoio social dos indivíduos. Uma revisão sistemática com 121 estudos investigou a relação entre racismo, saúde e bem-estar de crianças e jovens afro-americanos, latinos e asiáticos nos Estados Unidos. Os achados indicaram que 76% dos estudos reportaram associações positivas entre problemas de saúde mental (por exemplo, ansiedade e depressão) e discriminação racial; 62% de associações negativas entre discriminação racial e saúde mental positiva (por exemplo, resiliência e autoestima); e 45% de associações negativas entre discriminação racial e qualidade de vida/

satisfação com a vida/ bem-estar. (PRIEST et al., 2013) A discriminação também afetou a saúde física e mental dos jovens afro-americanos e sua situação sociopolítica. (HOPE et al., 2015)

A percepção de discriminação também está relacionada aos sintomas depressivos. Um subtipo de ruminação “passiva”, considerada uma estratégia de *coping* mal adaptativa, mediou essa relação entre a população de minorias étnicas. Esses resultados demonstram o efeito negativo tanto da existência da discriminação racial na saúde mental como do uso de estratégias de *coping* disfuncionais para lidar com esse estresse. (MIRANDA et al., 2013) Relações entre discriminação racial e sintomas de estresse pós-traumático, bem como sintomas depressivos, também foram identificadas em adultos jovens. Essa relação ocorreu em jovens negros e hispânicos e de outras etnias, mas não em jovens brancos ou asiáticos. (POLANCO, 2018)

Um estudo sobre experiências sociais e psicológicas de adolescentes demonstrou que a identificação com um grupo étnico ou racial gera identidades positivas ligadas à sua raça ou etnia, o que impacta positivamente no desempenho acadêmico, no funcionamento psicológico e na saúde mental. (RIVAS-DRAKE et al., 2014) Outro estudo, no contexto norte-americano, revelou que jovens que aumentavam sua exploração identitária, com o tempo, tinham maiores probabilidade de mudar suas narrativas, principalmente no que se refere a experiências de preconceito ou conectadas com a cultura. (SYED; AZMITIA, 2010)

No Brasil, alunos cotistas enfrentam dificuldades de apoio social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Eles obtiveram médias mais baixas na dimensão interpessoal das vivências acadêmicas, bem como de autoeficácia na interação social em relação aos estudantes não cotistas, o que pode estar relacionado às vivências de discriminação racial no contexto

acadêmico e maior dificuldade em estabelecer relações interpessoais.⁸ No entanto, os estudantes cotistas obtiveram médias mais elevadas nas dimensões pessoal e institucional – referentes, por exemplo, a otimismo e ao maior compromisso com a universidade e conhecimento dos serviços oferecidos –, o que se entendeu como uma manifestação de seu engajamento nos estudos frente a oportunidade de ingresso na universidade. (ALUNOS..., 2013; BATSCHKE, 2011; SOUZA et al., 2013)

MANIFESTAÇÕES DE RACISMO NO BRASIL

Para compreender esse contexto de vulnerabilidades acumuladas, é necessário revisitar o passado escravocrata brasileiro, que reverbera na vida dos indivíduos negros ainda hoje. A escravidão no Brasil durou mais de 300 anos. Porém, o período pós-abolição e o novo sistema político fizeram com que os negros continuassem sem direitos materiais ou simbólicos e sem a mínima estrutura ou políticas públicas que os auxiliassem. Permaneceram excluídos socialmente em aspectos culturais, políticos, educacionais e socioeconômicos. (SILVA, 2016) Além de marginalizada e desumanizada, essa população passou a ser responsabilizada pelo atraso socioeconômico. Com o incentivo à industrialização e a chegada de trabalhadores imigrantes europeus, o governo procurou assegurar uma nova composição étnica para embranquecer a população. Os negros foram excluídos do mercado de trabalho e impossibilitados de estudar, sendo colocados à margem (SILVA, 2016).

8 Embora a porcentagem de jovens negros no grupo de cotistas não tenha sido explicitada no estudo, a UFSC estava testemunhando os impactos das ações afirmativas no perfil universitário. Antes das ações, em 2004, a razão era de 1 aluno negro para 82 brancos. Em 2011, a proporção era um aluno negro para 16 alunos brancos.

Os impactos dessa história manifestam-se ainda hoje. Dados do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2017) indicam a vulnerabilidade dos jovens, em especial da juventude negra, em relação à violência, baixa escolaridade, falta de acesso ao mercado de trabalho e à pobreza. A juventude negra vivencia desigualdades de oportunidades educacionais e de trabalho, violações de direitos, sofrimento psíquico e sentimentos de inferioridade. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017) O fato de uma pessoa ser negra é determinante para que a violência ocorra com mais intensidade sobre ela. (GOMES; LABORNE, 2018) Há maior predomínio da vigilância policial sobre os jovens negros, o que se verifica pelos índices de mortes violentas causadas por ações policiais e encarceramento, pois os dados mostram que jovens e os negros são os principais alvos dos homicídios no Brasil e estão em maior número nas prisões em comparação com brancos e adultos. (SINHORETTO; MORAIS, 2018) Esse cenário traz o conceito de necropolítica (MBEMBE, 2018), uma política racional direcionada para a morte, na qual o Estado utiliza inúmeras tecnologias em diferentes contextos para vigiar, controlar e exterminar continuamente determinadas populações e territórios. Nesses espaços, os indivíduos são constantemente subjugados a um domínio das circunstâncias necessárias para sua sobrevivência em graus mínimos.

Em relação à escolaridade, em todos os níveis educacionais (Ensino Fundamental, Médio e Superior), mulheres e homens negros apresentam menor percentual de conclusão do que mulheres e homens brancos. (SALDAÑA, 2019) Para mudar esse cenário, o Brasil tem ações afirmativas que são medidas que visam proporcionar a inclusão, a igualdade e atenuar as desigualdades que impactam e comprometem especialmente as populações vulneráveis socialmente. Dentro das ações afirmativas, o sistema de

cotas representa um exemplo de políticas públicas capazes de modificar o perfil dos novos estudantes universitários. Isso evita o fechamento de portas para mobilidade social. Contrariando muitas expectativas, o desempenho dos cotistas tem sido positivo e contribui para o avanço do conhecimento no país. (BATSCHKE, 2011; MARINHO; CARVALHO, 2018; RIBEIRO, 2019; SOUZA et al., 2013)

Dados sobre aspectos psicológicos, populacionais e históricos descritos acima demonstram um contexto de transição para a vida adulta particularmente desafiador para a juventude negra brasileira. No presente capítulo, exploramos dados sobre NSE, situação laboral, apoio social, qualidade de vida e transtornos mentais para compreender os contextos de desenvolvimento de jovens brasileiros negros e brancos na transição para a idade adulta.

Método

Este foi um estudo transversal com a participação de 746 adultos emergentes (479 brancos e 267 negros; 508 mulheres e 238 homens) entre 18 e 30 anos, com idade média de 23,54 (+- 3,47), vivendo em diferentes estados brasileiros e com diferentes NSEs. Os participantes foram recrutados de grupos universitários nas redes sociais e por indicação de colegas. O questionário foi aplicado utilizando a plataforma Survey Monkey entre os anos de 2017 e 2018, sendo todas as questões apresentadas na mesma ordem para todos os participantes. Como forma de validar as respostas, perguntas controle foram inseridas ao longo do questionário como forma de verificar respostas aleatórias. (DUTRA-THOMÉ; PEREIRA, 2017) Participantes que não respondessem às perguntas controle de forma correta eram excluídos das análises.

Este estudo fez parte da investigação mais ampla intitulada “Avaliação de habilidades sociais e de suas relações com fatores de risco e proteção em jovens adultos brasileiros”, aprovada pelo

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), autorização número 636.992. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram realizadas análises descritivas, uni e bivariadas utilizando testes qui-quadrado e T de *student* para comparação dos diferentes grupos.

TABELA 1. Frequência de participantes por estado de residência

ESTADO	N	%	UF	N	%	UF	N	%
Acre	7	0.9	Maranhão	2	0.3	Rio de Janeiro	54	7.2
Amapá	2	0.3	Mato Grosso	22	2.9	Rio Grande do Norte	15	2.0
Amazonas	8	1.1	Mato Grosso do Sul	13	1.7	Rio Grande do Sul	147	19.7
Alagoas	23	3.1	Minas Gerais	54	7.2	Rondônia	5	0.7
Bahia	51	6.8	Pará	14	1.9	Roraima	1	0.1
Ceará	20	2.7	Paraná	40	5.4	Santa Catarina	39	5.2
Distrito Federal	3	0.4	Paraíba	25	3.4	São Paulo	121	16.2
Espírito Santo	9	1.2	Pernambuco	36	4.8	Sergipe	8	1.1
Goiás	19	2.5	Piauí	5	0.7			

Nota: total de participantes = 746

Fonte: elaborada pelos autores.

Instrumentos

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se diferentes instrumentos de coleta que serão descritos a seguir.

Questionário sociodemográfico: objetivou avaliar variáveis relacionadas a renda, características socioeconômicas, familiares e educacionais dos jovens e de suas famílias.

Questionário de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde - versão reduzida (*WHOQoL-BREF*): versão reduzida do WHOQoL-100, que consiste em 26 itens, sendo 2 deles sobre qualidade de vida no geral e 24 representando as facetas que compõem o questionário original. O instrumento possui quatro domínios: saúde física (Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa?); saúde psicológica (Com que frequência você tem sentimentos negativos, tais como mau humor, desespero, ansiedade, depressão?); relacionamentos sociais (Quão satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe de seus amigos?) e Ambiente (Quão satisfeito(a) você está com as condições do local onde mora?); além de um índice geral de qualidade de vida. A versão brasileira foi traduzida e validada pelo Grupo de Estudos WHO em qualidade de vida no Brasil e apresentou um alfa de Cronbach entre 0,69 e 0,84. (FLECK ET AL., 2000)

Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse (DASS-21): composta por 21 itens, foi desenvolvida para acessar níveis de depressão, ansiedade e estresse – sete itens para cada construto. O instrumento é respondido a partir de uma escala de 4 pontos que vai de 0 (nunca) a 3 (quase sempre). Para cada construto, os níveis podem variar de 0 a 21, com escores maiores indicando níveis maiores de sintomas. Sua versão brasileira foi adaptada por Patias e demais autores (2016). Para a amostra deste estudo, a escala obteve uma consistência interna adequada, com alfas de Cronbach de 0,873 para estresse, 0,917 para depressão e 0,861 para ansiedade.

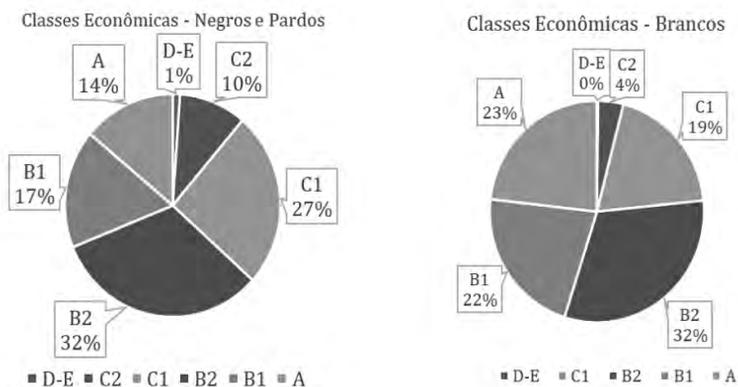
Escala de Apoio Social do Estudo Pró-Saúde: adaptada da escala de apoio social usada no Medical Outcomes Study. (SHERBOURNE; STEWART, 1991) É um instrumento autoaplicável e composto por 19 questões respondidas com uma escala que varia de 1 (nunca) a 5 (sempre). Apresenta uma estrutura de cinco fatores relacionados à disponibilidade de outras pessoas em dar certos tipos de apoio: material (... que o ajude se ficar de cama?), Afetivo

(...que demonstre amor e afeto por você?), emocional (...em quem confiar ou para falar de você ou sobre seus problemas?), interação social positiva (... para se divertir junto?) e informações (... de quem você realmente quer conselhos?). O instrumento apresentou propriedades psicométricas adequadas, com alfas de Cronbach dos fatores entre 0,75 e 0,91. (CHOR et al., 2001; GRIEP et al., 2003)

Resultados

As análises dos dados demonstraram que houve diferenças estatisticamente significativas na comparação entre jovens negros e brancos quanto às questões socioeconômicas. Tanto pais quanto mães de jovens brancos apresentaram maiores níveis de educação em comparação com os jovens negros (ver Tabela 2). A educação parental é considerada um indicador confiável de NSE e este dado pode ser também observado quando se analisa a divisão dos jovens nas diferentes classes socioeconômicas, visto que há uma maior incidência de jovens brancos na classe A e menores índices nas classes C, D e E quando comparados com os jovens negros. Apenas a classe B teve índices estatisticamente semelhantes entre os grupos (ver Figura 1 e Tabela 2).

FIGURA 1. Classes econômicas



Fonte: elaborada pelos autores.

TABELA 2. Indicadores de NSE (classe social e nível educacional do pai e da mãe)

	TOTAL	BRANCOS	NEGROS	<i>p</i> ^A
	<i>n</i> (%)	<i>n</i> (%)	<i>n</i> (%)	
<i>Educação do pai</i>				<.001**
Não sabe	39 (5.2)	23 (4.8)	16 (6.0)	
Ensino fundamental	223(29.9)	126 (26.3)-	97 (36.3)+	
Ensino médio	207 (27.7)	123 (25.7)	84 (31.5)	
Ensino superior	277 (37.1)	207 (43.2)+	70 (26.2)-	
<i>Educação da mãe</i>				<.001**
Não sabe	4 (0.5)	2 (0.4)	2 (0.7)	
Ensino fundamental	184 (24.7)	98 (20.5)-	86 (32.2)+	
Ensino médio	208 (27.9)	129 (26.9)	79 (29.6)	
Ensino superior	350 (46.9)	250 (52.2)+	100 (37.5)-	
<i>Classe econômica</i>				<.001**
A	148 (19.8)	111 (23.2)+	37 (13.9)-	
B	388 (52.0)	256 (53.4)	132 (49.4)	
C-D-E	210 (28.2)	112 (23.4)-	98 (36.7)+	

Nota. a Teste qui-quadrado; + = Resíduo padronizado ajustado >+1.96; - = Resíduo padronizado ajustado <-1.96; * <0.05;** <.001

Fonte: elaborada pelos autores.

Em relação à situação ocupacional, houve um maior número de jovens negros estudando no momento em comparação aos jovens brancos; e mais jovens brancos empregados do que jovens negros. Os dados também demonstraram que, entre os jovens

que não estavam trabalhando, havia um maior número de jovens negros procurando por trabalho (ver Tabela 3).

TABELA 3. Situação educacional e laboral

	TOTAL	BRANCOS	NEGROS	<i>p</i> ^a
	<i>n</i> (%)	<i>n</i> (%)	<i>n</i> (%)	
<i>Estudando atualmente</i>				.009*
Sim	640 (85.8)	399 (83.3)-	241 (90.3)+	
Não	106 (14.2)	80 (16.7)+	26 (9.7)-	
<i>Possui algum tipo de trabalho</i>				.017*
Sim	563 (75.5)	375 (78.3)+	188 (70.4)-	
Não	183 (24.5)	104 (21.7)-	79 (29.6)+	
<i>Trabalhando atualmente</i>				<.001*
Sim	278 (37.3)	204 (42.6)+	74 (27.7)-	
Não, mas procurando trabalho	256 (34.3)	146 (30.5)-	110 (41.2)+	
Não e não procurando trabalho no momento	212 (28.4)	129 (26.9)	83 (31.1)	

Nota. ^aTeste qui-quadrado; + = Resíduo padronizado ajustado >+1.96; - = Resíduo padronizado ajustado <-1.96; * <0.05; ** <.001

Fonte: elaborada pelos autores.

Considerando os indicadores de apoio social e qualidade de vida, quando comparados os dois grupos, os jovens negros possuíam menores índices de apoio social relacionados às interações positivas e apoio material do que os jovens brancos. O apoio social relacionado às interações sociais positivas está vinculado à percepção de que esta rede irá lhes ajudar a encontrar informações importantes para se adaptarem às situações de vida como um

todo. Já o suporte material está relacionado à percepção dos jovens de que a rede de apoio é capaz de suprir suas necessidades materiais (ex.: apoio financeiro). Em relação à qualidade de vida, é possível observar que houve diferenças estatisticamente significativas nas comparações entre os grupos em relação às variáveis relacionamentos sociais e ambiente, que estão relacionadas à satisfação com os relacionamentos sociais e com o local em que se vive, respectivamente. Nessas comparações, jovens negros apresentaram níveis mais baixos em ambas as variáveis (ver Tabela 4).

TABELA 4. Teste t comparando tipos de apoio social, qualidade de vida e transtornos mentais

VARIÁVEIS	MÉDIAS GRUPOS		P
	Branco	Negros	
<i>Apoio Social</i>			
Material	14.27 (4.36)	13.61 (4.40)	.049*
Afetivo	12.08 (2.89)	11.68 (3.08)	.075
Emocional	15.27 (3.86)	14.68 (4.08)	.053
Instrução positiva	15.94 (3.63)	15.32 (3.70)	.028*
Informações	15.30 (3.61)	14.85 (3.78)	.109
<i>Qualidade de vida</i>			
WHOQoL Físico	98.99 (18.39)	96.15 (20.77)	.063
WHOQoL Psicológico	75.36 (17.67)	73.18 (18.40)	.113
WHOQoL Relacionamentos sociais	40.53 (10.92)	38.82 (9.86)	.034*
WHOQoL Ambiente	107.30 (20.92)	99.54 (21.96)	<.001**
<i>Transtornos mentais</i>			
Estresse	16.30 (4.58)	16.49 (4.85)	.603
Ansiedade	13.08 (4.80)	13.66 (5.00)	.121
Depressão	16.16 (5.60)	16.90 (5.88)	.091

Nota. SS = Suporte Social; * <.05; ** <.001

Fonte: elaborada pelos autores.

Sobre as fontes de apoio (ver Tabela 5), foi possível observar que os jovens brancos apresentaram médias mais altas em relação a poder contar com seus pais, quando comparados com jovens negros. Essa diferença não foi observada em relação ao suporte materno. Por fim, em relação aos transtornos mentais, não houve diferenças significativas entre os grupos (ver Tabela 4).

TABELA 5. Comparação das médias das respostas à questão “o quanto eu posso contar com meu pai/mãe?”

	Branços	Negros	P
O quanto eu posso contar com meu pai? ¹²	5.55 (1.44)	5.23 (1.62)	.010*
O quanto eu posso contar com minha mãe? ³	6.33 (0.92)	6.28 (1.03)	.529

Nota:¹essas análises foram realizadas apenas com indivíduos cujos pais e mães estavam vivos; ²n = 728; ³n = 684; * <.05

Fonte: elaborada pelos autores.

Discussão

Resultados do presente estudo mostraram que jovens negros e brancos possuem diferenças em termos nível educacional e socioeconômico, situação laboral, suporte social e qualidade de vida. Não foram encontradas diferenças apenas em níveis de saúde mental. Em relação a aspectos educacionais e socioeconômicos, pais e mães de jovens negros apresentaram níveis educacionais inferiores em relação aos pais e mães de jovens brancos. Além disso, a frequência de jovens brancos cujos pais tinham nível superior completo foi superior. Esses dados apontam maior acesso à Educação Superior para a população branca, sendo esse um dos fatores que acentuam dificuldade de mobilidade social da população negra. Modelos de comportamento social de pais e mães, incluindo acesso à Educação Superior, podem ajudar jovens a lidarem melhor com o contexto

acadêmico, contribuindo para a manifestação do senso de autoeficácia. (SOUZA et al., 2013)

De acordo com o *Relatório desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil* (IBGE, 2019), entre 2016 e 2018, houve um aumento de 50, 5% para 55, 6% na proporção de estudantes negros entre 18 e 24 anos na educação superior. Todavia, esse número é muito abaixo da população branca, que apresentou 78,8% de estudante nesse mesmo grupo etário na educação superior. Isso revela a diferença histórica de acesso desigual a educação superior entre a população negra e a branca.

O presente estudo também demonstrou uma alta incidência de jovens brancos na classe A e uma incidência menor nas classes C, D e E, diferente de jovens negros, que ocuparam inversamente essas classes. Entre 2016 e 2017, diferenças significativas foram observadas entre pessoas brancas e negras em termos de renda, educação e longevidade. Enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da população branca caiu de 0,819 para 0,817, o IDHM da população negra aumentou de 0,728 para 0,732. Mesmo que a renda tenha diminuído para pessoas brancas nesse período (de 0,801 para 0,798) e aumentado para pessoas negras (de 0,686 para 0,689), em 2017, pessoas brancas tiveram uma renda per capita cerca de duas vezes o valor da renda de pessoas negras (R\$1,144.76 e R\$580.79, respectivamente; IPEA, 2019). Raça é um marco decisivo para a desigualdade econômica. Logo, direitos sociais e políticas universais para combater a pobreza que não considerem raça mostram pouca efetividade. (ALMEIDA, 2019) Dessa forma, não é correto enfraquecer a problematização da questão racial enfocando apenas na questão socioeconômica. A falta de reflexões no lugar que a população branca ocupa na sociedade é um caminho para confirmar que desigualdades raciais e injustiças são pautas apenas para pessoas negras. Essa omissão resulta em privilégios simbólicos e concretos, como uma forma de autopreservação. (BENTO, 2002)

Considerando a situação educacional, o presente estudo identificou frequência superior de jovens negros estudando em comparação a jovens brancos. Por um lado, esse resultado pode indicar que as ações afirmativas (ex.: sistema de cotas) está funcionando e abrindo as portas das universidades para jovens negros. (BATSCHKE, 2011; MARINHO; CARVALHO, 2018; RIBEIRO, 2019; SOUZA et al., 2013) Por outro lado, isso pode expressar desafios que jovens negros enfrentam para concluir a educação superior devido a necessidade de trabalhar e estudar ao mesmo tempo, o que pode prejudicar seus estudos e causar repetições de ano e desistências. (IBGE, 2019) Ademais, também é necessário levar em conta que a amostra desse estudo foi recrutada nas redes sociais e, embora seja uma amostra grande, isso não representa necessariamente a totalidade dos jovens brasileiros.

No que tange a situação laboral, o acesso a trabalho e a emprego é fundamental para a vida e um importante marco da transição para a vida adulta. Impedir esse acesso é negar um direito básico dos indivíduos. (CARNEIRO, 2011; DUTRA-THOMÉ; AMAZARRAY, 2018) Dados da realidade laboral da população brasileira revelam que aspectos raciais influenciam diretamente a falta de oportunidades para indivíduos negros. Resultados desse estudo revelaram que havia mais jovens negros que não estavam trabalhando do que jovens brancos. Esses dados estão de acordo com dados nacionais (IBGE, 2018), que indicaram um índice de desemprego superior da população negra em relação a população branca, com a diferença maior em 2017 (4,6%). O achado que revelou que a população branca tinha um nível de escolaridade superior ao da população negra não explica a alta taxa de desemprego, uma vez que, quando comparados jovens negros e brancos com o mesmo nível educacional, o índice se manteve maior para pessoas negras. Ao comparar jovens brancos e negros com Ensino Superior completo, as diferenças nas taxas de desemprego

diminuem significativamente, o que reforça o Ensino Superior como meio de acesso favorável ao mercado de trabalho para negros, mesmo que não seja suficiente para competir de igual para igual com brancos pessoas físicas. (IBGE, 2018) Todavia, como já mencionado, as taxas de conclusão do Ensino Superior para a população negra ainda se apresentam mais baixas quando comparadas à população branca.

Em relação a indicadores de suporte social, esse estudo indicou médias superiores de suporte social para interação positiva em jovens brancos em relação a jovens negros. Além disso, o grupo de jovens negros apresentou frequência superior de respostas relacionadas a não serem capazes de confiar ou confiarem pouco em seus pais e mães. A fragilidade de suas redes de suporte pode amplificar os efeitos do racismo, gerando invisibilidade, baixa autoestima, estresse, sofrimento e problemas nos relacionamentos interpessoais. Isso afeta a qualidade dos relacionamentos construídos entre indivíduos negros e a sociedade. Muitos brasileiros, sobretudo jovens negros, vivem em sofrimento mental contínuo por causa das condições precárias de sobrevivência e falta e expectativas em relação ao futuro. Isso é reforçado pelo racismo estrutural, que seleciona quem é e quem não é sujeito de direitos, quem deve e quem não deve ser cuidado e protegido. (ZAMORA, 2012) É necessário criar frentes de apoio social nas instituições de ensino para jovens negros, pois níveis mais elevados na dimensão interpessoal das relações acadêmicas (por exemplo, relações de amizade, busca de ajuda e percepção de habilidades sociais) e vínculo com a universidade podem fortalecer a confiança na sua capacidade de relacionamento (autoeficácia em ações proativas) e na autoeficácia geral, o que pode potencializar ações voltadas para a interação social dos jovens. (DUTRA-THOMÉ; DESOUSA; KOLLER, 2018; SOUZA et al., 2013)

Em relação a indicadores de qualidade de vida, jovens negros apresentaram médias inferiores em relação a relacionamentos sociais e com o ambiente. O primeiro é relacionado a satisfação com o suporte recebido dos amigos, por exemplo. O último é relacionado a satisfação com o local onde moram, por exemplo. Médias inferiores nos relacionamentos sociais estiveram em sintonia com estudo que indicou que estudantes cotistas enfrentaram dificuldades nos relacionamentos sociais. Nesse estudo, alunos cotistas apresentaram médias inferiores em relação aos não cotistas na dimensão interpessoal de experiências acadêmicas, assim como em autoeficácia na interação social. De acordo com os autores, isso poderia estar relacionado com experiências de discriminação racial no contexto acadêmico e dificuldades no estabelecimento relacionamentos interpessoais. (SOUZA et al., 2013)

Em relação às médias inferiores de qualidade de vida em relação ao ambiente, a análise das condições de vida, das condições de moradia e de acesso a serviços (IBGE, 2019) reforçou, mais uma vez, a desigualdade entre os jovens brancos e negros. O Censo Demográfico de 2010 destacou que, em São Paulo e no Rio de Janeiro, as chances de negros morarem em um aglomerado subnormal (favela) era mais que o dobro da de brancos. Na cidade de São Paulo, 18,7% das pessoas negras e 7,3% de pessoas branca moravam em favelas. No Rio de Janeiro, 30,5% de pessoas negras moravam em favelas e 14,3% de pessoas brancas. (IBGE, 2019) Sobre a questão dos serviços de saneamento básico, os índices indicam que a população negra está mais vulnerável e exposta a doenças, com maior proporção da população residindo em domicílios sem coleta de lixo (12,5% contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água pela rede geral (17,9% contra 11,5% da população branca) e sem esgotamento sanitário através de uma rede coletora ou pluvial (42,8% contra 26,5% da população branca). (IBGE, 2019) Além da fragilidade nos relacio-

namentos e ambientes identificados neste estudo, a violência, a vigilância policial e o encarceramento em massa são prevalentes em jovens negros. (GOMES; LABORNE, 2018; SINHORETTO; MORAIS, 2018)

Por fim, não houve diferenças estatisticamente significativas em relação aos níveis de transtornos mentais entre os jovens brancos e negros. Isso pode refletir o fato de que a transição para a vida adulta é desafiadora para todos os jovens, devido à falta de instabilidade em diferentes campos da vida, como situação laboral e planejamento de vida. Indivíduos jovens podem se sentir ambivalentes entre a adolescência e a idade adulta, pressionados para serem bem-sucedidos e até sobrecarregados por todas as novas responsabilidades que precisam administrar. Além disso, o período da adultez emergente é particularmente propenso à manifestação de psicopatologias, o que pode ser potencializado por fatores contextuais (por exemplo, desemprego, eventos estressantes e racismo estrutural). (DUTRA-THOMÉ; AMAZARRAY, 2018; SALVADOR-SILVIA; LEVANDOWSKI; RIGOLI, 2018)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo apoiar o avanço de estudos que considerem questões étnico-raciais no âmbito da psicologia do desenvolvimento. O racismo estrutura, afeta as relações e a dinâmica de nossa sociedade incluindo a transição para a vida adulta de jovens negros e brancos. Os resultados mostraram que os jovens negros vivenciam condições sociais inferiores incluindo acesso à educação, emprego, NSE, apoio social e qualidade de vida. Esses resultados corroboram dados nacionais e mostram o quanto o racismo mantém desigualdades e gera obstáculos que tornam ainda mais desafiadora a transição para a vida adulta de jovens negros. Consequentemente, características da adultez

emergente – ex.: possibilidades, sentimento de ambivalência, exploração de identidade – podem apresentar diferentes manifestações em grupos minoritários. (ARNETT; SCHWHAB, 2012; SYED; AZMITIA, 2010) Diante disso, ressalta-se a importância de estudar jovens negros em estudos futuros.

Destaca-se que a amostra do presente estudo foi constituída por conveniência, recrutada em redes sociais vinculadas a universidades. Esse aspecto demonstra que fatores relacionados às disparidades sociais e ao preconceito estão presentes mesmo na população negra que conseguiu ingressar na universidade. Nessa perspectiva, ressaltamos a importância de se desenvolver estudos com amostras maiores e mais diversificadas.

Para isso, é necessário discutir e desenvolver ações para desconstruir práticas excludentes e preconceituosas que oprimem jovens negros por meio da violência física e/ou simbólica. A submissão, a discriminação e a negação das características e da existência de indivíduos negros resultam em sofrimento psíquico. Por isso, é importante libertá-los do modelo imposto pela sociedade que os define como inferiores, de modo que o “tornar-se negro” seja um processo de valorização, de reconstrução da vida e de reinvenção de potencialidades. (SOUZA, 1983)

Ações voltadas à criação de espaços de fala e narrativa para jovens negros expostos ao racismo são uma via para a possível ressignificação de suas vidas e histórias de identidade. (RIBEIRO, 2018; SYED; AZMITIA, 2010) Além disso, a luta contra o racismo é responsabilidade de toda a sociedade, negros e não negros. Portanto, é fundamental reconhecer as contribuições dos negros para a construção e o desenvolvimento do Brasil. Pensar e agir em prol de uma sociedade mais igualitária e justa é fundamental, pois a falta de reflexão sobre o racismo é um dos aspectos que sustentam a manutenção do sistema racista. (RIBEIRO, 2019) Fatores de proteção, como o sentimento de orgulho étnico-racial – que está

positivamente associado ao bem-estar – assim como as relações positivas com familiares, amigos e professores são essenciais para serem trabalhados com jovens negros. (BRENNER, 2017; HUPCEY, 1998; PEREIRA, 2019; VALLA, 1999)

Ao considerar aspectos da resistência histórica e da individualidade, no combate ao racismo, muitos jovens negros, ao invés de aceitar os obstáculos que surgem, os utilizam para superar desafios e se motivar para uma vida satisfatória. (COOPER et al., 2002) É indispensável e urgente, além de incluir o tema dos direitos dos jovens negros na agenda das políticas públicas, criar propostas efetivas voltadas ao combate à violência e à garantia de uma rede protetiva, pautada no fortalecimento individual e coletivo, mobilizando áreas como saúde, educação, cultura e comunicação. Nessa perspectiva, destaca-se a relevância das políticas de ações afirmativas nas universidades e outras instituições. Nesse cenário, entende-se que é preciso, além do acesso, a continuidade e a formação qualificada dos indivíduos.

O desenvolvimento de ações educativas antirracistas em diferentes instituições e setores – ex.: empresas públicas e privadas, escolas, universidades – também é importante. É um meio de orientar a importância da valorização da cultura, estética e intelectualidade negras. O desenvolvimento de uma educação crítica e antirracista problematizará, por exemplo, a falta de negros nos espaços de poder, a não inclusão de escritores e pesquisadores negros nas referências bibliográficas curriculares e a falta de prestígio dos características físicas da população negra, como cabelos, traços faciais e diferentes tons de pele. (RIBEIRO, 2019)

Diante disso, o compromisso de realizar ações com jovens negros além de uma faixa etária específica é de extrema relevância, pois é notório o quanto o racismo afeta negativamente a subjetividade e a identidade desde a infância e se perpetua até a fase adulta. Nesse sentido, avançar em atividades que estimulem o

acesso à informação, autoestima positiva, autoafirmação e promoção da saúde torna-se fundamental para a projeção do futuro desses indivíduos, bem como para a transformação social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

ALUNOS cotistas da UFSC protestam contra preconceito na universidade. *Portal G1*, Santa Catarina, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/12/alunos-cotistas-da-ufsc-protestam-contr-a-preconceito-na-universidade.html>. Acesso em: 12 jun. 2020.

ARNETT, J. J. Conceptions of the transition to adulthood among emerging adults in American ethnic groups. *New Directions for Child and Adolescent Development*, New York, n. 100, p. 63-75, 2003.

ARNETT, J. J. Emerging adulthood(s): The cultural psychology of a new life stage. In: JENSEN, L. A. (ed.). *Bridging cultural and developmental approaches to psychology: New synthesis in theory, research, and theory*. Oxford: University Press, 2011. p. 255-275.

ARNETT, J. J.; SCHWAB, J. *The Clark University poll of emerging adults: Thriving, struggling, and hopeful*. Worcester, MA: Clark University, 2012.

ATAK, H.; ÇOK, F. The Turkish version of inventory of the dimensions of emerging adulthood (The IDEA). *International Journal of Educational and Pedagogical Sciences*, [s. l.] v. 2, n. 4, p. 392-396, 2008.

BATSCHKE, N. Programa ações afirmativas forma primeira turma. *Notícias da UFSC*, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2011/11/programa-aco-es-afirmativas-forma-primeira-turma/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: BENTO, M. A. S.; CARONE, I. (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.

BENNER, A. The toll of racial/ethnic discrimination on adolescents' adjustment. *Child development perspectives*, [s. l.], v. 11, n. 4, p. 251-256, 2017.

CARNEIRO, S. O combate ao racismo no trabalho. In: BENEDITO, V. (coord.). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 109-112.

CHOR, D. *et al.* Social network and social support measures from the Pró-Saúde Study: pre-tests and pilot study. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 887-896, 2001.

GRIEP, R. H. *et al.* Social support: scale test-retest reliability in the Pro-Health Study. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, p. 625-634, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília, DF: CFP, 2017.

COLE, N. L. The definition of racism. *ThoughtCo*, Arkansas, 2017. Available at: <https://www.thoughtco.com/racism-definition-3026511>. Access in: 3, Dec. 2020.

COOPER, C. R.; COOPER, R. G.; JR., AZMITIA, M.; CHAVIRA, G.; GULLATT, Y. Bridging multiple worlds: How African American and Latino youth in academic outreach programs navigate math pathways to college. *Applied Developmental Science*, New York, n. 6, v. 2, p. 73-87, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1207/S1532480XADS0602-3>. Acesso em: 14 jan. 2021.

DUTRA-THOMÉ, L.; KOLLER, S. H. Emerging Adulthood in Brazilians of Differing Socioeconomic Status: Transition to Adulthood. *Paideia*, Ribeirão Preto, n. 24, p. 313-322, 2014. Doi: 10.1590/1982-43272459201405. Acesso em: 14 jan. 2021.

DUTRA-THOMÉ, L.; PEREIRA, A. S. Emerging adulthood in Brazil: Socioeconomic influences and methodological issues in the study of young adults. In: D. D. DELL'AGLIO; S. H. KOLLER. (org.). *Vulnerable Children and Youth in Brazil: Innovative Approaches from the Psychology of Social Development*. [S. l.]: Springer Nature, 2017.

DUTRA-THOMÉ, L.; AMAZARRAY, M. R. Transição para a vida adulta e o mundo do trabalho. In: DUTRA-THOMÉ, L.; PEREIRA, A. S.; NUÑEZ, S.; KOLLER, S. H. (org.). *Adulthood emergente: a proposta de uma nova perspectiva desenvolvimental sobre a transição para a vida adulta no Brasil*. São Paulo: VETOR, 2018. p. 129-143.

DUTRA-THOMÉ, L.; DESOUSA, D.; KOLLER, S. H. Promotive and Risk Factors for Positive Youth Development Among Emerging Adults in Brazil. *Child Youth Care Forum*, Amsterdã, n. 48, p. 171-185, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10566-018-9475-9>. Acesso em: 14 jan. 2021.

DUTRA-THOMÉ, L.; KOLLER, S. H. Emerging Adulthood Features in Low and High Socioeconomic Status Brazilians: A Mixed Method Study. *Acta de Investigación Psicológica*, Ciudad de Mexico, n. 9, v. 3, p. 56-66, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22201/fpsi.20074719e.2019.3.322>. Acesso em: 14 jan. 2021.

ERIKSON, E. H. *Childhood and Society*. Rio de Janeiro: Zahar, 1950.

ERIKSON, E. H. *Identity: Youth and Crises*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FACIO, A. *et al.* Emerging adulthood in Argentina: An age of diversity and possibilities. *Child Development Perspectives*, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 115-118, 2007.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

FISH, J.; SYED, M. Racism, discrimination, and prejudice. In: HUPP, S.; JEWELL, J. D. (ed.). *The encyclopedia of child and adolescent development*. [S. l.]: John Wiley & Sons, 2020. p. 1-12. Available at: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/9781119171492.wecad464>. Access in: 14 jan. 2021.

FLECK, M. *et al.* Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida “WHOQOL-bref”. *Revista de saúde pública*, São Paulo, v. 34, p. 178-183, 2000.

GOMES, N. L.; LABORNE, A. A. P. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 34, p. 1-24, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698197406>. Acesso em: 14 jan. 2021.

GOVERNMENT SECRETARIAT OF THE PRESIDENCY OF THE REPUBLIC. *Relatório do Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes*. São Paulo: Brazilian Public Security Forum with the National Youth Secretariat, 2017. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/10/FBSP_Vulnerabilidade_Juveni_Violencia_Desigualdade_Racial_2017_Relat%C3%B3rio.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

HOPE, E. C.; HOGGARD, L. S.; THOMAS, A. Emerging into adulthood in the face of racial discrimination: Physiological, psychological, and sociopolitical consequences for African youth. *Translational Issues in Psychological Science*, Washington, DC, n. 1, v. 4, p. 342–351, 2015. Available at: <https://doi.org/10.1037/tps0000041>. Access in: 14 jan. 2021.

HUPCEY, J. E. Clarifying the social support theory-research linkage. *Journal of Advanced Nursing*, London, n. 27, v. 6, p. 1231–1241, 1998.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD): Educação contínua (2018)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

IBGE. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica, 41). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. (Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica, 39). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/li101629.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021.

IPEA. *Radar IDHM: evolução do IDHM e de seus índices componentes no período de 2012 a 2017*. Brasília, DF: PNUD; FJP, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190416_rada_IDHM.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

MARCIA, J. E. Development and validation of ego-identity status. *Journal of Personality and Social Psychology*, New York, n. 3, v. 5, p. 551, 1966. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1037/h0023281>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MARINHO, A. C.; DE CARVALHO, M. H. P. Ações afirmativas e o princípio da igualdade: cotas raciais, um instrumento social para a promoção da igualdade de oportunidades. *Revista Ceuma Perspectivas*, São Luís, n. 31, v. 1, p. 34-48, 2018. Disponível em: <http://www.ceuma.br/portalderevistas/index.php/RCCP/article/view/177/pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MIRANDA, R.; POLANCO-ROMAN, L.; TSYPES, A.; VALDERRAMA, J. Perceived discrimination, ruminative subtypes, and risk for depressive symptoms in emerging adulthood. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, Washington, DC, n. 19, v. 4, p. 395-403, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/a0033504>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SHERBOURNE, C. D.; STEWART, A. L. The MOS social support survey. *Social science & medicine*, [s. l.], v. 32, n. 6, p. 705-714, 1991.

PATIAS, N. D. *et al.* Depression Anxiety and Stress Scale (DASS-21)-short form: adaptação e validação para adolescentes brasileiros. *Psico-USF*, Campinas, v. 21, p. 459-469, 2016.

PEREIRA, A. S. *Escudo social: uma proposta de compreensão para a relação entre habilidades sociais e apoio social na adultez emergente*. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

POLANCO, L. *Casualties of Racism: Racial and Ethnic Discrimination and Suicidal Thoughts and Behaviors Among Racial and Ethnic Minority Emerging Adults*. New York: CUNY, 2018. Disponível em: https://academicworks.cuny.edu/gc_etds/2771. Acesso em: 14 jan. 2021.

PRIEST, N.; PARADIES, Y.; TRENERRY, B.; TRUONG, M.; KARLSEN, S.; KELLY, Y. A systematic review of studies examining the relationship between reported racism and health and wellbeing for children and young people. *Social Science & Medicine*, New York, n. 95, p. 115-127, 2013.

RIBEIRO, D. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, D. *Quem tem medo do feminismo negro?*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIVAS-DRAKE, D.; SEATON, E. K.; MARKSTROM, C.; QUINTANA, S.; SYED, M.; LEE, R. M.; SCHWARTZ, S. J.; UMAÑA-TAYLOR, A. J.; FRENCH, S.; YIP, T. Ethnic and racial identity in adolescence: implications for psychosocial, academic, and health outcomes. *Child development*, London, n. 85, v. 1, p. 40-57, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/cdev.12200>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SACCO, A. M.; de PAULA COUTO, M. C. P.; KOLLER, S. H. Revisão sistemática de estudos da Psicologia brasileira sobre preconceito racial. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, n. 24, v. 1, p. 233-250, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2016.1-16>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SALDAÑA, P. 4 em cada 10 jovens negros não terminaram o ensino médio. *Folha de São Paulo*, Brasília, DF, 1 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/4-em-cada-10-jovens-negros-nao-terminaram-o-ensino-medio.shtml>. Acesso em: 3 nov. 2021.

- SALVADOR-SILVIA, R.; LEVANDOWSKI, M. L.; RIGOLI, M. M. Construção da personalidade e saúde mental na adultez emergente. *In: DUTRA-THOMÉ, L.; PEREIRA, A. S.; NUÑEZ, S.; KOLLER, S. H. (org.). Adultez emergente: A proposta de uma nova perspectiva desenvolvimental sobre a transição para a vida adulta no Brasil.* São Paulo: VETOR, 2018. p. 129-143.
- SILVA, M. L. Racismo e os efeitos na saúde mental. *In: BATISTA, L. E.; KALCKMANN, S. (org.). Seminário saúde da população negra do estado de São Paulo 2004.* São Paulo: Instituto de Saúde, 2005. p. 129-132. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sec_saude_sp_saudepopnegra.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.
- SILVA, G. C. A relevância das cotas raciais como ferramenta de transformação da realidade social da população negra brasileira. *Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*, Recife, n. 3, v. 2, p. 59-76, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/view/229994/24180>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- SHERBOURNE, C. D.; STEWART, A. L. The MOS social support survey. *Social science & medicine*, [s. l.], v. 32, n. 6, p. 705-714, 1991.
- SINHORETTO, J.; MORAIS, D. S. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. *Revista de Estudios Sociales*, Santiago, Chile, n. 64, p. 15-26, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/res64.2018.02>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- SOUZA, H.; BARDAGI, M. P.; NUNES, C. H. S. S. Autoeficácia na formação superior e vivências de universitários cotistas e não cotistas. *Avaliação Psicológica*, Itatiba, n. 12, v. 2, p. 253-261, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712013000200016&lng=pt. Acesso em: 14 jan. 2021.
- SOUZA, N. S. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.* Rio de Janeiro: Graal, 1983.

- SYED, M.; AZMITIA, M. Narrative and ethnic identity exploration: A longitudinal account of emerging adults' ethnicity-related experiences. *Developmental Psychology*, New York, n. 46, v. 1, p. 208-219, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/a0017825>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- SYED, M.; MITCHELL, L. L. Race, ethnicity, and emerging adulthood: Retrospect and prospects. *Emerging Adulthood*, New York, n. 1, v. 2, p. 83-95, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2167696813480503>. Acesso em: 10 out. 2022.
- SYED, M.; FISH, J. Revisiting Erik Erikson's Legacy on Culture, Race, and Ethnicity. *Identity: An International Journal of Theory and Research*, London, n. 18, v. 4, p. 274-283, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15283488.2018.1523729>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- VALLA, V. V. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 15, supl. 2, p. 7-14, 1999.
- ZAMORA, M. H. R. N. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. *Fractal -Revista de Psicologia*, Niterói, n. 24, v. 3, p. 563-578, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922012000300009&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 14 jan. 2021.
- ZHONG, J.; ARNETT, J. J. Conceptions of adulthood among migrant women workers in China. *International Journal of Behavioral Development*, [s. l.], v. 38, n. 3, p. 255-265, 2014.

RACISMO E EVENTOS ESTRESSANTES ENTRE PESSOAS IDOSAS NEGRAS

Naylana Rute da Paixão Santos e Dóris Firmino Rabelo

INTRODUÇÃO

A velhice é um período do curso de vida que expõe os desfechos das diferentes trajetórias de desenvolvimento e envelhecimento bem como as desigualdades sociais, regionais e raciais em curso em um determinado território. A disparidade nos indicadores demográficos, econômicos, sociais e de saúde entre pessoas idosas negras e não negras, observadas no mundo todo (EVANDROU et al., 2016; MARRON et al., 2018) é fruto do racismo, uma ideologia complexa, sistêmica, violenta, que vigora na cultura, na política, na economia, na ética e, por consequência, na vida subjetiva, social e institucional das pessoas. (ALMEIDA, 2018)

A raça/cor da pele/etnia gera maior exposição ao estresse ao longo da vida por dois caminhos. (WILLIAMS et al., 2008) Primeiro, como um determinante da posição socioeconômica, isto é, o estresse ligado à estrutura social, *status* social e papéis sociais. Segundo, o estresse ligado às experiências de discriminação e racismo. Desse modo, independente de outras características sociodemográficas, mesmo quando são controlados os efeitos das

variáveis socioeconômicas, a raça/cor da pele/etnia persiste como modulador do estresse.

O acúmulo de estressores crônicos que se somam à cotidianidade da vida tem impacto sobre a saúde. (FARO; PEREIRA, 2011) Pessoas negras que sofreram discriminação racial têm maior desconfiança no sistema de cuidado à saúde, menor capital social (YANG; CHEN, 2018) e pior autoavaliação da saúde o que, por sua vez, resulta em sofrimento psicológico e acesso restrito a recursos. (ADKINS-JACKSON; TURNER-MUSA; CHESTER, 2019) O racismo está intimamente associado a situações de violência sexual, violência doméstica, assédio moral, adoecimento crônico e morte prematura, não sendo considerado nas investigações de transtornos decorrentes de eventos estressantes e traumáticos. (MATA; PELISOLO, 2016)

As desigualdades raciais e a concentração de privilégios e recursos de um grupo em detrimento de outro imputa às minorias uma realidade de experiências e eventos de vida estressores mais frequentes. (BORIM; SANTIMARIA; MORETTO, 2016) A exposição contínua a situações cotidianas desafiadoras e ameaçadoras e as barreiras sociais oriundas do racismo durante todo o curso de vida podem tornar o estresse parte integrante da personalidade, influenciando em toda a construção psíquica de negros e negras. (WILLIAMS et al., 2008)

O estresse não será vivido somente em uma situação pontual, mas se caracterizará enquanto processo e também pela antecipação de possíveis situações de caráter crítico e de difícil manejo. A noção de processo implica considerar que o estresse muda ao longo do tempo e ao longo das situações. Ele pode não somente ser caracterizado por um evento estressor isolado, mas como algo estruturante da vivência do sujeito. (FARO; PEREIRA, 2011; MATA; PELISOLO, 2016)

Eventos de vida caracterizam-se como estressantes quando acarretam risco ao bem-estar, apresentam alta saliência emocional e conduzem a estratégias de manejo e enfrentamento. (NERI; FORTES-BURGOS, 2013) Eventos críticos envolvem perdas, danos, ameaças e desafios à vida do indivíduo e possuem caráter de imprevisibilidade e, portanto, tendem a ser vividos como mais estressantes. As pessoas idosas são especialmente afetadas por experiências críticas que as acometem pessoalmente ou que vitimam seus entes queridos. Somam-se a esses aspectos as perdas afetivas, os eventos incontroláveis e as tensões advindas das perdas de papéis e as perturbações cotidianas que interagem entre si, gerando múltiplos desafios à experiência de envelhecimento. (LAMOUREUX-LAMARCHE; VASILADIS, 2017)

O estresse não é uma experiência nova para as pessoas idosas. Dados apresentados na literatura mostram eventos estressantes relacionadas à aposentadoria, à perda de entes queridos, a doenças crônicas, a restrições econômicas (YEUNG; XU, 2012), a demandas excessivas de papéis sociais e à perda de um filho. (NERI; FORTES-BURGOS, 2013) A morte de pessoas próximas, a convivência com problemas de saúde, a diminuição da capacidade funcional, os problemas familiares e econômicos são ocorrências no envelhecimento de modo geral com potencial impacto negativo na saúde mental. (GAMEIRO; MINGUINI; ALVES, 2014) Em pessoas idosas longevas, observa-se ainda uma frequência mais alta de eventos estressantes entre as mulheres, entre os menos escolarizados e de renda mais baixa. (FONTES; LEMOS; NERI, 2019)

A vivência de múltiplos eventos de vida estressantes aumenta o risco de depressão (CHAN et al., 2012), em especial o acúmulo de problemas diários e de eventos traumáticos (LAMOUREUX-LAMARCHE; VASILADIS, 2017) e o efeito da interação entre o número de eventos negativos vivenciados na infância e na idade adulta. (KRAAIJ; WILDE, 2001) As mulheres idosas relatam mais

eventos que acometem filhos ou netos, maior número de eventos e maior intensidade na experiência desses eventos. (GAMEIRO; MINGUINI; ALVES, 2014)

Dessa forma, os tipos de eventos estressores com os quais os indivíduos se defrontam, variam não só de acordo com o período da vida, mas segundo a localização social da pessoa. Considerando toda a heterogeneidade da população negra, a exposição a eventos produtores de estresse se intensifica segundo a interseccionalidade entre gênero, classe social, território/geografia e orientação sexual. (FRANKLIN-JACKSON; CARTER, 2007) Levando em conta o fato dos(as) idosos(as) serem mais suscetíveis a vulnerabilidades biológicas e sociais, o contexto de desenvolvimento e as oportunidades sociais são elementos indispensáveis à reflexão da maneira como o estresse se apresenta no cotidiano da pessoa negra, inclusive como elemento estruturante de sua vivência.

É necessário maior investimento no debate sobre o envelhecimento das populações negras nos contextos urbano ou rurais e de como chegam à velhice frente às suas condições econômicas, sociais, históricas, políticas e ambientais. O objetivo deste capítulo teórico é discutir dois campos que acumulam eventos produtores de estresse associados ao racismo e que afetam o envelhecimento e a velhice da população negra: 1) o adoecimento e o cuidado e 2) a violência, o luto e a morte.

ADOECIMENTO E CUIDADO

Discutir saúde da população idosa negra não significa falar somente de doenças comuns a este grupo populacional por questões genéticas, naturalizando o adoecimento de quem é ou se reconhece como negro. Implica em refletir sobre as condições sociais que impactam física e psiquicamente este grupo, comprometendo seu envelhecimento. Nesse sentido, as condições de

inserção social, somadas às condições de moradia, renda, saúde, localização geográfica são elementos que determinam o acesso a bens e serviços de saúde.

No Brasil, por exemplo, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (OLIVEIRA; THOMAZ; SILVA, 2014) mostrou que idosos de cor parda fizeram uma pior autoavaliação do estado de saúde e os de cor preta apresentaram mais doenças crônicas e, quando combinados, exibiram maior chance de incapacidade funcional. Uma análise comparativa do perfil sociodemográfico, das condições de saúde e de uso de serviços de saúde dos idosos na cidade de São Paulo mostrou um cenário mais favorável para o envelhecimento da população idosa branca, comparada à de cor parda ou preta. (SILVA et al., 2018) Portanto, o fator raça/cor da pele explicou parte das desigualdades em saúde em idosos brasileiros, cujo perfil também incluía baixa escolaridade, menor renda e moradia em regiões com piores indicadores sociais e de saúde.

Em idosos estadunidenses negros observou-se pior saúde geral associada com um comprimento mais curto do telômero de leucócito, um indicador de maior risco de mortalidade e de condições crônicas (KHAN et al., 2017), taxas mais elevadas de câncer, doença renal, acidente vascular cerebral, doenças cardiovasculares e pior desempenho físico e cognitivo (MARRON et al., 2018), maior chance de experimentar uma reinternação não planejada após cirurgia (LASATER; MCHUGH, 2016) e ausência de cobertura à saúde para os idosos imigrantes africanos. (STEWART; LONDON, 2015) No Reino Unido, pessoas idosas negras e de minorias étnicas relataram pior resultado de saúde – até que ponto a saúde limita a capacidade de realizar atividades típicas e autoavaliação da saúde – mesmo após o controle de desvantagens sociais e econômicas. (EVANDROU et al., 2016)

Entre as doenças no âmbito da saúde mental, quadros de ansiedade, depressão e demência foram os mais observados nos estudos com a população idosa. (SILVA et al., 2018) No entanto, esses problemas são ainda subdiagnosticados, especialmente na população negra. (SILVA et al., 2019) Entre idosos negros verificam-se maiores proporções de comprometimento cognitivo, maiores índices de transtorno depressivo e de ansiedade (GONÇALVES; ANDRADE, 2010; SMOLEN; ARAÚJO, 2017), maior gravidade nos transtornos de saúde mental (DEMPSEY; BUTLER; GAITHER, 2016), baixa iniciação do tratamento e inadequação cultural nas intervenções (JIMENEZ et al., 2012), e menor uso de psicotrópicos. (PRADO; FRANCISCO; BARROS, 2017)

Nesse contexto, ressalta-se que a vivência de adoecimento físico e psíquico envolve o cuidado exercido por uma pessoa, normalmente uma mulher, pois o ato cuidar é naturalizado como exclusivo da condição feminina. (GUEDES; DAROS, 2009) Mulheres negras têm maiores tarefas associadas ao cuidado dirigido a familiares, a terceiros, à casa ou em lares fora do âmbito familiar, bem como exercem trabalhos de natureza laborativa de extremo desgaste físico e psíquico. (GÓIS, 2008) As diferenças nos papéis de gênero construídas socialmente revelam como relações de poder decorrentes do racismo e do sexismo, operantes em uma sociedade patriarcal e capitalista, institui a mulher negra enquanto pessoa que serve, que cuida, que ajuda.

Essas tarefas não se encerram na velhice. Na verdade, com o aumento da expectativa de vida, quem realiza esse cuidado frequentemente é uma idosa (BRIGOLA et al., 2017; NERI, 2010), que desempenha um papel esperado de mulheres com baixo nível de escolaridade e renda, cuja ausência de opção é a principal razão para exercer essa função. (ALMEIDA et al., 2018) Aquelas com níveis mais altos de sobrecarga tem pior qualidade de vida. (OLIVEIRA et al., 2018) Em muitos casos, essa mulher idosa cuida simultanea-

mente de crianças, adolescentes e idosos e muitas ocupam lugar central na vida de suas famílias. (CARDOSO; BRITO, 2014)

Avós negras que criam seus netos, por exemplo, acumulam várias responsabilidades e, embora seja gratificante, isso é feito com o custo da perda de independência, dificuldades financeiras e mudanças na qualidade de vida. (KELCH-OLIVER, 2011) Inclusive, está associado ao maior risco de mortalidade. (CHOI, 2020) É preciso considerar que historicamente, avós negras cuidam dos netos por inúmeras razões, sendo esse um fenômeno complexo que se enraizou nos momentos em que as famílias negras serviam como rede de segurança às disparidades econômicas raciais que forçaram os pais a coabitarem com seus filhos adultos ou a cuidar dos netos. (MITSHALI, 2015) O que deve estar na vanguarda dessa discussão é a necessidade de políticas e programas que reconheçam que os avós costumam ser a última linha de defesa do bem-estar de vulneráveis (BERTERA; CREWE, 2013), em um período do curso de vida no qual elas mesmas começam cada vez mais a demandar necessidades de cuidados.

Um exemplo que evidencia as relações entre as condições de adoecimento, o acesso aos serviços de saúde e as repercussões sobre o cuidado familiar de idosos(as) negros é a atual experiência mundial com a pandemia do covid-19. A população negra certamente constitui a maior parcela do grupo de risco à essa doença. Isso se deve ao maior número de comorbidades (ex: hipertensão e diabetes), de trabalhadores na informalidade, da maior precariedade nas condições sanitárias das periferias e das informações que chegam a este grupo. Podemos também citar as dificuldades socioeconômicas relacionadas ao cumprimento de comportamentos de cuidado, como as medidas de distanciamento social, até o acesso a exames para detecção do vírus e o tratamento dos infectados em diferentes níveis. (MARTINS, 2020)

Os resultados dos estudos anteriormente citados, realizados em diferentes contextos de desenvolvimento e em diferentes países, sugerem que o envelhecimento saudável não depende apenas de elementos de natureza individual e relacional. Engloba também elementos macroestruturais que influenciam no alcance ou não alcance de condições materiais, educacionais e simbólicas que permitam uma velhice longeva. (MANTOVANNI; LUCCA; NERI, 2016) A velhice negra representa as impossibilidades estruturais do racismo no curso de vida que limitam as condições desta população vivenciar o modelo bem-sucedido de velhice. (RABELO et al., 2018) A lógica de estruturação e compartimentação social do racismo coloca as mulheres negras na base da pirâmide social sob a condição de oneradas, marginalizadas e sobrecarregadas.

Os aspectos estruturais do racismo vão impactar tanto nas condições concretas quanto na percepção de adoecimento, bem como no estresse advindo da busca incessante por melhores condições de vida, por maior reconhecimento social e no se portar frente a determinados espaços. Esse adoecimento não é reconhecido por todos, mas é suprimido e restringido à subjetividade dos que tem envelhecido de maneira desigual e tem sido participante de uma exclusão seletiva. Desse modo, assim como o adoecimento e o cuidado são dimensões da vida atravessadas pelo racismo, produtor de eventos estressantes, a violência, a morte e o luto também o são. Pensar os eventos de vida estressantes torna-se então questão de política pública, considerando as desigualdades raciais e de gênero que reverberam nos índices de violência, na incessante convivência com as perdas e nas possibilidades de expressão e reconhecimento social do luto. A seguir, essas questões serão apresentadas.

VIOLÊNCIA, MORTE E LUTO

A população negra é menos longeva, por haver maiores taxas de morte, relacionadas, sobretudo, à violência ou ao processo de adoecimento crônico. A própria antecipação da possibilidade de morte, já se apresenta como um fator estressante. As pessoas idosas, que são sobreviventes, continuam convivendo cotidianamente com a violência, a morte e o luto de familiares, amigos e pessoas de suas comunidades e com as suas repercussões. A saúde, a violência perpetrada contra negros e negras, a morte e o luto são dimensões interconectadas que podem ser entendidas a partir da discussão da necropolítica.

O conceito de necropolítica é importante para entender o envelhecimento da população negra, pois a distribuição diferencial de reconhecimento de indivíduos de vida precária os põe na condição de vulneráveis. A estratégia do racismo torna visível o projeto político da não ascensão da população negra ao longo da vida, das barreiras de acesso e da supressão da subjetividade, seja na educação, na cultura, no lazer, na segurança pública, na saúde e demais áreas da vida. Determina quem deve ter saúde mental e quem deve viver em sofrimento produzido pelas condições sociais. (SANTOS, 2017)

A necropolítica (MBEMBE, 2018) diz respeito às formas pelas quais o poder político se apropria da morte como um objeto de gestão, isto é, envolve as decisões e medidas a respeito de quem deve morrer, como morrer e o que deve acontecer com esses corpos. Se caracteriza pelo fazer morrer, produzir a morte e gerir as condições mortíferas, por exemplo, quando faz com que determinadas regiões fiquem sob o risco permanente da morte ou em condições mínimas de sobrevivência. Atua na saúde de alguns setores da sociedade quando produz condições mortíferas em determinados equipamentos ou serviços, ou quando produz mortes que não podem ser choradas ou reclamadas.

A necropolítica opera, assim, sob a lógica do extermínio de populações específicas, encontrando no corpo negro um corpo “matável”, cujas circunstâncias econômicas e políticas que mantém às margens a população negra não são questionadas e sua morte violenta é tratada como normal. (ALMEIDA, 2018) A necropolítica também é caracterizada por exercer permanentemente naquela população o medo de ser morto a qualquer momento. Nesse sentido, o poder político direciona o olhar sobre os corpos, seus significados e valores, no qual a gestão e estruturação da população de maneira desigual, a morte e o terror são estruturantes do Estado e coadunam com os objetivos políticos cujo descarte dos corpos negros é parte integrante. (BENTO, 2018)

Dessa forma, a violência e a morte se articulam com o racismo estrutural, elemento que leva a naturalização dos apagamentos sociais para facilitar os interesses sociais e econômicos das classes mais abastadas e brancas, fenômeno reforçado por leis cujos efeitos camuflam, revalidam e perpetuam a opressão. (ALMEIDA, 2018) Para as famílias negras, essas violências e a alta possibilidade de morte constituem eventos estressantes, pois problemas graves de saúde ou a morte de pessoas próximas são ocorrências sobre as quais as pessoas pouco têm o que fazer objetivamente. Em geral são vividos com um alto grau de emoções negativas, sentimentos de frustração e desamparo e os impactos psicológicos destas influências é intenso porque interrompem o curso de vida socialmente esperado. (NERI; FORTES-BURGOS, 2013)

A morte de jovens negros, pobres e periféricos em curso em várias partes do mundo não sensibiliza a sociedade, reflexo do processo de desumanização que a população negra enfrenta. (DAVIS, 2017) A ideologia das guerras às drogas e do combate a este inimigo interno reforça o genocídio do povo preto e pobre, além de acentuar a marginalização das periferias e maior precariedade dessas vidas. (ALMEIDA, 2018) Casos de violência urbana

envolvendo a população negra, em sua maioria, não são investigados em profundidade e acabam sendo arquivados, o que alimenta a ação de impunidade e o aumento de mais crimes direcionados a este grupo racial. Essa situação também reverbera no sistema prisional, o qual possui uma população carcerária majoritariamente negra. A população negra convive com a ação truculenta à sua corporalidade que se expressa numa vigilância ostensiva, no encarceramento desproporcional e nas mortes abruptas injustificáveis. (FLAUZINA, 2008)

Nesse cenário, as mulheres enfrentam cotidianamente violências, são acometidas por desigualdades no âmbito afetivo, social e do trabalho, e convivem com o isolamento e o silêncio somados aos sentimentos de fragilidade e impotência. Mulheres negras do mundo todo são vítimas de algum tipo de violência, especialmente no espaço doméstico. No que se refere à violência conjugal, esta tem sido uma das maiores causas de morbidade em mulheres. Em vítimas afro-americanas, sofrer violência severa por um parceiro íntimo foi associada ao aumento, ao longo da vida, dos riscos de apresentar distímia, dependência de álcool, abuso de drogas e problemas de saúde. (LACEY et al., 2015) Experiências violentas em sua forma mais aguda culminam em morte. No Brasil, o número de homicídios das mulheres negras aumentou enquanto que o de mulheres brancas recuou. (WAISELFISZ, 2015)

Em toda estruturação das relações de opressão e subordinação, o corpo da mulher negra é utilizado de todas as formas, entre as quais se destacam a apropriação e desvalorização. (MADEIRA; GOMES, 2018) Não é possível apreender a natureza da violência sem situá-la dentro do seu contexto sociopolítico mais amplo, isto é, o que as mulheres vivenciam na esfera individual não está descolado das mediações sociais. (DAVIS, 2017) Isso inclui a violência imperialista imposta aos países latino-americanos e africanos, a violência de base racista e as violações sistemáticas contra os direitos políticos e econômicos femininos.

A velhice não poupa as pessoas negras das violências. Experimentos sobre viés racial mostraram que as associações de perigo implícitas comumente evocadas para homens negros mais jovens são generalizadas para os mais velhos. (LUNDBERG et al., 2018) A velhice parece ser insuficiente para desarmar associações que ligam os homens negros ao perigo. O exame das diferenças raciais na prevalência de exploração financeira e maus-tratos psicológicos de pessoas idosas (BEACH et al., 2010) indicou que as taxas foram significativamente maiores para afro-americanos do que para não afro-americanos. O risco de depressão clínica também foi um preditor consistente de exploração financeira e maus-tratos psicológicos.

Estudo com idosos afro-americanos mostrou que o abuso físico e o verbal foram as formas mais frequentemente identificadas sendo que quanto mais velho, mais extremos eram os exemplos fornecidos. (TAURIAC; SCRUGGS, 2006) Exemplos de negligência e abandono foram majoritariamente listados como formas de abuso extremo, e foram significativamente mais frequentes entre as mulheres. O abuso e a negligência de idosos são problemas constantes na diáspora africana, variando de 24,9% a 81,1%, e os fatores de risco incluem comprometimento cognitivo e físico, isolamento social, falta de recursos e viuvez. (MOUTON; SOUTHERLAND, 2017)

No que tange a violência na velhice, poucos dados epidemiológicos têm sido divulgados, especialmente em países com menor índice de desenvolvimento. Estudo realizado na cidade de São Paulo, objetivando identificar a prevalência da violência doméstica contra idosos não institucionalizados, apresentou que 10% dos participantes referiram ter sofrido algum tipo de violência. (MACHADO et al., 2020) Essa prevalência é mais elevada que a encontrada em estudos europeus (5,6%) e na América do Norte (8,1%), sendo inferior às taxas da África (43,7%), Ásia (49,1%) e em outras regiões no Brasil. No que se refere a raça, o referido

estudo aponta maior prevalência da violência na população branca (59,1%) e feminina (59,8%), o que revela, na realidade brasileira, o problema da subnotificação, da dificuldade de acesso aos dispositivos que tratam dos casos de violência, o sentimento de desamparo e que muitos atos de violência culminam em morte.

A morte repercute em luto. Ressalta-se que o luto da população negra é um ato coletivo. A morte de um corpo negro tal como ocorreu com Marielle Franco vereadora do Rio de Janeiro, Brasil, no ano de 2018, assassinada a tiros, acaba sendo a morte simbólica de toda uma população negra e, sobretudo feminina, que se sente vulnerável frente a conjuntura social que acelera a mortalidade. O luto público tem se mostrado, no cenário atual brasileiro, uma importante ferramenta de luta e resistência contra a violência de Estado. A vida só tem o seu valor reconhecido se, quando perdida, for enlutada. (BUTLER, 2015) O luto público é uma maneira de garantir às vidas que foram perdidas o seu valor como vidas dignas de serem vividas e de ser sentida como uma perda de fato pela sociedade, trazendo a ideia da importância de enlutar para não esquecer.

O processo de luto pode ser entendido como um momento de expressão dos sentimentos decorrentes da perda. Ocorre que muitos processos de elaboração do luto não são reconhecidos e autorizados, impondo ao sujeito um enlutamento marginal, solitário e silencioso. O luto não autorizado refere-se a situações de luto que não podem ser socialmente sancionadas ou expressas publicamente, muitas vezes pela pressão das atividades cotidianas que não se encerram com as perdas. (CASELLATO, 2018) A banalização do luto em grupos minoritários pode ser muito frequente, especialmente porque os motivos que ocasionaram a morte podem não ser representativos da população que ocupa os estratos mais superiores da sociedade (por exemplo, filhos e netos assassinados, morte por uso abusivo de drogas, entre outros aspectos), eventos que comumente ocorrem na população pobre e negra.

O racismo e seu projeto necropolítico atuam diretamente no não reconhecimento deste luto. Ser portador de uma vida passível de luto não é para todos, uma vez que este luto não encontra expressão e reconhecimento social. (BUTLER, 2015) Portanto, algumas vidas são concebidas como humanas e por isso desencadeiam processos de luto. Em contrapartida, algumas outras não são apreendidas como tal e, portanto, não geram comoção quando lidas dentro do cenário social.

A morte também é vivenciada simbolicamente nas perdas que são vividas ao longo do envelhecimento. (COCENTINO; VIANA, 2011) Este aspecto pode ser extremamente estressante para a população idosa negra, que pode vivenciar os lutos advindos do próprio envelhecimento, e também das perdas sociais advindas das iniquidades raciais, como perdas na área da saúde, no campo profissional, além do luto resultante de perdas familiares e de amigos. O luto da população idosa negra também se dá pela morte do corpo machucado, não cuidado, limitado, negligenciado e impedido de realizar o que é do seu desejo.

Considerando, desse modo, a vivência de morte e luto na população negra, é preciso pensar nos múltiplos lutos crônicos que esta vivencia, e que por vezes não são cuidados, precisando de mediação clínica e apoio mútuo para que sejam concluídos. (TAVARES; KURATANI, 2019) Esse contexto tem sido potencializador de um processo de envelhecimento e velhice não saudável para a população negra que convive com a possibilidade de perdas, ou com a perda em si a todo o instante. A dor da perda ou da iminência da perda é uma constante na vida desta população.

Levando em conta o contexto de desenvolvimento e envelhecimento da população negra, questiona-se os modelos focados numa perspectiva individualista de superação de um problema, sem considerar as micro e macropolíticas enquanto fatores que não favorecem o enfrentamento da população negra e, sobre-

tudo idosa, às suas perdas. A violência não se reduz a desigualdade social, mas integra a dinâmica política e contextual, gerando ações e ideologias cruéis que podem ser legitimadas e aceitáveis pelos atores sociais, sejam eles vítimas ou executores de determinadas ações. (MARTINS; LACERDA JÚNIOR, 2014) As diferenças raciais nas condições de vida produtoras de estresse na velhice é uma questão séria que merece atenção continuada de pesquisadores, provedores de saúde e profissionais de serviços sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo, enquanto aspecto basal e constituinte das situações estressantes para a população idosa negra, resulta não somente na ocorrência de situações objetivas, mas também na possibilidade de alguma situação vexatória, ou na luta constante para alcançar melhores condições de vida, as quais são socialmente negadas. O ciclo interminável de acontecimentos de vida que se origina desde a infância, se perpetua ao longo do desenvolvimento humano, influenciando a vida adulta e a velhice. Para o desenvolvimento humano é imprescindível justiça racial.

Neste capítulo, foram discutidos dois campos que acumulam eventos produtores de estresse associados ao racismo e que afetam o envelhecimento e a velhice da população negra. Primeiro, o adoecimento e as possibilidades de cuidado na velhice observadas nos piores índices de saúde e acesso aos serviços e na maior vulnerabilidade aos eventos estressantes. Por último, os índices de violência, a incessante convivência com as perdas e as possibilidades de expressão e reconhecimento social do luto são apresentadas nas vivências das famílias negras e articuladas com a necropolítica.

Dado o contexto no qual se desenvolvem muitas famílias negras, o estresse é potencializado pela conjuntura social e política que favorece a intolerância racial e o genocídio da população negra.

Mudanças estruturais precisam acontecer para um mundo mais igualitário cuja relações sociais não sejam baseadas na exploração. Em caráter de urgência, políticas públicas sociais e de saúde precisam ser efetivadas de modo a atuar estrategicamente nos eventos produtores de estresse discutidos aqui. A atuação nesses âmbitos pode contribuir para a redução da condição de vulnerabilidade da população negra, influenciando significativamente em sua trajetória de vida, ou seja, no processo de envelhecimento e consequentemente na chegada à velhice desta população.

REFERÊNCIAS

- ADKINS-JACKSON, P. B.; TURNER-MUSA, J; CHESTER, C. The Path to Better Health for Black Women: Predicting Self-Care and Exploring Its Mediating Effects on Stress and Health. *The Journal of Health Care Organization, Provision, and Financing*, [s. l.], v. 56, p. 1-8, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0046958019870968>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- ALMEIDA, S. L. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALMEIDA, L. P. B. *et al.* Características sociais e demográficas de idosos cuidadores e motivos para cuidar da pessoa idosa em domicílio. *Revista Mineira de Enfermagem*, Belo Horizonte, v. 22, p. e-1074, 2018. Disponível em: <http://www.dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20180004>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- BEACH, S. R. *et al.* Financial Exploitation and Psychological Mistreatment Among Older Adults: Differences Between African Americans and Non-African Americans in a Population-Based Survey. *The Gerontologist*, Oxford, v. 50, n. 6, p. 744-757, 2010. Disponível em: <https://academic.oup.com/gerontologist/article/50/6/744/629839>. Acesso em: 14 mar. 2021.

BENTO, B. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 53, p. e185305, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/MjN8GzVSCpWtxn7kypK3PVJ/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2021.

BERTERA, E. M.; CREWE, S. E. Parenthood in the Twenty-First Century: African American Grandparents as Surrogate Parents. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, London, v. 23, n. 2, p. 178-192, 2013.

BORIM, F. S. A.; SANTIMARIA, M. R.; MORETTO, M. C. Efeitos da pobreza e da desigualdade social sobre a saúde dos idosos. In: FREITAS, E. V.; PY, L. (org.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 2016. p. 1542-1546.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS*. 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRIGOLA, A. G. *et al.* Health profile of family caregivers of the elderly and its association with variables of care: a rural study. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 409-420, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgg/a/jhhgYzscbmwYCbGnYrR9ts/?lang=en>. Acesso em: 14 mar. 2021.

BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARDOSO, A. R.; BRITO, L. M. T. Ser avó na família contemporânea: que jeito é esse? *Psico-USF*, Campinas, v. 19, n. 3, p. 433-441, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/tmg74TnDSLQ4QH4Ffpn8Lky/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2021.

CASELLATO, G. *O resgate da empatia: suporte psicológico ao luto não reconhecido*. São Paulo: Summus, 2018.

CHAN, D. *et al.* Association between life events and change in depressive symptoms in Hong Kong Chinese elderly. *Journal of Affective Disorders*, Bethesda, MD, v. 136, n. 3, p. 963-970, 2012. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22055424/>. Acesso em: 14 mar. 2021.

CHOI, S. W. E. Grandparenting and Mortality: How Does Race-Ethnicity Matter? *Journal of Health and Social Behavior*, [s. l.], v. 61, n. 1, p. 96-112, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0022146520903282>. Acesso em: 14 mar. 2021.

COCENTINO, J. M. B.; VIANA, T. C. A Velhice e a Morte: reflexões sobre o processo de luto. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio Janeiro, v. 14, n. 3, p. 591-600, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgg/a/N4RRgjPh4xxPLxz6Nf8rFSv/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2021.

DAVIS, A. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEMPSEY, K.; BUTLER, S. K.; GAITHER, L. T. Black Churches and Mental Health Professionals: Can This Collaboration Work? *Journal of Black Studies*, [s. l.], v. 47, n. 1, p. 73-87, 2016. Available at: <https://www.jstor.org/stable/24572960>. Access in: 14 mar. 2021.

EVANDROU, M. *et al.* Ethnic inequalities in limiting health and self-reported health in later life revisited. *Journal of Epidemiology and Community Health*, Barcelona, v. 70, n. 7, p. 653-662, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26787199/>. Acesso em: 14 jan. 2021.

FARO, A.; PEREIRA, M. E. Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. *Estudos de Psicologia de Natal*, Natal, v. 16, n. 3, p. 271-278, 2011.

FLAUZINA, A. L. P. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FRANKLIN-JACKSON, D.; CARTER, R. T. The relationships between race-related stress, racial identity, and mental health for black Americans. *Journal of Black Psychology*, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 5-26, 2007. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0095798406295092>. Acesso em: 14 mar. 2021.

FONTES, A. P., LEMOS, L. C.; NERI, A. L. Experiência de eventos de vida estressantes na velhice e de riscos e adversidades na infância e adolescência. In: NERI, A. L.; BORIM, F. S.; ASSUMPÇÃO, D. (org.). *Octogenários em Campinas: dados do fibra 80+*. Campinas: Alinea, 2019. p. 223-238.

GAMEIRO, G.; MINGUINI, I.; ALVES, T. O papel do estresse e de acontecimentos cotidianos para o desenvolvimento da depressão na terceira idade. *Revista De Medicina*, São Paulo, v. 93, n. 1, p. 31-40, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v93i1p31-40>. Acesso em: 14 mar. 2021.

GONÇALVES, V. C.; ANDRADE, K. L. Prevalência de depressão em idosos atendidos em ambulatório de geriatria da região nordeste do Brasil (São Luís-MA). *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 289-299, 2010.

GÓIS, J. B. H. Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 743-768, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300002>. Acesso em: 14 mar. 2021.

GUEDES, O. S.; DAROS, M. A. O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 12, n. 1, p. 122-134, 2009. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10053>. Acesso em: 14 mar. 2021.

KELCH-OLIVER, K. The Experiences of African American Grandmothers in Grandparent-Headed Families. *The Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families*, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 73-82, 2011.

KHAN, R. J. *et al.* Race-specific associations between health-related quality of life and cellular aging among adults in the United States: evidence from the National Health and Nutrition Examination Survey. *Quality of Life Research*, [s. l.], v. 26, n. 10, p. 2659-2669, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28597109/>. Acesso em: 14 mar. 2021.

KRAAIJ, V.; WILDE, E. J. Negative life events and depressive symptoms in the elderly: a life span perspective. *Aging & Mental Health*, New York, v. 5, n. 1, p. 84-91, 2001. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13607860020020681>. Acesso em: 14 mar. 2021.

JIMENEZ, D. E. *et al.* Disparities in Mental Health Service Use of Racial and Ethnic Minority Elderly Adults. *Journal of the American Geriatrics Society*, New York, v. 61, n. 1, p. 18-25, 2012. Disponível em: <https://agsjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jgs.12063>. Acesso em: 14 mar. 2021.

LACEY, K. K. *et al.* Severe Physical Violence and Black Women's Health and Well-Being. *American Journal of Public Health*, Bethesda, MD, v. 105, n. 4, p. 719-724, 2015. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4358204/>. Acesso em: 14 mar. 2021.

LAMOUREUX-LAMARCHE, C.; VASILADIS, H. M. Lifetime traumatic events, health-related quality of life, and satisfaction with life in older adults. *Quality of Life Research*, [s. l.], v. 26, p. 2683-2692, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11136-017-1593-6>. Acesso em: 14 mar. 2021.

LASATER, K. B.; MCHUGH, M. D. Reducing Hospital Readmission Disparities of Older Black and White Adults After Elective Joint Replacement: The Role of Nurse Staffing. *Journal of the American Geriatrics Society*, New York, v. 64, n. 12, p. 2593-2598, 2016. Disponível em: <https://agsjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jgs.14367>. Acesso em: 14 mar. 2021.

LUNDBERG, G. J. W. *et al.* Racial bias in implicit danger associations generalizes to older male targets. *PLoS ONE*, California, US, v. 13, n. 6, p. e0197398, 2018. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0197398>. Acesso em: 14 mar. 2021.

MACHADO, D. R. *et al.* Violência contra idosos e qualidade de vida relacionada à saúde: estudo populacional no município de São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 1119-1128, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1089471>. Acesso em: 14 mar. 2021.

MADEIRA, Z.; GOMES, D. O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 133, p. 463-479, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.154>. Acesso em: 14 mar. 2021.

- MANTOVANI, E. P.; LUCCA, S. R.; NERI, A. L. Associações entre significados de velhice e bem-estar subjetivo indicado por satisfação em idosos. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 203-222, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-98232016019.150041>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- MARRON, M. M. *et al.* Racial Differences in Cause-Specific Mortality Between Community-Dwelling Older Black and White Adults. *Journal of the American Geriatrics Society*, New York, v. 66, n. 10, p. 1980-1986, 2018. Disponível em: <https://agsjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jgs.15534>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- MARTINS, P. *População negra e covid-19: desigualdades sociais e raciais ainda mais expostas*. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/sistemas-de-saude/populacao-negra-e-covid-19-desigualdades-sociais-e-raciais-ainda-mais-expostas/46338/>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- MARTINS, K. O.; LACERDA JÚNIOR, F. A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação. *Psicologia Política*, Florianópolis, v. 14, n. 31, p. 569-589, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000300010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 mar. 2021.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MATA, V. P.; PELISOLI, C. L. Expressões do racismo como fator desencadeante de estresse agudo e pós-traumático. *Revista Brasileira de Psicologia*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 126-140, 2016.
- MITSHALI, M. N. G. Role Reversal of Rural Black Grandparents in South Africa. *Journal of Comparative Family Studies*, Toronto, CA, v. 47, n. 3, p. 369-377, 2015. Disponível em: <https://utpjournals.press/doi/abs/10.3138/jcfs.47.3.369>. Acesso em: 14 mar. 2021.

- MOUTON, C. P.; SOUTHERLAND, J. H. Elder Abuse in the African Diaspora: A Review. *Journal of the National Medical Association*, California, US, v. 109, n. 4, p. 262-271, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S002796841730113X?via%3Dihub>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- NERI, A. L. Desafios ao bem-estar físico e psicológico enfrentados por idosos cuidadores no contexto da família: dados do FIBRA Campinas. In: CAMARANO, A. A. (org.). *Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?* Rio de Janeiro: Ipea, 2010. p. 303-336.
- NERI, A. L.; FORTES-BURGOS, A. C. G. A dinâmica do estresse e enfrentamento na velhice. In: FREITAS, E. V.; PY, L. (org.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 2013. p. 2084-2102.
- OLIVEIRA, B. L. C. A.; THOMAZ, E. B. A. F.; SILVA, R. A. The association between skin color/race and health indicators in elderly Brazilians: a study based on the Brazilian National Household Sample Survey (2008). *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 7, p. 1438-1452, 2014. Available at: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00071413>. Access in: 14 mar. 2021.
- OLIVEIRA, J. F. *et al.* Quality of life of elderly people who care for other elderly people with neurological diseases. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 428-438, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-22562018021.180077>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- PRADO, M. A. M. B.; FRANCISCO, P. M. S. B.; BARROS, M. B. A. Uso de medicamentos psicotrópicos em adultos e idosos residentes em Campinas, São Paulo: um estudo transversal de base populacional. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, DF, v. 26, n. 4, p. 747-758, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742017000400007>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- RABELO, D. F. *et al.* Racismo e envelhecimento da população negra. *Revista Kairós*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 193-215, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2018v21i3p193-215>. Acesso em: 14 mar. 2021.

SANTOS, A. O. Saúde Mental da População Negra: Uma Perspectiva Não Institucional. *Revista da ABPN*, Goiânia, v. 10, n. 24, p. 241-259, 2017. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/583>. Acesso em: 14 mar. 2021.

SILVA, G. O. *et al.* Repercussões do adoecimento crônico na saúde mental de pessoas idosas. *Revista de Enfermagem UFPE*, Recife, v. 12, n. 11, p. 2923-32, 2018a. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/234540>. Acesso em: 14 mar. 2021.

SILVA, A. *et al.* Iniquidades raciais e envelhecimento: análise da coorte 2010 do Estudo Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento (SABE). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, Rio de Janeiro, v. 21, Supl. 2, p. e180004, 2018b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720180004.supl.2>. Acesso em: 14 mar. 2021.

SILVA, L. B. *et al.* Uso de medicamentos potencialmente inapropriados por idosos e adesão ao tratamento anti-hipertensivo por raça/cor. In: BARROSO, A. S. (org.). *Diálogos interdisciplinares do envelhecimento*. São Paulo: Hipótese, 2019. p. 123-137.

SMOLEN, J. R.; ARAÚJO, E. M. Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 4021-4030, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.19782016>. Acesso em: 14 mar. 2021.

STEWART, K. A.; LONDON, A. S. Falling Through the Cracks: Lack of Health Insurance Among Elderly Foreign- and Native-Born Blacks. *Journal of Immigrant and Minority Health*, [s. l.], v. 17, n. 5, p. 1391-1400, 2015. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10903-014-0099-3>. Acesso em: 14 mar. 2021.

TAURIAC, J. J.; SCRUGGS, N. Elder Abuse Among African Americans. *Educational Gerontology*, London, v. 32, n. 1, p. 37-48, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03601270500338625>. Acesso em: 14 mar. 2021.

TAVARES, J. S. C.; KURATANI, S. M. A. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 39, p. e184764, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764>. Acesso em: 14 mar. 2021.

WASELFSZ, J. J. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. São Paulo, SP: Instituto Sangari, 2015. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 14 mar. 2021.

WILLIAMS, D. R. et al. Perceived discrimination, race and health in South Africa. *Social Science & Medicine*, New York, v. 67, n. 3, p. 441-452, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2008.03.021>. Acesso em: 14 mar. 2021.

YANG, T. C.; CHEN, D. A multi-group path analysis of the relationship between perceived racial discrimination and self-rated stress: How does it vary across racial/ethnic groups? *Ethn Health*, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 249-275, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13557858.2016.1258042>. Acesso em: 14 mar. 2021.

YEUNG, W. J.; XU, Z. Economic Stress, Quality of Life, and Mortality for the Oldest-Old in China. *Social Indicators Research*, [s. l.], v. 108, p. 131-152, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11205-011-9870-1>. Acesso em: 14 mar. 2021.

INTERSECCIONALIDADES E VELHICES

ageísmo nas encruzilhadas de raça, gênero e idade

*Nara Maria Forte Diogo Rocha, Rodrigo da Silva Maia,
Gilsiane Maria Vasconcelos Marques e Rodrigo Lima Bandeira*

INTRODUÇÃO

Sabemos ainda muito pouco sobre o envelhecer, pois a experiência de longevidade é uma conquista muito recente para o ser humano. Além de muito recente, não está plenamente distribuída. Os seres humanos não têm igualmente assegurado o seu direito à vida e apenas começamos a discutir o direito à longevidade. Essa condição foi alcançada mediante diversos fatores, desde melhorias sanitárias e avanços da medicina decorrentes do incremento na condição de vida, como na Europa e Estados Unidos pós-guerra, e é sustentada por intervenções pontuais da saúde pública que prolongam a vida mesmo em condições insalubres como na América Latina, onde envelhecer é conviver com precárias condições para a maioria a população. (HENDRICK; GRAVES, 2009; MATHERS et al., 2015)

Envelhecemos em um mundo compartilhado. As fronteiras entre países, ao mesmo tempo em que são esgarçadas pela migração em busca de trabalho ou pelas populações em fuga das mais

diversas modalidades de guerra, são também reforçadas pelos mecanismos que empurram tais populações para zonas periféricas e de empobrecimento, na tentativa de preservação de modos de vida baseados na acumulação. Diversos países têm realizado reformas em seus sistemas de aposentadoria, preocupando-se sobretudo com a movimentação do capital financeiro e muito pouco ou nada com as populações em situação vulnerável como os idosos. (MITCHELL, 2020)

Estamos falando, portanto, de envelhecer em um mundo desigual e do impacto que as desigualdades causam ao longo da vida. (VAN DER LINEN et al., 2020) Assim, a possibilidade de viver o processo de envelhecimento em instituições surge por diferentes motivos e em arranjos variados. De acordo com Poltronieri, Souza e Ribeiro (2019), cabe aos governos se estruturarem para providenciar o *long-term care*, ou seja, a rede de serviços e assistência das quais as pessoas em situação de dependência necessitam. Essa rede pode se desenhar num modelo de assistência social-democrata, como na Dinamarca, que prevê acompanhamentos regulares e visitas preventivas, ou em modelos mais conservadores, como o da Alemanha, onde a assistência pode ser financeira e/ou em serviços. Em países neoliberais como os Estados Unidos, os poucos serviços de assistência voltam-se para programas nutricionais, iniciativas informais e serviços oferecidos pela iniciativa privada.

Na Europa, entre 4% e 9% da população idosa residirá nas *long-term care facilities* (STORMS et al., 2017), instituições não hospitalares onde recebem cuidados, mas também convivem com outros, recebem visitas de familiares e realizam atividades culturais e de lazer. A população idosa do continente africano e de países em desenvolvimento, que tende a aumentar exponencialmente até 2050, não conta com uma rede muito estruturada de cuidado. (ESSUMAN et al., 2018) Na América Latina, os sistemas são variados: países como Chile, Argentina, Costa Rica e Uruguai possuem

uma rede de assistência centrada na família, enquanto no Brasil se centra na instituição de longa permanência. (POLTRONIERI; SOUZA; RIBEIRO, 2019)

Há uma demanda cada vez maior a respeito da vivência do envelhecimento em instituições caso sejam necessários cuidados. (ALVES et al., 2017; BEARD et al., 2016; LEHNERT et al., 2019) Desse modo, é importante pensar concretamente sobre os impactos de envelhecer em instituições, tornando visíveis os corpos marcados pela idade, maior ou menor necessidade de assistência em atividades da vida diária, gênero, raça e classe social, que são concretamente aqueles que ocupam esses espaços.

A institucionalização, em um contexto de violação de direitos humanos básicos e fundamentais, como o direito à moradia, alimentação, cuidado e integridade física, mental e emocional, torna-se uma via de garantia desses direitos. A história do surgimento das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) tem relação com este sentido. O Salpetrière, como bem nos lembra Simone de Beauvoir em seu clássico estudo *A velhice* (1990), concentrava um grande número de idosos entre os doentes acolhidos, favorecendo a coleta de dados sobre as doenças e outras características do envelhecer. Atualmente existem muitas possibilidades técnicas de garantia de qualidade de vida fora de instituições, porém a reprivatização da velhice (DEBERT, 1999), ou seja, a desresponsabilização do Estado e centralidade no indivíduo como capaz de evitar os efeitos do envelhecimento em si, desenham um cenário não muito favorável para a implementação de uma rede de cuidados.

Os modos pelos quais os idosos são fragilizados na era do capital mundializado e suas possibilidade de continuarem a viver sem as quebras que a institucionalização promove precisam estar em pauta. Apesar das denúncias sobre as violações de direitos feitas em asilos desde os anos 1970, tendo em Beauvoir uma de suas

mais eloquentes figuras, o envelhecer em instituições tende a crescer com o aumento da longevidade, e, talvez, alguns daqueles que leem este trabalho possam vir a experimentar esta realidade.

A discussão aqui presente estimula uma visão crítica e chama a atenção para fatores que estão presentes neste processo. Ameaças e violações relativas aos direitos ao corpo, direito à sexualidade, à expressão da religiosidade ligadas à raça/etnia e gênero, bem como o ageísmo são invisibilizadas na sociedade. Isso acontecia, muitas vezes, com o respaldo científico de uma psicologia do desenvolvimento que quer se dizer neutra, mas que ao discutir os achados que descreve, reproduz leituras sexistas, e, ao não pautar o racismo como problemática, colabora para sua manutenção, o que vem se modificando a partir de leituras críticas. (BURMAN, 2016; KESSI, 2019; MENEZES; LINS; SAMPAIO, 2019; NUNES, 2019) Além disso, a leitura dos processos de desenvolvimento como sendo preponderantemente biológicos está relacionada à patologização e individualização de questões que também se devem à construção dos modos de relação com o corpo. Os impactos dessa centralidade chamada biologismo levou, por exemplo, a um entendimento de que o ápice do desenvolvimento seria a vida adulta, uma vez que biologicamente o organismo se desgasta a partir daí. Isso gerou um grande atraso nos estudos do envelhecimento em psicologia, e a uma visão preconceituosa da velhice como decrepitude. (NERI, 2006; RIBEIRO, 2015)

A qualidade de vida tem sido um construto muito utilizado no tocante à avaliação do que venha a ser um bom envelhecimento. Abrange não somente a saúde física, cognitiva e emocional, mas as atividades produtivas e a convivência social, valorizando o relato do sujeito sobre a própria vivência. Mulheres são mais frequentes nas amostras das pesquisas, devido não somente ao já conhecido fenômeno de feminização da velhice (CAMARANO, 2003; MAXIMIANO-BARRETO et al., 2019), mas também aos fatores

que levam à institucionalização, como baixa renda e escolaridade. A feminização da velhice diz respeito ao fenômeno de maior longevidade entre mulheres, fazendo com que a população de idosas seja maior, embora a qualidade de vida delas não seja tão boa quanto à dos homens. Se estudos sobre a qualidade de vida apontam que os homens obtêm as melhores pontuações (FREITAS; SCHEICHER, 2010), é preciso que se aborde o contexto do que é envelhecer para a mulher numa sociedade hierarquizada e desigual que protege e privilegia homens.

O AGEÍSMO EM INTERSECCIONALIDADE

Os estudos feministas forçaram a tematização de questões caras ao campo do desenvolvimento humano, como o cuidado que envolve as crianças, os idosos, doentes, pessoas com deficiência e que tradicionalmente ficavam ao encargo das mulheres no âmbito doméstico e invisibilizado. Enfrentou epistemologicamente a noção de neutralidade e os fundamentos que invisibilizam as mulheres como sujeitos coletivos, bem como os impactos políticos das ações privadas. (NOGUEIRA, 2017) Ao desconstruir o biologismo, os estudos feministas impactam o campo de desenvolvimento, colaborando para construir outras visões de corpo e de gênero, que questionam as pressuposições derivadas do determinismo biológico. (DEBERT, 2014) As ferramentas de análise dos estudos feministas, forjadas nos embates da consideração das diferenças entre as mulheres, produziram modos de discussão que permitem considerar a complexidade. (AKOTIRENE, 2018)

A perspectiva interseccional ou interseccionalidade é uma destas ferramentas. Suas raízes remetem ao clássico discurso de Sojourner Truth, “Ain’t I a Woman”, no nascedouro do feminismo negro e cunhada por Crenshaw nos anos 1980 para a defesa do direito de trabalhadoras. Diz respeito à composição singular, que

se expressa nas vivências individuais, das múltiplas opressões derivadas do pertencimento a grupos minoritários em termos de raça, sexo, classe social, idade ou capacidades. É preciso ter em mente que o termo minoritário refere-se a questões de poder e não de quantitativo populacional. Isso acontece mesclando articulações que posicionam os sujeitos de modo a que tenham pontos de vista privilegiados sobre as opressões que sofrem, e distanciando-se de um modelo meramente aditivo, em que os sofrimentos estariam somados uns aos outros homogeneizando sujeitos. (AKOTIRENE, 2018)

Entendemos, portanto, que o racismo é um sistema de opressão que opera a partir da desumanização daqueles nomeados como negros, sua expropriação e aniquilação corporal, epistêmica (CARNEIRO, 2005) e psicológica. (SOUZA, 1983) No caso das mulheres, o racismo articula-se ao sexismo, machismo e misoginia. O sexismo diz respeito à discriminação baseada no gênero, o machismo refere-se à valorização atribuída ao masculino e a misoginia trata do ódio às mulheres. Percebe-se então que, mulher não é uma categoria homogênea e que há uma diferenciação entre negras e brancas. Às primeiras seria negada a capacidade de trabalho e o prazer sexual, sendo vistas como propriedades de valor, enquanto as segundas seriam instrumentos de exploração.

A noção de racismo genderizado (KILOMBA, 2019) diz da supremacia de mulheres brancas nos movimentos feministas e do homem nos movimentos antirracistas. Para essa pensadora, a discussão de classe não abriu espaço nem para as questões do feminismo nem para o combate ao racismo, ao reduzir a desigualdade à distribuição de renda. Raça é uma categoria central para as pensadoras da interseccionalidade (CRENSHAW, 1990; COLLINS, 2019), de modo que é preciso evitar uma equiparação das experiências de racismo e sexismo, relativizando as experiências de opressão. Essa falsa equivalência é um mecanismo pelo

qual a branquidade continuaria sendo não questionada e manteria sua hegemonia.

O eixo de organização de racismo, sexismo e ageísmo pode ser articulação comum de referências à biologia, ou à natureza. O racismo se apoia, dentre outros fatores, na percepção das diferenças fenotípicas, hierarquizando-as. O sexismo também subalterniza mulheres tendo como premissa características corporais, como força física e menstruação, por exemplo. O ageísmo ressalta os déficits que caracterizam o envelhecer biologicamente como justificativa para a humilhação social de pessoas idosas. Contudo, a simultaneidade da incidência de seus efeitos e o cruzamento de suas ideologias são estruturados em relação, e nesta relação é preciso discutir todos os elementos participantes e seus lugares.

O uso do masculino como universal na produção científica leva Kilomba (2019) a questionar se os achados e discussões podem realmente se afirmar nessa universalidade e o que estes pressupostos universais, neutros e objetivos têm deixado de fora e tem dado a ver. A definição do que venha a ser o ageísmo é ainda bastante debatida, e, além de entendê-lo como a maioria dos preconceitos, na tríade cognição – estereótipos, afetividade – preconceito e comportamento–discriminação, considerá-lo como um componente estrutural de uma sociedade excludente (KREKULA; NIKANDER; WILIŃSKA, 2018) abre espaço para a discussão de seu funcionamento como regulador de grupos e de espaços.

Como vemos no Quadro 1, o ageísmo está presente em diversos níveis:

QUADRO 1. Níveis do ageísmo

	NÍVEIS	VISIBILIDADE	VALORAÇÃO
AGEÍSMO	Micro: Componentes cognitivos, afetivos e comportamentais.	Implícito: Estereótipo, preconceitos e discriminação iniciados sem consciência.	Positivo: Estereótipo, preconceitos e discriminação a favor das pessoas mais velhas.
	Nível Meso: Grupos, instituições, redes sociais Nível Macro: Políticas públicas de educação e saúde.	Explícito: Estereótipo, preconceitos e discriminação iniciados sem consciência.	Negativo: Estereótipo, preconceitos e discriminação contra pessoas mais velhas.

Fonte: elaborado a partir de Ayalon e Tesch-Römer (2018) e de São José e Amado (2016).

O ageísmo também pode ser uma manifestação velada de diversos conceitos positivos e negativos acerca do “ser idoso” e seus significados para essas pessoas. (TEIXEIRA; SOUZA; MAIA, 2018) Quando comparado ao racismo e sexismo, o ageísmo é recente, e desde a histórica definição de Butler, não se vê o ageísmo como pauta dentro dos quadros de treinamento dos profissionais do cuidado, ou como políticas organizacionais.

A discriminação de raça, gênero e idade permanecem em termos financeiros e de oportunidade de trabalho e na representação política, com prejuízo para mulheres, afroamericanos, latinos e idosos. (JONES et al., 2017) Thompson (2018) questiona acerca do fortalecimento da gerontologia e do aumento populacional dos idosos trazer como consequência uma mudança de atitude, bem como estabelece também uma relação entre ageísmo, racismo e sexismo. O combate ao ageísmo tem encontrado as mesmas dificuldades que o enfrentamento do sexismo e racismo: mecanismos de individualização, como se a questão fosse resumida a atitudes pessoais e o distanciamento, expresso em termos que afastam e

identificam a população discriminada como “outros”. A abordagem acadêmica que vai na direção de avaliar e identificar atitudes individuais de preconceito também precisa avançar para a consideração de aspectos culturais mais amplos que constroem tais comportamentos. Existem, para Thompson (2018), implicações sociais e políticas do ageísmo, pois a idade é um marcador importante na partilha dos bens sociais. Isso faz com que as formas de discriminação ageístas possam ser lidas do ponto de vista estrutural, tanto quanto o racismo ou sexismo. Assim, o estímulo à dependência, à infantilização, à negação da sexualidade, às barreiras no atendimento em saúde e à violência contra idosos precisam ser entendidas como expressão de uma estrutura social que as fomenta.

Embora Thompson (2018) estabeleça a importância da relação entre sexismo, racismo e ageísmo, ele o faz a partir da noção de tripla discriminação (NORMAN, 1987 apud THOMPSON, 2018) que ainda é uma perspectiva aditiva. Bartels e demais autores (2019) apontam que a perspectiva de *triple jeopardy* foi utilizada no início das análises feministas. No campo de estudos do envelhecimento é importante trazer um enfoque interseccional que, sendo complexo, permita considerações macro e reflita sobre o micro, o cotidiano, apontando meios de intervenção. A perspectiva interseccional avança na direção de complexificar esta abordagem, entendendo os múltiplos efeitos que resultam da combinação de tais opressões.

AGEÍSMO E OUTROS PRECONCEITOS NA VIDA EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA: AS POLÍTICAS ESPACIAIS DE DENTRO E DE FORA

Long-Term Care (LTC) define-se pela assistência prestada ao sujeito que encontra dificuldades em atividades da vida diária e pode ser oferecida em instituições ou em domicílio. Kilomba

(2019) ao examinar as políticas espaciais do racismo, refere-se à constante necessidade de territorializar a pessoa negra, de reme-tê-la às suas origens como forma de declarar o seu não pertencimento ao espaço que ocupa. Com pessoas idosas diríamos que isso se torna ainda mais radical, uma vez que o desenho das cidades e espaços públicos é a concretização de um discurso que as expulsa, dificultando ou mesmo impossibilitando sua permanência, especialmente em países empobrecidos, com maior desigualdade social. Buttigieg e demais autores (2018) reportam estudos que se referem ao “ageísmo ambiental”, que é aquele que, mesmo identificando as necessidades das pessoas idosas, decide pela não implementação dos ajustes ambientais que proporcionariam uma melhor qualidade de vida para estas pessoas, alegando problemas orçamentários. O suporte afetivo em termos de laços familiares e comunitários também esgarçados, os sustenta com uma dificuldade cada vez maior diante do ideário que naturaliza o viver o envelhecimento em espaços delimitados para a convivência entre iguais.

O ageísmo genderizado (KREKULA; NIKANDER; WILIŃSKA, 2018) está presente no sistema social como uma prática de desigualdade que articula o ageísmo e o heteropatriarcado. Suas consequências são sentidas em diversos âmbitos: a previdência social, cuja aposentadoria é pensada a partir do trabalhador, deixando o trabalho doméstico, que em sua maioria vem sendo realizado por mulheres à deriva; e a representação da qualidade de vida de idosos ou de um envelhecimento bem-sucedido pela mídia ligada ao exercício da sexualidade masculina, os padrões de beleza impostos às mulheres, padrões esses que excluem corpos idosos. (KREKULA; NIKANDER; WILIŃSKA, 2018; SIBILIA, 2011)

A revisão da literatura, realizada por Santos e demais autores (2017), referente à produção sobre qualidade de vida entre idosos institucionalizados de 2010 a 2015, corrobora a necessidade de preparação da instituição para a acolhida do idoso no sentido

de promover a ressignificação de sua história e proporcionar uma vida social interessante e estimulante. Aponta também para a distância desta realidade.

Revisões da literatura produzida sobre o ageísmo em LTC consideram que esse é um fenômeno comum e que tem graves implicações para bem-estar, a saúde, a cognição e a memória, em especial de idosos nessas condições. (BUTTIGIEG et al., 2018; SÃO JOSÉ; AMADO, 2017) O ageísmo estaria em relação com a vulnerabilidade que essas pessoas apresentam e a baixa qualificação daqueles que costumam ser os cuidadores.

O ageísmo percebido é mais prevalente que o sexismo e o racismo apreendidos na Europa, mas ainda assim é menos pesquisado que os outros dois. A necessidade seria refinar as definições de modo a tornar mais efetivas as práticas de combate. Muito se fala das causas e da prevalência do ageísmo, mas pouco se produziu sobre as consequências e intervenções contra este fenômeno. Para São José e Amado (2017) e também para Buttigieg e demais autores (2018), seria importante que as publicações se fundamentassem em teorias do ageísmo, pois foram encontradas teorias baseadas nas instituições totais de Goffman ou em Foucault e a questão do poder, mas a falta de relação com as teorizações da área seria prejudicial. Como consequência, os estudos definem ageísmo apenas implicitamente, deixando de abordar suas múltiplas dimensões. A definição de Butler (1975) ainda é largamente utilizada, sendo que não dá conta da sofisticação necessária para o avanço do conhecimento. A perspectiva privilegiada nos estudos revisados por São José e Amado (2017) não foi a das pessoas mais velhas que sofrem com ageísmo e sim daquelas que são ageístas. Isto é preocupante por não considerar a voz dos idosos. O ageísmo explícito, cognitivo e orientado para o outro foi o mais explorado, enquanto o autoinfligido tem sido negligenciado.

Embora sintam falta de estudos que problematizem intervenções contra o ageísmo e advoguem no sentido de que tais estudos devem se apoiar em teorias do ageísmo, São José e Amado (2017) não consideraram a possibilidade de que o ageísmo possa estar articulado a outras formas de hierarquização social, que se articulam na vida dos idosos em instituições, ou que precisam de auxílio na realização de atividades da vida diária em outros contextos.

McNamara e Williamson (2019) já apontam a interseccionalidade como podendo estar articulada ao ageísmo. Contudo, esses autores não explicam como a ferramenta de análise se constituiu historicamente, sendo assim, os estudos feministas negros são invisibilizados. O discurso seminal de Sojourner Truth é lido como um exemplo da formação de um subgrupo, o que retira a força epistemológica da crítica e da ruptura que aquelas palavras instauraram. A perspectiva aditiva, individual, também é privilegiada na leitura que estes autores fazem do que seja interseccionalidade.

CONCLUSÕES

O que almejamos neste capítulo foi explicar como uma perspectiva interseccional pode ser interessante para uma abordagem complexa do ageísmo e sua relação com o envelhecimento. Quando a imaginação social está aliada ao ageísmo, idealizando uma juventude eterna inclusive naquilo que se compromete com a construção de um bom envelhecimento, o viver em instituições se torna o alvo dos investimentos e dos desejos para as pessoas idosas. Contudo, vimos que tal situação é muito complexa e que a chegada às instituições se dá aliada a um rompimento de vínculos familiares, sociais e comunitários e uma perda de autonomia. Países na periferia do capital não estão preparados nem para o envelhecimento populacional, nem para o aumento da demanda de institucionalização que aparece com ele.

A experiência na escuta de idosos corrobora a importância de estudos que aprofundem sobre o ageísmo autoinfligido. A demanda por estudos do fenômeno ageísmo autoinfligido, quando em intersecção com outros marcadores importantes, contribui para que o intrapsíquico seja visto em sua dinâmica com o intersíquico, distanciando-se de abordagens individualistas. A situação de vulnerabilidade da população atendida, extremamente heterogênea, demanda uma atenção complexa, para além da oferta de recreação ou da escuta individualizada. Estas duas últimas ações muitas vezes nem estão presentes em ILPIs de países empobrecidos.

Apontamos para a importância de modelos autogeridos, com decisões coletivas estimuladas, bem como a urgência de pensar modos de que a população idosa possa se manter fora das instituições, convivendo e usufruindo dos seus lugares de vida pelo máximo de tempo possível. Acontece que as cidades onde irão viver a maioria dos futuros idosos, que agora leem este capítulo, são estruturadas de modo adultocêntrico, sem espaços de convivência ou acessibilidade necessária.

Vimos como o entrecruzar de racismo, sexismo e ageísmo se traduz em políticas espaciais que desenham uma interioridade intrapsíquica esvaziada ou patologizada: o interior de um corpo velho é um espaço sem desejo, sem memória e destinado a ser povoado pelo envelhecimento saudável cujo suporte é individual. Estes corpos esvaziados e patologizados têm lugar apenas em outro interior que os pode acolher e suportar: as instituições, que como membranas, filtram o que estaria de acordo com os ideários desse povoamento do envelhecimento saudável e não permitem a saída de nada nem ninguém que perturbe o andamento das cidades e das vidas adultas voltadas para sobrevivência ou para a acumulação. Essa experiência de confinamento é bem conhecida das populações negras em sua história ancestral, bem como a experiência do abandono. Contudo, questionamos aqui se confinamento ou

abandono são os únicos destinos possíveis para o nosso envelhecer, destacando a urgência de convocar a imaginação coletiva na construção de envelhecimentos partilhados.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, M. B. *et al.* Instituições de longa permanência para idosos: aspectos físico-estruturais e organizacionais. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 1-8, 2017.

AYALON, L.; TESCH-RÖMER, C. Introduction to the section: Ageism—Concept and origins. *In: AYALON, L.; TESCH-RÖMER, C. org. Contemporary perspectives on ageism*. Berlin: Springer, 2018. p. 1-10.

BARTELS, A. *et al.* Postcolonial Feminism and Intersectionality. *In: BARTELS, A. et al. (org.). Postcolonial Literatures in English*. Berlin: Springer, 2019. p. 155-167.

BEAUVOIR, S. *A velhice*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEARD, J. R. *et al.* The World report on ageing and health: a policy framework for healthy ageing. *The Lancet*, London, v. 387, n. 10033, p. 2145-2154, 2016.

BURMAN, E. *Deconstructing developmental psychology*. Abingdon: Taylor & Francis, 2016.

BUTTIGIEG, S. *et al.* Researching ageism in health-care and long term care. *In: AYALON, L.; TESCH-RÖMER, C. (ed.). Contemporary perspectives on ageism*. New York: Springer, 2018. p. 491-513.

CAMARANO, A. A. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? *Estudos avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 35-63, 2003.

CARNEIRO, A. S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, P. H. *Intersectionality as critical social theory*. Durham: Duke University Press, 2019.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1990.

DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Edusp, 1999.

DEBERT, G. G. Arenas de conflito em torno do cuidado. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 35-45, 2014.

ESSUMAN, A.; AGYEMANG, F. A.; MATE-KOLE, C. Long-term Care for Older Adults in Africa: Whither Now? *Journal of the American Medical Directors Association*, New York, v. 19, n. 9, p. 728-730, 2018.

FERNANDES, N. F. *et al.* Avaliação da percepção de discriminação em pessoas idosas. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, Madrid, v. 1, n. 2, p. 105-114, 2012.

HENDRICKS, A.; GRAVES, P. E. *Predicting Life Expectancy: A Cross-Country Empirical Analysis*. New York: SSRN, 2009.

LEHNERT, T. *et al.* Stated preferences for long-term care: A literature review. *Ageing & Society*, Cambridge, v. 39, n. 9, p. 1873-1913, 2019.

JONES, K. P. *et al.* Isms and schisms: A meta-analysis of the prejudice-discrimination relationship across racism, sexism, and ageism. *Journal of Organizational Behavior*, [s. l.], v. 38, n. 7, p. 1076-1110, 2017.

KESSI, S. The future of psychology. In: BESHARA, R. K. (ed.). *A critical introduction to psychology*. New York: Nova Science Publishers, 2019. p. 261-274.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KREKULA, C.; NIKANDER, P.; WILIŃSKA, M. Multiple marginalizations based on age: gendered ageism and beyond. In: AYALON, L.; TESCH-RÖMER, C. (ed.). *Contemporary perspectives on ageism*. Berlin: Springer, 2018. p. 33-50.

- MATHERS, C. D. *et al.* Causes of international increases in older age life expectancy. *The Lancet*, London, v. 385, n. 9967, p. 540-548, 2015.
- MAXIMIANO-BARRETO, M. A. *et al.* A feminização da velhice: Uma abordagem biopsicossocial do fenômeno. *Interfaces Científicas-Humanas e Sociais*, Aracaju, v. 8, n. 2, p. 239-252, 2019.
- MCNAMARA, T. K.; WILLIAMSON, J. B. *Ageism: Past, Present, and Future*. New York: Routledge, 2019.
- NERI, A. L. Teorias psicológicas do envelhecimento. In: FREITAS, E. V.; PY, L. (org.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 32-45.
- MENEZES, J. A.; LINS, S. S.; SAMPAIO, J. V. Provocações pós-coloniais à formação em psicologia. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 31, p. 1-9, 2019.
- MITCHELL, O. S. *Building Better Retirement Systems in the Wake of the Global Pandemic*. Massachusetts: National Bureau of Economic Research, 2020.
- NOGUEIRA, C. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires, 2017.
- NUNES, M. A. H. *Dos saberes “sacralizados” aos saberes situados: o conceito de gênero nos cânones da Psicologia do Desenvolvimento nos cursos de Psicologia das Universidades Federais Brasileiras*. 2019. (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2019.
- OLIVEIRA, T. B. *O golpe de 2016: breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo*. *Historiae*, Rio Grande, v. 7, n. 2, p. 191-232, 2016.
- POLTRONIERI, B. C.; SOUZA, E. R.; RIBEIRO, A. P. Violence in long-term care facilities for the elderly in Rio de Janeiro, Brazil: perceptions of managers and professionals. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 215-226, jun. 2019.

- RIBEIRO, P. C. C. A psicologia frente aos desafios do envelhecimento populacional. *Gerais - Revista Interinstitucional de Psicologia*, Belo Horizonte, v. 8, n. especial, p. 269-283, 2015.
- SANTOS, A. O. *et al.* Qualidade de vida de idosos residentes em instituição de longa permanência: uma revisão sistemática. *Revista Enfermagem Contemporânea*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 199-210, 2017.
- SOUZA, N. S. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em Ascensão social*. São Paulo: Graal, 1983.
- SÃO JOSÉ, J. M. S.; AMADO, C. A. F. On studying ageism in long-term care: A systematic review of the literature. *International Psychogeriatrics*, Massachusetts, v. 29, n. 3, p. 373-387, 2017.
- SIBILIA, P. A moral da pele lisa e a censura midiática da velhice: o corpo velho como uma imagem com falhas. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 9, n. 26, p. 83-114, nov. 2012.
- SILVA, R. S. *et al.* Condições de saúde de idosos institucionalizados: contribuições para ação interdisciplinar e promotora de saúde. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 27, n. 2, p. 345-356, 2019.
- SPIGOLON, N. I. América do Sul—a utopia no horizonte sangra aos golpes de Estado, às ditaduras e ao exílio. *Políticas Educativas*, Santa Maria, v. 9, n. 2, p. 75-91, 2016.
- STORMS, H. *et al.* Prevalence of inappropriate medication use in residential long-term care facilities for the elderly: A systematic review. *European Journal of General Practice*, London, v. 23, n. 1, p. 69-77, 2017.
- THOMPSON, N. Tackling Ageism – Moral Imperative or Current Fad? In: MORGAN, J. D. (ed.). *Ethical Issues in the Care of the Dying and Bereaved Aged*. New York: Routledge, 2018. p. 23-34.
- VAN DER LINDEN, B. W. A. *et al.* Life course socioeconomic conditions and frailty at older ages. *The Journals of Gerontology: Series B*, Oxford, v. 75, n. 6, p. 1348-1357, 2020.
- VEIGA, L. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. *Tabuleiro de Letras*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 77-88, 2018.

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

Anderson Siqueira Pereira

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Wainer Psicologia Cognitiva.

E-mail: anderson.siqueira.pereira@gmail.com

Antonio Carlos Santos da Silva

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFBA.

E-mail: antoniosilvapsi@gmail.com

Clélia Rosane dos Santos Prestes

Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora visitante (2017) do Departamento de Estudos Africanos e Afro-Diaspóricos da Universidade do Texas em Austin. Psicóloga do Instituto AMMA Psique e Negritude.

E-mail: clelia.com@gmail.com

Dandara de Oliveira Ramos

Doutora em Epidemiologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), docente do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora Associada do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para a Saúde (CIDACS-Fiocruz Bahia) e pesquisadora da Associação de Pesquisa Iyaleta - Pesquisa, Ciências e Humanidades.

E-mail: dandara.ramos@ufba.br

Dóris Firmino Rabelo

Doutora em Educação pela Universidade de Campinas (Unicamp), docente do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal

do Recôncavo da Bahia (UFRB) e da Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: drisrabelo@yahoo.com.br

Elisabete Figueroa dos Santos

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), docente do Centro Universitário Central Paulista (Unicep).

E-mail: bete.figueroa@gmail.com

Emanuelle Freitas Góes

Doutora em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Pesquisadora Colaboradora do Centro de Integração de Dados e Conhecimento em Saúde (CIDACS-Fiocruz Bahia). Pesquisadora da Associação de Pesquisa Iyaleta- Pesquisa, Ciências e Humanidades.

E-mail: emanuellegoes@gmail.com

Gilsiane Maria Vasconcelos Marques

Especialista em Saúde Mental. Prefeitura Municipal de São Benedito, Ceará.

E-mail: gilsianemarques@alu.ufc.br

Jeanice da Cunha Ozorio

Psicóloga. Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista Saúde da Família e Comunidade pelo Grupo Hospitalar Conceição, especialista em Políticas Públicas de Saúde Mental e Assistência Social e Especialista em Avaliação de Serviços de Saúde, com ênfase em Educação Permanente.

E-mail: je.ozorio@gmail.com

João Batista de Brito Braga Alves

Especialista em Saúde Mental pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: psicologojoabatista.alves@gmail.com

Joilda Nery

Docente do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Saúde Pública.

E-mail: joildanery@gmail.com

Josafá da Cunha

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), docente da UFPR.

E-mail: josafas@gmail.com

Leny Alves Bomfim Trad

Pós-doutora em Antropologia da Saúde pelo Centre de Recherches et d'Études en Anthropologie (CREA), Lumière, Lyon 2, França. Docente do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: lenytrad@yahoo.com.br

Luciana Dutra-Thomé

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), docente do Instituto de Psicologia e da Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: lucianaduth@gmail.com

Nara Maria Forte Diogo Rocha

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), docente da UFC.

E-mail: narafdiogo@ufc.br

Naylana Rute da Paixão Santos

Mestra em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).
Defensora pública da Bahia e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFBA.

E-mail: naylanarute@hotmail.com

Nilton Correia dos Anjos Filho

Mestre em Psicologia e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: niltoncorreia_15@hotmail.com

Osiyallê Rodrigues

Mestrando no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: osi.nutri@gmail.com

Patrícia Alvarenga

Pós-doutora pela Universidade de Valência, Espanha. Docente do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Pós-Graduação em Psicologia da UFBA.

E-mail: palva@ufba.br

Paula Kleize Costa Sales

Mestra em Psicologia e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: kleize@hotmail.com

Rodrigo da Silva Maia

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente da Universidade Federal do Ceará (UFC).

E-mail: rodrigosmaia89@gmail.com

Rodrigo Lima Bandeira

Psicólogo pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

E-mail: rodrigobandeira198@gmail.com

Sandra Assis Brasil

Doutora em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Departamento de Ciências da Vida, Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

E-mail: sanbrasil@gmail.com

Formato: 15 x 22 cm
Fontes: Minion Variable Concept
Miolo: Papel Alcalino 75 g/m2
Capa: Cartão Supremo 300 g/m2
Impressão: Gráfica 3
Tiragem: 200 exemplares

Luciana Dutra-Thomé

Professora da graduação e da pós-graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Psicóloga, mestre e doutora em Psicologia. Membro da diretoria da Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento.

Dóris Firmino Rabelo

Professora do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Psicóloga, mestre em Gerontologia e doutora em Educação.

Dandara de Oliveira Ramos

Professora do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Psicóloga, mestre em Psicologia Social e doutora em Saúde Coletiva. Pesquisadora associada do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para a Saúde (Cidacs) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) da Bahia e da Associação de Pesquisa Iyaleta – Pesquisa, Ciências e Humanidades.

Emanuelle Freitas Góes

Pesquisadora associada do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para a Saúde (Cidacs) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) da Bahia e da Associação de Pesquisa Iyaleta – Pesquisa, Ciências e Humanidades. Social Movement Fellow do Ubuntu Center – Universidade de Drexel, EUA. Enfermeira, mestre em Enfermagem e doutora em Saúde Coletiva.

No Brasil, ainda é incipiente, no campo da psicologia do desenvolvimento, materiais que tratem do racismo e seus impactos em diferentes momentos da vida. Este livro aborda os efeitos do racismo ao longo da vida, contribui para uma agenda antirracista na psicologia do desenvolvimento com uma perspectiva do Sul Global e discute os impactos sociais e de saúde da discriminação étnico-racial a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Os estudos reunidos, neste volume, discutem experiências de discriminação, preconceito e exclusão vivenciadas por crianças, jovens, adultos, idosos e suas famílias; os processos de socialização, regulação emocional e construção de identidades étnico-raciais; e eventos estressantes associados ao racismo. Voltada para pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais e ativistas interessados na questão racial e seu impacto na saúde e desenvolvimento.

